

Em Movimento na Área Metropolitana de Lisboa: uma Etnografia da Caravana pelo Direito à Habitação

Jannis Simon Christoph Kühne

Dissertação de Mestrado em Estudos Urbanos

(Fevereiro, 2019)

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Estudos Urbanos, realizada sob a orientação científica de José Manuel Fraga Mapril Gonçalves (UNL-FCSH) e coorientação de Frank Eckardt (Bauhaus-Universität Weimar).

Aos meus pais

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a todas as pessoas dos bairros da Assembleia de Moradores, que pude acompanhar ao longo do percurso deste trabalho. Sem estas e a luta levada a cabo, este trabalho não seria possível. Apesar de derrotas e retrocessos, espero o melhor para os meus interlocutores e as suas famílias, que haja vitórias e o progresso para uma sociedade mais justa possa avançar. Para que pudesse entrar no mundo desta etnografia foi fundamental o contacto, o intercâmbio e a integração nos grupos e associações: Habita, Chão – Oficina de Etnografia Urbana, SOS Racismo, GESTUAL e Stop despejos. Estou muito grato pela possibilidade de dedicar-me a esta luta e fazer parte de um desafio que represente a construção de um projeto comum entre todos e todas.

O meu interesse pela antropologia urbana cresceu à medida que me fui cruzando com as pessoas que a fazem, a ensinam e a estudam. Agradeço a todas elas.

Devo os meus sinceros agradecimentos ao meu orientador Professor Doutor José Mapril que me ajudou muito em dar os passos certos para fazer acontecer este trabalho, adotando uma perspectiva crítica, questionando as evidências do terreno e criar as pontes entre teoria e prática. Obrigado pelo incansável apoio. Igualmente quero enfatizar a importância das reuniões a três entre o meu orientador e a colega Sara Aranha que certamente fizeram este trabalho mais rico.

Agradeço a Sara Aranha que me acompanhou neste percurso, certamente enriquecendo o trabalho com os seus comentários, perguntas e críticas.

Agradeço às professoras Inês Pereira e Rita Cachado por me apoiarem na aprendizagem e estimularem a minha criatividade para o fazer da etnografia. Neste sentido também estou muito grato pelo seminário da professora Paula Godinho “Antropologia e Movimentos Sociais” que me ajudou imenso a desenhar uma perspectiva para o meu campo de estudos a Caravana, a Assembleia e os Bairros.

Agradeço a Frank Eckardt por ter colocado as primeiras pedras do meu fundamento de estudos urbanos que agora transporto comigo, graças aos últimos ensinamentos do corpo docente e dos alunos do Mestrado em Estudos Urbanos.

Agradeço à equipa da conferência do TICYURB por me terem colocado o desafio de apresentar os meus primeiros resultados da etnografia, como também estou grato por ter sido convidado pela Patrícia Pereira a apresentar o meu trabalho no âmbito de um seminário de investigação, no CICS-NOVA.

Estou muito grato por ter tido o apoio da Ana Rita Alves na revisão da introdução. Obrigado.

Agradeço à Eunice pela compreensão destas aventuras que, por vezes, invadiram o nosso tempo partilhado: estou grato por tê-la ao meu lado, e por me mostrar um outro mundo.

Por último, agradeço à minha mãe pela sua visão do mundo que, muito me marcou, acompanhando o meu caminho até hoje. Estou grato pela compreensão e pelas noções saudáveis de liberdade.

RESUMO

EM MOVIMENTO NA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA: UMA ETNOGRAFIA DA CARAVANA PELO DIREITO À HABITAÇÃO

JANNIS SIMON CHRISTOPH KÜHNE

PALAVRAS-CHAVE: etnografia urbana, direito à habitação, migrações, movimentos sociais, Área Metropolitana de Lisboa

Este trabalho examina diferentes perspetivas de residentes de bairros autoconstruídos, engajados num movimento coletivo por melhores condições habitacionais. Neste âmbito realizou-se uma etnografia da Caravana pelo Direito à Habitação, iniciativa que percorreu o território português, em 2017, a fim de recolher testemunhos e depoimentos sobre as condições habitacionais como também envolver-se com grupos e associações locais, interligando as suas lutas pela habitação. O projeto da Caravana emergiu em 2016, organizado e executado no contexto da Assembleia dos Moradores dos Bairros da Área Metropolitana de Lisboa (AML) que junta quatro bairros e associações externas há mais de dois anos: Torre (Loures), Quinta da Fonte (Loures), Jamaica (Seixal) e 6 de Maio (Amadora). Os membros percorreram várias instituições administrativas e políticas em busca de soluções para os problemas e carências vividas quotidianamente. A Caravana representa uma expansão desta luta da AML para outras localidades, sendo a própria existência desta iniciativa entendida como o resultado dos processos de exclusão de grande parte da população migrante, afrodescendente e cigana, que se viu empurrada para as margens da AML.

Na cidade de Lisboa e na sua área metropolitana, a população é confrontada com a subida de rendas, tendência que está a ser reforçada pelo empenho de atrair capital, investimento estrangeiro, turistas, estudantes internacionais e *start-ups*. Por outras palavras, Lisboa procura manter e expandir a sua posição económica relativamente a outras cidades da Europa e do mundo. A cada dia, mais residentes sentem as implicações do progresso da financeirização do sector habitacional, à qual se junta uma tremenda escassez de habitações acessíveis no mercado e às várias violações de direitos ligados à habitação. Neste quadro, é muito importante aumentar a visibilidade das pessoas que enfrentam, há décadas, a falta de direitos habitacionais, pois a classe média, bastante visível, já está a ser afetada pela gentrificação e expulsões impulsionadas pelo mercado.

Baseado num trabalho de campo contínuo, esta dissertação é uma etnografia das sociabilidades criadas entre residentes marginalizados, com diferentes trajetórias de migração e experiências em movimentos sociais. Interessa a produção e negociação de reivindicações comuns e expectativas da luta em relação à segregação racial contemporânea, bem como políticas de habitação social. Migrações e marginalidade

avançada (Wacquant, 2008) estão em jogo aqui, pois estamos a lidar com bairros que já existiam desde a década de 1980, e na sua maioria são habitados por famílias das antigas colónias portuguesas, afrodescendentes e ciganos. Crucial é o que entenderemos que estas margens representam: localidades de criatividade no que concerne a resistência, a infrapolítica e à luta coletiva. No entanto, descobrimos as zonas de refúgio como lugares de escape e para onde determinadas pessoas estão a ser empurradas, mas onde também se adaptam para viver em dignidade, negociando com o Estado. Discutiremos a noção do direito à habitação e à casa, e as noções de cidadania, que podem ser entendidas como novas e insurgentes, constituindo uma contra-política, se bem que ainda incipiente. Trata-se sobretudo de indivíduos que estão a reivindicar algo que foi negligenciado por muito tempo. Só depois de terem alcançado e obtidos certos direitos fundamentais de habitação e acesso aos bens essenciais a justiça social poderá ser uma realidade.

ABSTRACT

ON THE MOVE IN THE LISBON METROPOLITAN AREA: AN ETHNOGRAPHY OF THE “CARAVANA PELO DIREITO À HABITAÇÃO”

JANNIS SIMON CHRISTOPH KÜHNE

KEYWORDS: urban ethnography, right to housing, migrations, social movements, Lisbon Metropolitan Area

This dissertation examines different perspectives of residents engaged in social movements in auto-constructed neighbourhoods through an ethnography of the *Caravana pelo Direito à Habitação*, which travelled across Portugal in 2017 to collect testimonies and engage with local groups and associations in their struggle for housing. The project of the Caravana was initiated in 2016, and it was organized in the context of the Assembly of Residents of Lisbon Metropolitan Area (LMA) from four neighbourhoods (*bairros*) that include: Torre (Loures), Quinta da Fonte (Loures), Jamaica (Seixal) and 6 de Maio (Amadora). The members managed to confront various political and administrative institutions and sought to find solutions for their problems and unmet everyday needs facing. The Caravana represents an expansion of this struggle to other places outside the LMA, and the very existence of this initiative is seen as a result of processes of the exclusion of large parts of the migrant, afrodescendant, Romany and Tzigane population, who were pushed to the margins of the metropolis.

Currently, Lisbon and its metropolitan area are confronted with skyrocketing rents due to huge efforts to attract capital, foreign investment, tourists, international students and start-up companies – in other words Lisbon seeks to maintain and expand its economic position relative to other cities in Europe and worldwide. Every day, more and more residents are feeling the implications of an advancing financialization of the housing sector, a tremendous shortage of affordable housing, while a number of violations of general housing rights occur. In this context, it is very important to shed light on those who for decades have continuously faced a lack of right to housing, since the very visible middle class is already affected by gentrification and market-driven expulsions.

Based on on-going fieldwork, this dissertation is an ethnography of the common sociabilities created between residents with different migrant trajectories and experiences in social movements. Our concern here is how common claims and expectations are negotiated and produced in relation to contemporary racial segregation and social housing policies. Migration and advanced marginality (Wacquant, 2008) are at stake here, since we are dealing with neighbourhoods that already existed in the 1980s and are predominantly inhabited by families from the

former Portuguese colonies, of African descent and Romany and Tzigane people. It is crucial to understand that these places are localities of creativity when it comes to resistance, infrapolitics and collective struggle. It is stated that the zones of refuge serve as places of escape, where certain people are pushed to, but at the same time where people adapt so they can live in dignity, negotiating with the State. Notions of the right to housing and to a house, as well as notions of citizenship with the emphasis on new urban and insurgent forms can be read as inceptive counter-politics found in these contexts. Mainly, we are dealing with individuals who are reclaiming something that has been neglected for a long time – and once this is successful, fundamental housing rights and access to essential services will have been achieved and social justice can prevail.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
I. Estado da Arte	5
a) <i>Antropologia urbana em Portugal e na AML</i>	5
b) <i>Ação colectiva nas margens</i>	10
II. Metodologia	19
a) <i>As condições de produção etnográfica e a investigação militante</i>	20
b) <i>Uma antropologia engajada e na metrópole</i>	23
c) <i>Etnografia em movimento</i>	29
III. Organização da dissertação	32
CAPÍTULO I: A Área Metropolitana de Lisboa e os bairros	34
I. Migração e segregação na Área Metropolitana de Lisboa	34
a) <i>Bairro 6 de Maio</i>	43
b) <i>Bairro da Torre</i>	46
c) <i>Bairro da Jamaica</i>	49
CAPÍTULO II: Pelo Direito à Habitação	53
I. O contexto vantajoso do atual ciclo de contestação para o direito à habitação	53
II. A Caravana pelo Direito à Habitação	59
III. A Assembleia dos Moradores dos Bairros	63
CAPÍTULO III: Lutar sozinha – lutar em conjunto	67
I. Resistência, refúgios e o registo público	67
a) <i>Zonas de Refúgio</i>	67
b) <i>Tornar o registo escondido público</i>	77
II. Sociabilidades de <i>emplacement</i> como base de uma reivindicação colectiva	83
a) <i>As sociabilidades na Assembleia e na Caravana</i>	85
CAPÍTULO IV: Temos todos o direito	97
I. A reivindicação de algo que não está – o direito a uma habitação condigna	97
II. A cidadania insurgente em surgimento	109
a) <i>A cidadania insurgente na AML</i>	110
CONCLUSÃO	118
BIBLIOGRAFIA	124
ANEXOS	136
A) Guiões das entrevistas	136
B) Cronologia da Caravana	144
C) Excerto do diário de campo	149

LISTA DE ABREVIATURAS

ADIME Associação para a Defesa e Inserção das Minorias Étnicas

Assembleia Assembleia dos Moradores dos Bairros

Caravana Caravana pelo Direito à Habitação

Chão Oficina de Etnografia Urbana

CMA Câmara Municipal de Amadora

CML Câmara Municipal de Loures

CMS Câmara Municipal de Seixal

GESTUAL Grupo de Estudos Sócio-Territoriais e de Acção Local (Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa)

Habita Colectivo pelo Direito à Habitação e à Cidade

IHRU Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana

PER Programa Especial de Realojamento

SAAL Serviço de Apoio Ambulatório Local

SEH Secretaria de Estado da Habitação

SOLIM Solidariedade Imigrante (Associação para a defesa dos direitos dos imigrantes)

INTRODUÇÃO

A Caravana pelo Direito à Habitação iniciou-se no dia 8 de Setembro de 2017 no Bairro 6 de Maio pelo final da tarde, depois de ter passado pelos Bairros Casal da Boba e Alto Cova da Moura, no concelho da Amadora, durante a tarde. O evento aconteceu pelo início da noite, comia-se Cachupa e Pastéis preparados por algumas moradoras do bairro, servidos numa bancada montada numa casa em ruínas – viam-se os azulejos e as paredes pintadas do interior. Algumas pessoas subiram ao palco improvisado no centro do bairro, em que o entulho das casas demolidas pela Câmara Municipal, deixado no sítio cobrindo o chão, fazia com que a aparência do bairro, cada vez mais, se assemelhe a um cenário de guerra ou de catástrofe natural. Os indivíduos que estavam dispostos a discursar queriam deixar claro o porquê da Caravana, e enfatizar o que enfrentam no seu quotidiano. A Cristina, moradora autóctone do bairro e afrodescendente, que ao longo do processo do último ano, se juntou formalmente à Associação Habita, disse naquela noite:

“Organizámos esta Caravana pelo Direito à Habitação. Esta ideia surgiu durante uma das reuniões que tínhamos entre os moradores – Bairro da Jamaica, Bairro da Torre, o Bairro da Quinta da Fonte e o Bairro 6 de Maio. E pensámos em formar a Caravana pelo Direito à Habitação que vai passar em vários bairros, ao longo de todo o país, para recolher material sobre o que é que se está a passar na realidade, hoje, em Portugal. A realidade escondida das barracas, a realidade das condições que se vive nas barracas. E pelo simples facto do Governo não querer reconhecer o que se está a passar hoje em Portugal.” (Cristina, Bairro 6 de Maio, 08/09/2017)

...

“Porque agora estamos a ser despejados como se fossemos animais? – sobre o pretexto de que não temos direitos. Toda a gente tem direito à habitação, todos... todos! ... Ah, porque tu moras aqui há menos tempo. Ah, porque tu chegaste depois. Não, todos nós temos direito à habitação, todos. ... Porque é que nós somos excluídos pela sociedade? Nós também temos direito à cidade.” (Cristina, Bairro 6 de Maio, 08/09/2017)

Além das palmas que Cristina recebeu pela sua intervenção, durante a qual segurava a sua filha ao colo, uma senhora da plateia disse: “É direito humano!”. Em seguida, outra

pessoa, uma moradora do Bairro da Torre, subiu ao palco e, entre outras coisas, disse: “...a Caravana está aí a passar... e se a gente deixa passar mesmo, sem entrar nela, então as coisas acontecem da pior forma!”. Um outro ativista, este do Casal da Boba, discursa e enfatiza a autoconstrução das casas do bairro:

“Esta construção aqui foi suor de muita gente. Esta construção aqui não é uma simples barraca, uma simples casa degradada, como oiço muita gente a dizer. Esta construção aqui... houve suor de muitos pais, houve muito suor. Os pais trabalhavam de segunda a sexta e no fim-de-semana construíam estas casas. Começaram de barraca, passaram à tijolo, à placa. Isto custou muita coisa. Custou muita coisa para muita gente sair daqui e pagar uma renda de 300 e 400 Euros...”

Estas vozes ouviram-se durante o primeiro encontro da Caravana pelo Direito à Habitação, e que consistiu numa série de eventos em diferentes lugares de Portugal durante o mês de Setembro de 2017. No entanto, estes eventos, dos quais acabamos de conhecer o primeiro, representam apenas algumas paragens de um percurso mais longo que começou quando se decidiu, na Assembleia dos Moradores do Bairros, organizar esta Caravana. Por trás destes eventos há histórias, processos e motivações, várias reuniões, existindo mesmo outros eventos que foram desencadeados pela iniciativa durante os meses a seguir ao percurso feito. Esta dissertação quer dar um contributo testemunhando a construção de algo coletivo durante este período – desde a preparação até aos desdobramentos da Caravana pelo Direito à Habitação.

A etnografia começou quando reencontrei Rita Silva, da Associação Habita, na conferência “Lisboa – Que futuro?”, no ISCTE, em Abril de 2017, onde se discutiram, entre vários atores, os desafios que a cidade enfrentava à altura. Neste local, a ativista da Associação Habita contou-me que iriam organizar uma Caravana que passaria pelo país, visitando locais e juntando pessoas afectadas por problemas de cariz habitacional. Isto, num momento politicamente estratégico em que, por um lado o governo estava a preparar novas políticas e programas direccionados às carências habitacionais, que uma parte cada vez maior da população enfrentava, e, por outro lado, numa altura em que os partidos preparavam as campanhas eleitorais para as eleições autárquicas de 2017. A partir deste reencontro consegui “entrar no comboio” do movimento pelo direito à habitação, conhecendo várias pessoas, associações e

bairros – assistindo a reuniões e participando na preparação da própria Caravana. Ali comecei, então, a perceber o porquê das reuniões e ações do Habita, da Assembleia dos Moradores dos Bairros, e dos outros grupos envolvidos como o CHÃO – Oficina de Etnografia Urbana, do SOS Racismo e do GESTUAL.

Hoje, embora as situações possam ter melhorado em alguns dos bairros promotores da Assembleia dos Moradores, as políticas desenhadas e lançadas pelo Governo não foram capazes de resolver os problemas de acesso à habitação condigna. Certo é que estes processos de luta coletiva, ao transcender os próprios bairros, levaram a uma maior visibilidade das carências e, conseqüentemente, das reivindicações, criando laços entre as diferentes pessoas afetadas. Portanto, esta dissertação pretende contribuir para avolumar um processo de politização e reivindicação pelo direito à habitação, que se insere num processo mais amplo de cidadania, participação democrática e organização coletiva. A Assembleia de Moradores é um movimento colectivo onde migrantes e afrodescendentes lutam de forma ativa por um conjunto de direitos negligenciados por muito tempo. Neste contexto, a dissertação visa também desvelar padrões de racismo e discriminação pós-colonial. A partir do trabalho etnográfico, realizado no contexto da Caravana pelo Direito à Habitação e da Assembleia dos Moradores dos Bairros, conseguiu-se analisar um conjunto de situações sociais diversas:

- contextos de exclusão, marginalidade e racismo na AML;
- processos de resistência: do refúgio ao registo público;
- sociabilidades de *emplacement* entre moradores dos bairros envolvidos na luta pelo direito à habitação nos bairros, entre as localidades e durante as visitas fora da AML feitas pela Caravana;
- noções do direito à cidade, à habitação e à vida;
- cidadania urbana e insurgente no contexto dos bairros autoconstruídos;
- experiências dos membros da Assembleia dos Moradores dos Bairros envolvidos no processo da Caravana.

Para a realização da análise destas situações mobiliza-se um conjunto de teorias nas áreas da Antropologia urbana, dos Movimentos sociais e colectivos, da Resistência, das Margens e do Estado, e da Cidadania urbana e insurgente. Este trabalho baseia-se nas ideias de uma antropologia da cidade (Lamphere, 1992; Mullings, 1987; Rogers & Vertovec, 1995), onde tentaremos encaixar sempre as observações etnográficas em várias escalas e dialogar com o conhecimento produzido sobre cidade em outras disciplinas, tais como a História, a Geografia e a Sociologia. Considerando a produção académica na área da Antropologia urbana em Portugal e, em particular na AML, pretende-se contribuir para esse mesmo campo disciplinar híbrido (Cordeiro, Baptista, Costa, & Antunes, 2003, p. 25). Sendo a Caravana uma iniciativa no contexto do movimento de luta pela habitação, recorre-se também a alguma literatura sobre movimentos sociais, focando-se nos aspetos do envolvimento individual e nos processos de transição da resistência oculta à resistência aberta (Hobsbawm, 1972; Tarrow, 1998; Godinho, 1998; Fox & Starn, 1997; Harvey, 2012; Graeber, 2013; Porta & Diani, 2006; Passy, 2003; Scott, 1985, 1998, 1990, 2009). Da mesma forma, debater-se-ão noções de Estado e das suas margens, onde a resistência é realidade quotidiana e cujas formas são reflexo da relação entre margem e centro (Bourdieu, 1998, 2012; Wacquant, 2008; Poole & Das, 2004a; Trouillot, 2001; Ferguson & Gupta, 2002). Além do mais, não só o lema do direito à habitação empregue pela Caravana, mas as próprias observações no campo levaram-me a articular as ideias de Lefebvre e as reflexões de outros autores sobre a atualidade do conceito do direito à cidade, localizando-o nas margens urbanas (Lefebvre, 1968, 1991; Purcell, 2014; Rouan, 2009; Bastia, 2018; Dikeç, 2001, 2005). Por fim, mobiliza-se o conceito de Cidadania insurgente e urbana, descrita por Holston, para entender melhor o processo reivindicativo e as noções do direito que está a ser reclamado no contexto desta etnografia (Holston, 1999, 2008, 2016).

I. Estado da Arte

a) Antropologia urbana em Portugal e na AML

A Antropologia urbana surge no campo dos Estudos urbanos da Escola de Chicago, nas décadas de 1920 e 1930, onde investigadores das disciplinas de Antropologia, Geografia e Sociologia – das Ciências Sociais – se preocupavam com os relacionamentos intraurbanos entre relações sociais e formas espaciais (Lamphere, 1992, p. 15; Rogers & Vertovec, 1995, p. 2). Nota-se que a produção académica nesta época é marcada por um tempo de mudanças entre as duas guerras mundiais, onde, na cidade de Chicago, ocorre uma transição estrutural da acumulação industrial para a acumulação corporativa. A “desordem” social criada atraiu os interesses dos cientistas que adotaram novos modelos de análise (Rogers & Vertovec, 1995, p. 2). Neste contexto, os modelos da ecologia humana e do equilíbrio (relações urbanas espaciais e sociais), utilizadas pela Escola de Chicago, foram apropriados pelos antropólogos e aplicados no trabalho de campo em terrenos não-ocidentais (Rogers & Vertovec, 1995, p. 3). No entanto, os estudos etnográficos feitos à escala micro (i.e. Anderson, 1923; Cressey, 1932) e à escala macro, como os estudos de Robert Park (1916), Louis Wirth (1938) e Edward Burgess (1967), não foram capazes de dialogar entre si (Lamphere, 1992, p. 15).

As transformações urbanas, os processos de urbanização iniciados pela migração rural, ou pelas mudanças estruturais que aconteceram nas sociedades modernas, foram alvo de investigações etnográficas a partir da década de 1950. Estes trabalhos focaram-se mais em fenómenos sociais nas cidade e menos no que caracteriza as diferentes cidades, ou como os novos residentes se adaptaram ao meio urbano (Rogers & Vertovec, 1995, p. 3). Mitchell e Hannerz chamam a esta abordagem “Antropologia na cidade”, onde a cidade era, meramente, lugar de investigações mas não objeto de estudo (Hannerz, 1980; Mitchell, 1987). Neste sentido, foram feitas etnografias com “ethnic migrants, ghetto populations, subcultures, and poverty-induced socio-cultural adaptations” (Rogers & Vertovec, 1995, p. 3) nas cidades norte-americanas. Algumas obras importantes são as de William Foote Whyte (Whyte, 1943), Herbert Gans (Gans, 1962), Anthony Leeds (Leeds, 1968) e Ulf Hannerz (Hannerz,

1969). Isto relaciona-se, em grande medida, com a “perda” dos territórios – consequência da descolonização – e, como tal, a confrontação dos antropólogos com as realidades das cidades dos Estados Unidos da América e da Europa (Cordeiro et al., 2003, p. 4), caracterizadas pela marginalidade e diversos problemas sociais. A grande crítica avançada por Leeds à Antropologia urbana (Leeds, 1973) era que, ao seguir-se o modelo “community studies”, os antropólogos não consideravam a relação entre unidade de análise e sociedade em geral (Mullings, 1987, p. 4). Neste sentido, Leeds enfatizava que a Antropologia deveria considerar a relação entre as escalas micro e macro. Um bom exemplo disso é a noção de etnicidade que, por muito tempo, foi dada como garantida, focando certos grupos como “encerrados num padrão de traços culturais” que se perpetuavam nos seus estilos de vida urbana (Mullings, 1987, p. 4). Assim, a etnicidade não foi entendida através das dialéticas entre poder e impotência, riqueza e pobreza, que a definem e lhe dão sentido. De acordo com Louise Lamphere, a vasta produção etnográfica, sobre cidades, nos anos 1960 e 1970, era “self-contained” e não utilizou dados da escala macro para enquadrar os estudos sobre certas populações locais (i.e. números de desemprego, salários, abandono escolar) (Lamphere, 1992, p. 15). É assim que no decorrer da década de 1970, a Antropologia urbana passa de uma Antropologia *na* cidade para uma Antropologia *da* cidade, possibilitando novas abordagens à etnografia (Eames & Goode, 1977, p. 31pp). Rita Cachado enfatiza esta transformação:

“A substituição da expressão “antropologia na cidade” pela expressão “antropologia da cidade” serve, sobretudo, para assinalar na história da antropologia urbana essa ponte entre os estudos clássicos de comunidade aplicados a contextos urbanos e os estudos contemporâneos mais informados quanto à importância da relação entre os contextos que se escolhem estudar e a sua envolvente urbana.” (Cachado, 2012, p. 34)

Nesta lógica, Leeds foi um dos pioneiros a realçar a importância da relação dos residentes de uma determinada localidade com as entidades locais e extra-locais (Leeds & Leeds, 1978), alimentando o discurso sobre como fazer os estudos da cidade. Algumas décadas antes, em Inglaterra, nomeadamente na Escola de Manchester, no Instituto Rhodes-Livingstone, a Antropologia da cidade, forjada por Gluckman (1940) e Mitchell (1956), desenvolveu a análise situacional utilizada até aos dias de hoje (i.e. em trabalhos de Cordeiro (1997); Costa (1999) e Agier (2000)) e que contribuiu para a

transição do “na” para o “da”. Esta dissertação inspira-se na abordagem utilizada por Mitchell (1956), na sua investigação, na então Rodésia do Norte, onde a dança “Kalela” serviu como ponto de partida para o seu trabalho sobre relações sociais e tribalismo, bem como no trabalho de Gluckman (1940), “Analyses of social situation in modern zululand” – onde a inauguração de uma nova ponte é matéria analisada pelo investigador. Neste sentido, esta dissertação baseia-se numa abordagem que entende a Caravana como um conjunto de situações a partir das quais podem abordar-se várias temáticas. Assim, as observações antes, durante e depois dos quatro fins-de-semana da Caravana servem como ponto de partida para uma etnografia mais aprofundada. Mitchell identifica três níveis diferentes de abstração que se relacionam de forma reflexiva: (1) “o conjunto de eventos”; (2) “a situação” e (3) “a configuração ou contexto estrutural” (Mitchell, 1987, p. 9), representando, assim, uma ótima ferramenta para encaixarmos dados etnográficos obtidos numa localidade específica num contexto mais amplo.

De acordo com Rogers e Vertovec, na década de 1980, “urban anthropology remained no less disparate and wide-ranging, while many of its key focuses were expanded yet further” (Rogers & Vertovec, 1995, p. 4). No entanto, Lamphere constata que foi nos anos 1980 e 1990 que surgiram trabalhos que juntaram a etnografia com abordagens à escala macro, tendo em conta a economia política local de determinado Estado-nação (Lamphere, 1992, p. 15).

“The balkanization of social and cultural anthropology into subfields such as urban anthropology is being overcome as more studies done in cities are reintegrated into a social-cultural anthropology that focuses on a connection between what we are calling micro and macro level data” (Lamphere, 1992, pp. 15–16)

Na sua obra, *Structuring Diversity*, Lamphere cruzou dados quantitativos com dados qualitativos (i.e. provenientes da observação participante e de entrevistas intensivas). A autora concorda com Sanjek quando este louva as intervenções de Leeds: “Cities are nodes within societies, or social formations. Urban social relations are conducted within and contextualized by state and state-regulated institutions concerned with education, communication, transportation, production, [...] and housing, and land use. [...] the study of such relations and institutions in ex-urban or

trans-urban settings is difficult and unnecessary to separate from “urban anthropology”.” (Sanjek, 1990, p. 154)

A Antropologia, em Portugal, surge, tal como em Espanha, de uma herança ruralista, sendo que os campos, nos quais se desenvolve, eram, por norma, investigados pelas disciplinas de Sociologia, Geografia e Psicologia (Cordeiro et al., 2003, pp. 21–22). Quando o interesse dos antropólogos se desvia do campo para a cidade, começa a emergir uma antropologia urbana que é marcada, inicialmente, por três orientações: (1) o fado e as culturas populares urbanas, (2) as sociabilidades populares urbanas, formais e informais e (3) as margens, a exclusão e as marginalidades (Cordeiro et al., 2003, p. 23). Um bom exemplo da terceira orientação, também tendo em conta as temáticas da segunda, é o trabalho de Marina Antunes, que investigou as sociabilidades de um grupo de jovens no Bairro Estrela d’ África – bairro vizinho do 6 de Maio, na Amadora – que hoje em dia já não existe, pois foi demolido e nem todas as famílias realojadas (M. Antunes, 2003). Também os trabalhos de Fernandes, Chaves e Vasconcelos inserem-se neste campo das margens urbanas e das sociabilidades encontradas ali (Fernandes, 1998; Chaves, 1999; Vasconcelos, 2002).

Sobre os trabalhos feitos no âmbito da Antropologia urbana portuguesa, em referência a António Firmino da Costa, Cordeiro afirma, num workshop, em 2001:

“Todas elas têm em comum o facto de partirem da cidade como contexto de referência e, também, buscarem “um ângulo através do qual a observação e a análise da realidade social é feita com proximidade aos actores, às práticas, às actividades, aos quotidianos (...)”, procurando encontrar os “sítios, os agentes, os processos, em que essa visão próxima, complementar de outras, é captada”, sem prescindir de um enquadramento teórico mais abrangente.” (Cordeiro et al., 2003, p. 24)

A antropologia representa, cada vez mais, um campo disciplinar híbrido em que várias disciplinas se cruzam (Cordeiro et al., 2003, p. 25). Exemplo paradigmático é o facto de muitos serem os antropólogos licenciados ou com mestrado em outras áreas.

Como esta dissertação quer partir de uma noção da Antropologia urbana, onde a cidade não represente meramente um contexto, interessa-nos também saber como as pessoas reagem face ao Estado, que muitas vezes atua de forma dominante através

das suas políticas. Enquanto Ida Susser se debruça sobre as reações de uma classe trabalhadora atingida por cortes de políticas sociais, no pós-crise fiscal de Nova Iorque, em 1975 (Susser, 2012), o presente trabalho pretende analisar como os membros da Assembleia dos Moradores reagem face às condições de exclusão, ao carácter precário das suas habitações, e como este direito está a ser reivindicado. Empreende-se uma visão que não compreende a autoconstrução nos bairros – locais deste etnografia – como um ato criminoso, feito por criminosos que passam a criminalidade de geração em geração, mas como uma reação às condições socioeconómicas, às políticas estatais, etc. – perspectiva tomada por vários antropólogos¹ de Mullings (Mullings, 1987, p. 8). Ademais, as pessoas não são apenas receptores passivos das condições impostas, “[they] are engaged in acting on their own behalf” (Mullings, 1987, p. 8).

Neste sentido, este trabalho adota uma perspectiva que não aceita explicações de comportamento individual isolado das condições mais amplas da economia política, da marginalização e de padrões de racismo institucionalizado. As obras etnográficas de Philippe Bourgois (Bourgois, 2003) e Miguel Chaves (Chaves, 1999), em contextos geograficamente distantes como os Estados Unidos e Portugal, mas parecidos na sua abordagem, servem como exemplo de adoção de uma perspectiva crítica para a presente dissertação. Assim, a etnografia da Caravana pelo Direito à Habitação pretende contribuir para o vasto conjunto de investigações feitas, na Área Metropolitana de Lisboa, na área dos Estudos urbanos e da Antropologia urbana. Destacam-se obras como o livro *Uma etnografia na cidade alargada* de Rita Cachado (2012), sobre os Hindus na Quinta de Vitória e o PER; e *O Estado Novo e os seus vadios* de Susana Bastos (1997), sobre a produção, repressão e regeneração de identidades marginais durante o Estado Novo. Como foram feitos vários estudos sobre as condições sociais e também de habitação dos migrantes na Área Metropolitana de Lisboa, nesta dissertação recorre-se, especificamente, aos trabalhos de Malheiros, Fonseca, Cachado, Ascensão e Vala (Ascensão, 2013; Carmo, Cachado, & Ferreira, 2015; Malheiros, 1996; Malheiros & Fonseca, 2011; Malheiros & Vala, 2004). Desta forma garante-se um contributo sólido para uma investigação que interliga o estudo das migrações e estudos urbanos, dando continuidade a uma Antropologia urbana em

¹ Consulte os trabalhos de Sanjek, Sharff, Kreniske, Mikell, Leacock no livro de Mullings (1987)

expansão. O trabalho antropológico de João Baía sobre o processo SAAL em Coimbra² serve também para enquadrar historicamente as lutas contemporâneas pela habitação em bairros precários (Baía, 2012).

b) Ação colectiva nas margens

O meu contributo corresponde à terceira orientação da antropologia urbana em Portugal descrita por Cordeiro (Cordeiro et al., 2003, p. 23), querendo entender de que forma surge uma luta colectiva nas margens da Área Metropolitana de Lisboa. Mostraram-se úteis para este desafio os conceitos de Glick Schiller e Çağlar (Glick Schiller & Çağlar, 2009, 2011c, 2016; Çağlar & Glick Schiller, 2018b), de James C. Scott (1985, 1990, 2009) e James Holston (1999, 2008, 2016). Vários são os autores que sublinham que não devemos ficar surpreendidos com o facto de, em contextos de exclusão, surgirem formas criativas de rebeldia e de cidadania. Portanto, jogo aqui com a ideia dos “rebel outcasts”, fazendo referência ao trabalho de Loïc Wacquant (2008), e ao livro de David Harvey *Rebel Cities* (2012), cruzando os conceitos de marginalidade avançada e de cidade rebelde. Nos bairros por onde passou esta etnografia, lidamos claramente com contextos de marginalidade avançada, tal como descrita por Wacquant – quando fala sobre os indivíduos presos e lançados em sítios marginais – “urban outcasts”. Por outro lado, Harvey demonstra como a cidade virou o sítio que, para a sociedade de classes de antigamente, era a fábrica – o proletariado foi substituído pelo precariado urbano (Harvey, 2012, p. xiv). Reanimando as noções do Direito à Cidade de Henri Lefebvre (Lefebvre, 1968), Harvey enfatiza o carácter emancipador deste direito:

„To claim the right to the city in the sense I mean it here is to claim some kind of shaping power over the processes of urbanization, over the ways in which our cities are made and remade, and to do so in a fundamental and radical way.“ (Harvey, 2012, p. 5)

² Durante o PREC (Período Revolucionário em Curso) as Associações do Bairro da Relvinha, da Conchada e da Fonte do Bispo juntaram-se diante os seus problemas comuns na luta pela habitação condigna e criaram um boletim intitulado: “A Nossa Força a Nossa Luta” em Abril de 1976 (Cachado & Baía, 2012, p. 19). Esta coordenação entre moradores de vários bairros como pré-requisito para a vitória pode servir como exemplo histórico da união na luta pela habitação em Portugal.

O filme *La Haine*, Kassovitz (Kassovitz, 1995) mostra como a segregação e a exclusão socio-espacial instiga a adoção de estratégias para apropriar-se da cidade, ao acompanhar um grupo de jovens que se move pela metrópole, reapropriando-se dos espaços que lhes são *interditos*. Notável é a junção de várias origens étnicas nesta aventura, todos moradores de um bairro periférico de habitação social. White atesta que indivíduos de grupos potencialmente excluídos podem adotar estratégias “that ensure their continued participation and advancement rather than exclusion.” (White, 1998, p. 158), definindo *exclusão* como um conceito de contornos fluídos e vagos. Igualmente, Boal entende que a segregação “[...] can also, under right conditions, provide a basis for coping with deprivation” (Boal, 1998, p. 109). No campo da Antropologia urbana, estes espaços – as margens – também são compreendidas como lugares não-estáticos, onde nem sempre o Estado consegue exercer o seu poder e onde há uma criatividade capaz de produzir formas alternativas de ação política e económica (Poole & Das, 2004b, pp. 19, 30). É neste sentido que o presente trabalho pretende contribuir para a visibilidade da criatividade e a compreensão das dinâmicas associadas. Veena Das ilustra muito bem situações onde vulnerabilidade e poder não representam necessariamente opostos:

“Vulnerability and power are not opposed here [in the margins]. Instead, through an exchange between the real and the imaginary as in notions of panic, rumor, and credulity, the domain of the civil is instituted and controlled. There are then neither pure victims nor noble resisters – to use Tarlo’s (2000) felicitous phrasing – but a series of partnerships through which a state and community mutually engage in self-creation and maintenance. This does not mean that we cannot engage with questions of justice and rights or that communities formed through suffering are delegitimized. The place from which these engagements occur, though, is not that of the moral space of innocent victimhood but of the rough-and-tumble of everyday life.” (Das, 2004, p. 251; com referencia à Tarlo, 2000)

As autoras Poole e Das imaginam as margens como algo que, simultaneamente, foge do controlo do Estado e, ao mesmo tempo, é o lugar onde o Estado refunda os seus modos de manter a ordem e a legislação. As margens, dizem, não são apenas territoriais: “they are [...] sites of practice on which law and other state practices are colonized by other forms of regulation that emanate from pressing needs of

population to secure political and economic survival.” (Poole & Das, 2004b, p. 8). As autoras sublinham a estreiteza da relação entre as margens e o centro, afirmando, assim, que sem margens não poderia haver Estado.

O antropólogo Pina Cabral formulou, no seu ensaio “A difusão do limiar: margens, hegemonias e contradições”, noções de marginalidade que interessam para este trabalho e que dialogam com o ponto de Poole e Das. O autor chega a uma concepção da marginalidade que “traz as margens para o centro” e onde ela representa o “terreno sobre o qual a estrutura é constantemente reconstruída” (Pina Cabral, 2000, p. 873). A estrutura é a condição sob a qual a sociedade diferenciada e hierarquizada existe e a partir da qual “as pessoas teriam valores desiguais” (Pina Cabral, 2000, p. 871). É a hegemonia que gera centralidade e, portanto, a marginalidade é o “fundamento da vida social e cultural sobre o qual a hegemonia impõe processos de estruturação.” (Pina Cabral, 2000, p. 883)

Segundo Pina Cabral, a marginalidade de uma pessoa é partilhada com outros indivíduos em condições parecidas e percebida dentro de um referencial moral dominante. Ademais, existem representações e estratégias que se revelam por práticas sociais que surgem quando “diferentes membros de um grupo social estão igualmente confrontados com contextos de acção semelhantes” (Pina Cabral, 2000, p. 884). O facto de que estes contextos individuais se assemelhem entre si faz com que padrões de comportamento agregado, portanto estratégias, surjam. Pina Cabral constata que não foi prestada muita atenção a estas estratégias de ação que são reflexos de situações em que determinados grupos sociais não conseguem obter o que corresponde às “expectativas criadas pelos ideais hegemónicos” (Pina Cabral, 2000, pp. 884–885). O autor conclui que tanto a marginalidade como a centralidade são “produto do exercício do poder hegemónico” (Pina Cabral, 2000, p. 888)(Pina Cabral, 2000, p. 888), fazendo do centro e da margem categorias não-absolutas no sentido em que a “«difusão das margens» subsume e integra dentro de si uma relativização das centralidades, mas não o seu desaparecimento” (Pina Cabral, 2000, pp. 888, 890).

O que tem atingido cada vez mais pessoas, à escala global, são os *displacements* e a despossessão, reforçados³ pelo efeitos do projeto neoliberal e da austeridade, deixando vários indivíduos sem casa, desprotegidos da violência e da morte, sem empregos ou sem direitos (Butler & Athanasiou, 2013). É neste pano de fundo que Schiller e Çağlar realizam as suas etnografias, desvelando dinâmicas de *emplacement* em sítios onde novos e antigos residentes, ou colegas de trabalho, encontram domínios de afeto mútuo e, assim, superam os vários *displacements* que enfrentam no quotidiano. O *emplacement* pode atingir um nível em que já se integra a escala de luta contra as disparidades do capitalismo global, portanto existe aqui um potencial de organização coletiva:

“It is perhaps from the sociabilities, established by people who, despite their differences, construct domains of being human together, that the performed precarity of dispossession is transformed into struggles against the growing disparities and displacements of global capitalism” (Glick Schiller & Çağlar, 2016, p. 31)

Esta introdução de sociabilidades, além da diferença, leva-nos a considerar a investigação sobre as migrações e a forma como a organização política dos migrantes pode conduzir a ações coletivas. Deve sublinhar-se que foram realizadas poucas investigações que interliguem processos de politização e envolvimento político em processos de migração. Segundo Però, na grande maioria dos estudos elaborados na área das migrações, “o migrante” raramente é encarado como sujeito político. O autor, além dos aspetos mencionados, supõe que é devido à falta de direitos políticos e de cidadania. O que mais fortemente inviabiliza este tipo de investigações é a perceção que o engajamento político seja restrito ao ato de votar ou à atividade dos políticos (Però, 2008, pp. 106–107). Però recorre à teoria mais difundida sobre mobilização política, a abordagem das estruturas de oportunidade política (political opportunity structures (POS)), que advém da teoria da mobilização de recursos dos estudos sobre movimentos sociais (Koopmans & Statham, 2000), para estudar os processos de resistência de latino-americanos em Londres. O autor verifica que as explicações para a

³ Representam tendências reforçadas inerentes ao capitalismo, como a acumulação por despossessão descrita por Harvey, expandindo o conceito da acumulação primitiva discutida por Hannah Arendt no contexto do imperialismo (Arendt, 1951; Harvey, 2003). Portanto, trata-se de alguma forma de um “novo” imperialismo catalisado pelo neoliberalismo e pela austeridade.

ação coletiva são mais complexas do que aquelas que a abordagem de POS permite: a socialização política, o *background*, a experiência e os valores, assim como as condições de vida no contexto recetor são decisivos para o envolvimento em ações coletivas (Però, 2008, pp. 121–122). No caso da sua etnografia, as condições dos Latinos em Londres são caracterizadas pela exploração, marginalização e exclusão dos mesmos.

O investigador Garapich argumenta que a chamada infrapolítica das mobilizações de grupos étnicos é relevante quando queremos entender estas iniciativas, enfatizando a teoria de James C. Scott (Scott, 1990) e criticando a abordagem institucional e unidimensional das estruturas de oportunidade política (Garapich, 2008, p. 125). Però, por sua vez, indica que as investigações futuras deveriam dar conta desta diversidade e acredita que a Antropologia, com o seu cuidado para os pormenores e as microdinâmicas, está “in a good position to make a significant contribution to the interdisciplinary development of research on collective action and in so doing get out of their marginal position in relation to this important topic” (Però, 2008, p. 122).

De facto, como já referido acima, existe e existiu grande interesse dos cientistas sociais pelos processos de urbanização, iniciados pela migração rural para o espaço urbano e pelas mudanças estruturais mais amplas das sociedades na década de 1950 (Rogers & Vertovec, 1995, p. 3). Assim, é aparente que a urbanização está intimamente relacionada com processos migratórios – e, logo, quem estuda a cidade é confrontado com estes processos. Foi neste cenário que a Antropologia urbana produziu conhecimento e se consolidou como disciplina. Deste modo, quando investigamos migrações no espaço urbano é importante estar ciente das observações de Mitchell. Quando o migrante se torna residente urbano, dá-se uma mudança situacional, (e não processual), que representa um aspeto importante nesta etnografia que se desenvolve, sobretudo, com moradores de bairros autoconstruídos da AML. De acordo com Mitchell:

“The fact is rather that urban dwellers develop institutions to meet their needs in towns and these, because of their different contexts, differ from rural institutions meeting the same need in the tribal social system. An urban social institution is not a

changed rural institution: it is a separate social phenomenon existing as part of a separate social system so that the behavior in town of a migrant when it differs from that in his rural home is more than likely to be a manifestation of 'situational' rather than 'processive' change" (Mitchell, 1978).

Na mesma linha, o trabalho do antropólogo James Holston e o conceito de cidadania insurgente nasce das observações de uma população rural que veio para as áreas metropolitanas do Brasil, e que, com a fixação em bairros autoconstruídos, fez surgir esta nova forma de cidadania (Holston, 1999, 2008) – por outras palavras, a população encontrou uma nova forma de satisfazer as suas necessidades e reclamar o que é seu por direito, e que não é uma adaptação processual de formas adotadas no meio rural de onde provém. Proponho, nesta dissertação, que a conceito da cidadania insurgente pode aplicar-se ao contexto da Assembleia dos Bairro e da Caravana, e, portanto, será discutido no Capítulo IV.

No seu trabalho *Shadow cities* que abrange várias latitudes, Neuwirth não menciona as diversas formas de autoconstrução e construção informal, em Portugal, quando fala do contexto europeu ⁴. Tematiza o direito à cidade e à habitação nos contextos de casas autoconstruídas e ocupadas:

"The world's squatters give some reality to Henri Lefebvre's loose concept of "the right to the city." They are excluded, so they take. But they are not seizing an abstract right, they are taking an actual place: a place to lay their heads. This act – to challenge society's denial of place by taking one of your own – is an assertion of being in a world that routinely denies people the dignity and the validity inherent in a home. " (Neuwirth, 2005, p. 311)

⁴ "Squatting reared up again throughout Europe during the difficult economic times after World War II. But as governments desperate for development ceded more public land to the private sector and expanded the zoning envelope to allow for bigger buildings, it became harder to find room for any self-built bungalows. There was another burst of squatting during the 1980s (most notably in London and Amsterdam) as groups took over buildings that had been abandoned by their landlords. But by and large property in Europe's cities had been fully privatized and squatting had become the domain of young single people and radicals rather than the families of old." (Neuwirth, 2005, p. 188) A questão das migrações, também não está consagrada nesta apresentação do quadro europeu em que Portugal não aparece, embora que nos anos 80 vivenciou-se o pico dos chamados "bairros de barraca" que um século mais tarde foram alvo do Programa Especial de Realojamento, iniciativa que não foi concluída totalmente.

Portanto, os bairros autoconstruídos existem na atualidade e são reflexo do direito à cidade e à habitação por mera existência. As resistências levadas a cabo nestes contextos são diversas e germinam há algum tempo, e só com lentes aptas para observar os diferentes níveis de infrapolítica é possível dar conta destas bases para a mobilização. O momento crucial da declaração pública do registo escondido descrito por de James C. Scott (1990) eleva a resistência a um outro nível onde as sociabilidades podem proporcionar uma expansão da luta coletiva que abrange vários sítios.

Certamente útil para a ação coletiva é a noção de programa mínimo, que consegue reunir um grupo mais vasto através de um “conjunto de objetivos consensuais” (Godinho, 1998, p. 56) que, no caso desta etnografia, é, certamente, o *slogan* do direito à habitação. No entanto, este não engloba as noções anticapitalistas avançadas por Henri Lefebvre (Lefebvre, 1968). A resistência, entendida como oposto à adaptação, é o que Godinho conceitualiza:

“O conceito de resistência tem de defrontar-se com um nível de coacção, e recusá-lo, e pressupõe que, apesar de haverem sofrido o processo de integração social e absorção das regras, há indivíduos que, inseridos em grupos determinados e sob condições específicas, em vez de se adaptarem, resistem e, no limite, rebelam-se.” (Godinho, 1998, p. 56)

Interessa-nos, portanto, as condições específicas sob as quais os “rebel outcasts” surgem e se, de facto, há vontade de não se adaptar. Godinho relembra-nos que uma das pré-condições para que os “rebel outcasts” levem a cabo uma ação coletiva são as mudanças na sociedade, nomeadamente as crises económicas que “activam as lutas dos subalternos” porque desvendam contradições antes invisíveis (Godinho, 1998, p. 64). Isto conduz a uma perspetiva que entende os movimentos sociais sempre numa relação dialética com o Estado, onde, perante algumas *janelas de oportunidade*, certos grupos avançam com mais facilidade e conseguem endereçar as suas reivindicações. Tarrow explica isto da seguinte forma:

“[...] changes in political opportunities and constraints create the most important incentives for initiating new phases of contention. These actions in turn create new opportunities both for the original insurgents and for latecomers, and eventually for opponents and power holders.” (Tarrow, 1998, p. 7)

É assim que a cidadania surge numa dialéctica entre os movimentos e o Estado nacional, onde os processos de contestação definem e recriam o Estado continuamente (Tarrow, 1998, p. 89), deixando claro que a definição de movimento social não se aplica ao contexto desta etnografia, daí o foco na transição entre resistência quotidiana, ação coletiva e movimento social:

“When [...] struggles revolve around broad cleavages in society, when they bring people together around inherited cultural symbols; and when they can build on or construct dense social networks and connective structures, then these episodes of contention result in sustained interactions with opponents – specifically, in social movements.” (Tarrow, 1998, p. 19)

Fox e Starn têm-se interessado pelos conceitos de “mass revolution” e “small scale resistance”, e, em particular, numa zona intermédia de dissidência e ação direta. Existem já vários estudos feitos sobre guerras revolucionárias nas décadas 1960 e 1970 – “mass revolutions” – e também sobre as resistências quotidianas na ótica das “armas dos fracos” (Scott) durante os anos de 1980. Como tal, é importante que se realizem estudos que entendam lutas que não vão tão longe como as revoluções, mas que ultrapassam os níveis de resistência, escondida ou aberta, de pequena escala (Fox & Starn, 1997, pp. 2–3), uma vez que estes períodos são marcados por “[...] thousands of social struggles where people enter into open protest yet do not seek the total overthrow of the social order” (Fox & Starn, 1997, p. 3). O que Fox e Starn propõem é o desenvolvimento de uma visão mais ampla dos conceitos de mobilização e oposição, que não tenha de corresponder a uma revolta ou à sabotagem quotidiana (Fox & Starn, 1997, p. 4). Neste sentido, o protesto social deve ser entendido como um processo e não como um facto consumado. Também a noção de cultura enquanto tradição ancorada é rejeitada pelos autores, já que é entendida como algo que surge quando os indivíduos se tornam conscientes e aprendem a lidar com eventos históricos (Fox & Starn, 1997, p. 8). Assim, o processo de protesto social envolve a criação e difusão de significados culturais a cada passo.

Boissevain⁵, Passy, Porta e Diani apontam para a importância de “network connections” no processo de mobilização e participação em movimentos coletivos,

⁵ Consulte o livro *Friends of Friends: networks, manipulators and coalitions* de Boissevain (1974)

pois os indivíduos não tomam decisões isoladamente mas sim no contexto das ações de outros indivíduos – se alguém conhece um indivíduo já envolvido é mais provável mobilizar-se também. Assim, mesmo que haja oportunidade de agir e partilhar certas visões, a ação não é, contudo, garantida, já que as decisões de agir dependem das relações em rede (Passy, 2003, pp. 23–27; Porta & Diani, 2006, p. 119) É deste modo que o papel das associações é muito importante:

“[...] membership in associations can also socialize people to orientations critical of the status quo rather than supportive of it; it can put people who sympathize with a certain cause in touch with fellow citizens with the necessary political skills for mobilization” (Porta & Diani, 2006, p. 120)

Os autores sublinham, ainda, que os “primary groups” e as redes sociais, em contextos de comunidades pequenas, representam grupos de referência para os seus membros, em detrimento das organizações formais (Porta & Diani, 2006, p. 120). A criação de símbolos representa a base do desenvolvimento da identidade e da solidariedade, essenciais para a ação coletiva (Porta & Diani, 2006, p. 30), mesmo que esta identidade não seja uma só entre todos os membros:

“Identity construction is an essential component of collective action. It enables actors engaged in conflict to see themselves as people linked by interests, values, common histories – or else as divided by these same factors.” (Porta & Diani, 2006, p. 113)

A título de exemplo, ressalte-se a presença de ativistas e simpatizantes dos grupos externos na Caravana e na Assembleia, que certamente não partilham das mesmas condições habitacionais, eu incluído, mas que partilham certas visões políticas e agem de forma solidária com o processo de luta dos moradores.

Por último, no seu livro, *Primitive Rebels*, Hobsbawm fala da importância da aquisição de consciência política por pessoas anteriormente pré-políticas, a quem apelida de rebeldes primitivos:

“[...] they are *pre-political* people who have not yet found, or only begun to find, a specific language in which to express their aspirations about the world. [...] their movements are thus neither unimportant nor marginal.” (Hobsbawm, 1972, p. 2)

Os sujeitos da sua investigação diferem dos “Englishmen” no sentido em que não entraram no mundo do capitalismo como um “Tyneside engineer”, que carrega quatro

gerações de sindicatos consigo – estas pessoas, por exemplo, “entraram como imigrantes de primeira geração” (Hobsbawm, 1972, p. 3). Resta entender se os interlocutores desta etnografia são, ou não, indivíduos pré-políticos ou se as ações já realizadas apontam para a infrapolítica que James C. Scott enfatiza.

É a transição que interessa a este trabalho, seja dos movimentos *in between*, seja a questão da pré ou infrapolítica, o “emplacement” na sociedade receptora ou a cidadania insurgente. Quer perceber-se como e de que forma, em espaços marginalizados, surgem práticas de resistência ou, mais precisamente, vozes que reclamam o direito a uma habitação condigna. Como é que se mobilizaram os interlocutores no contexto de uma iniciativa pelo Direito à Habitação? Será que se trata de uma resistência mais ampla à cidade capitalista, ou de uma reivindicação particular de um direito negado e negligenciado por décadas a estas pessoas? Partindo da abordagem teórica aqui desenvolvida, este trabalho organizar-se-á em torno de três eixos principais: i) a condição de marginalidade e o respetivo potencial para a rebeldia; ii) as questões da migração, da cidadania e do “emplacement”; iii) a transição de formas de resistência quotidiana à ação coletiva.

II. Metodologia

No decurso da elaboração desta dissertação, fiz parte do grupo que apoiou a Assembleia de Moradores e, como tal, o desenho e a realização da Caravana pelo Direito à Habitação, tendo este processo sempre merecido uma constante atenção durante a realização do trabalho de campo. Esta colaboração deu-se, inicialmente, através de Rita Silva, membro da Associação Habita, que já tinha conhecido em 2015, em Lisboa, e com quem mantive contacto desde então. Em outubro de 2017, comecei a envolver-me mais com o trabalho da Habita e acompanhei, por isso, os moradores dos bairros da Assembleia até à Assembleia da República e ao Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional. Foi neste contexto que tomei conhecimento de que se realizaria uma Caravana pelo Direito à Habitação, e que me integrei nas preparações da mesma. Ajudei a criar o blogue, o logótipo da Caravana, a editar material videográfico e, desde meados de maio, participei

frequentemente nas reuniões da Caravana na sede da Habita, bem como nos encontros da Assembleia em diferentes bairros da AML. Aos indivíduos que estavam presentes com frequência expliquei o meu duplo-papel enquanto ativista e investigador, não sentido, em qualquer situação, qualquer crítica ou barreiras. No contexto das reuniões da Assembleia e da própria Caravana tive a oportunidade de conhecer vários membros das Associações e Moradores dos bairros por onde passou a Caravana e que participavam na Assembleia. E, depois do percurso da Caravana, em setembro, e durante o processo de recolha de informações, depoimentos e reivindicações aproximei-me do CHÃO - Oficina de Etnografia Urbana, que resultou numa integração nas atividades regulares do grupo. O CHÃO desenvolve um trabalho em diálogo com os moradores do Bairro da Jamaica.

a) As condições de produção etnográfica e a investigação militante

Como já referido acima, integrei-me nos grupos que organizaram a Caravana em maio de 2017, sendo que já estava em contacto com moradores e ativistas da Assembleia dos Moradores dos Bairros há seis meses. É importante dizer que no momento em que entrei para a preparação da Caravana, pouco estava decidido e planeado, pois ainda estávamos a pensar como organizar tudo para o mês de julho. Num primeiro momento tentou-se mobilizar os contactos que ativistas e investigadores (integrantes ou apoiantes das associações e grupos da Caravana) tinham com bairros e famílias espalhados pelo país, para depois organizar a passagem da Caravana nestes sítios. Também houve uma tentativa de levantar junto dos moradores os problemas, preocupações e propostas que equacionávamos levantar em cada lugar por onde passasse a Caravana. Uma primeira atividade participativa foi feita no Bairro da Torre, mas logo percebemos que não havia tempo, nem capacidade das pessoas para poder fazer isto em todos os sítios antes de passar a Caravana. Estive presente sempre que podia nas reuniões “técnicas” e nas reuniões nos bairros, e aí fui ganhando a confiança dos moradores e dos ativistas, dentro e fora dos bairros. Responsabilizei-me por diferentes tarefas preparatórias e fiquei encarregue de gravar as conversas e debates que surgiram durante as visitas, no decorrer da Caravana.

O ato de me envolver no ativismo, enquanto investigador, obriga-me a explicitar ainda mais quais foram as condições de produção desta etnografia. Malinowski reclama no seu livro *Argonauts of the Western Pacific* que a grande maioria dos cientistas sociais expuseram os fatos das suas investigações como se fossem tirados da obscuridade: “[...] we are not informed at all by what actual experiences the writers have reached their conclusion.” (Malinowski, 1992, p. 3). O autor sublinha que tem que ser possível traçar uma linha entre os resultados da observação direta dos depoimentos e das interpretações dos etnografados, bem como as interferências do etnógrafo, autor da pesquisa. É muito importante demonstrar, por exemplo, com uma simples listagem, como faz Malinowski neste seu livro, o grau do conhecimento pessoal do etnógrafo dos factos que são descritos, e expor em que condições as informações foram obtidas (Malinowski, 1992, p. 3). Por sua vez, Andreas, que esteve muitos anos junto às mulheres peruanas ativas na luta feminista, descreve a sua posição face à produção de conhecimento da seguinte forma:

“Because I am a partisan of the women about whom I am writing, I make no claim to be disinterested. I have tried to acknowledge my biases and to understand, as well, the particular interests of those who have provided me with information. In doing the research for this book, I have cultivated the habit of checking academic studies, official statistics, and journalistic accounts against my own observations and against the expressed opinions and demands of the women who are engaging in organized struggle. I utilize a wide variety of sources, but I do not take anything I have read or heard or seen “at fact value”. Where all sources agree, however, I allow myself to speak with authority.” (Andreas, 1985, p. xiv)

O trabalho de Andreas é semelhante, em termos qualitativos, com a minha presença no terreno, mas em termos de duração existe uma grande diferença, já que a minha presença no terreno não chega a um ano. Além do mais, não vivenciei as carências e a precariedade habitacional que os meus interlocutores vivem, mas partilhei as lutas e acedi a um universo mais íntimo dos ativistas, enquanto que Andreas o fez:

“I have lived with many of them [Peruvian women] and traveled with some of them while I was collecting the material for this book, but I have not really lived as they live, although I have shared personally some of their struggles. [...] I have returned to their

homes in order to read aloud what I have written, asking for criticism and suggestions.” (Andreas, 1985, p. xvi)

O paralelismo da viagem junto aos interlocutores também é uma qualidade que esta etnografia partilha com o trabalho da etnógrafa. Durante a Caravana, em Setembro, participei em todas as visitas e, portanto, viajei com vários moradores e ativistas para bairros e cidades. Acredito que o grau do meu envolvimento na luta fortaleceu a confiança que recebia, criando assim uma base – nas palavras de Malinowski o “being in touch with the natives”, situação que representa a condição preliminar para um trabalho de campo bem sucedido (Malinowski, 1992, p. 8) – a partir da qual a própria etnografia fosse possível. Malinowski conseguiu aceder ao seu terreno duma maneira harmoniosa e natural ao longo do decorrer da etnografia:

“[...] his life [of the ethnographer] in the village, which at first is a strange, sometimes unpleasant, sometimes intensely interesting adventure, soon adopts quite a natural course very much in harmony with his surroundings.” (Malinowski, 1992, p. 7)

No seu entendimento, as “doações de tabaco” mitigaram o processo cujo resultado foi uma aceitação do etnógrafo como um mal necessário, ou um incómodo que faz parte de uma “parcel of their [the natives] life” (Malinowski, 1992, p. 8). No caso desta etnografia, em contexto metropolitano, creio ter conseguido quebrar o “efeito blasé” descrito pelo sociólogo Georg Simmel (1973) e tornar a minha presença num fator positivo, através dos meus atos de solidariedade nas lutas. Por outras palavras, o meu “tabaco malinowskiano” foi a solidariedade na luta pelo direito à habitação.

Considerando esta etnografia, num meio ativista, é importante notar as reflexões e convicções do antropólogo David Graeber (Graeber, 2013; Shukaitis & Graeber, 2007). Segundo Graeber, é fundamental para a disciplina académica a capacidade de narrar os eventos também do ponto de vista do ativista – embora, lamentavelmente, ainda haja poucas relações frutíferas entre os movimentos radicais e as universidades. No seu livro sobre o movimento “Occupy Wall Street” (OWS) (Graeber, 2013), o autor assume de forma clara que o seu papel de ator é importante

para contar a história de forma diferente⁶. No livro editado pelo mesmo e Stephen Shukaitis, discute-se logo na introdução a relação entre a academia e a ação:

“In the academy, theories of action are acceptable. Theories that argue that writing itself is a form of political action are acceptable (in fact they are greatly appreciated). Theories that are in effect calls to political action beyond the academy pass by as if they never were.” (Shukaitis & Graeber, 2007, p. 14)

Em referência a Robin D. G. Kelley, os autores referem que sonhos revolucionários surgem do engajamento político, entendendo, portanto, os movimentos colectivos e sociais como incubadoras de novo conhecimento (Shukaitis & Graeber, 2007, p. 16). Neste sentido, a presente etnografia pretende dar ênfase à aproximação entre academia e os seus objetos de estudo, querendo contribuir com uma apresentação dos resultados do trabalho de campo a partir de uma perspectiva do ativista investigador, bem como valorizar o que se encontre nas “incubadoras”. Considerando a interconectividade global contemporânea, partilho a convicção dos autores, segundo a qual, a circulação constante de ideias, estratégias e experiências de ativismo que ocorrem em geografias distintas. O que deveria ser mais relevante para os académicos que se interessam por estes métodos, através dos quais “social research creates new possibilities for political action.” (Shukaitis & Graeber, 2007, pp. 30–31).

b) Uma antropologia engajada e na metrópole

“Assim, eu não compreendo como os etnólogos, os antropólogos, nessas situações, podem ficar fora do engajamento. Nessas lutas acontece uma espécie de osmose entre etnografia, compreensão teórica e apoio aos seus esforços. É engajamento e ativismo. Acho realmente a tentativa de dividir esses dois aspectos artificial e insustentável.”

Terence Turner numa entrevista sobre antropologia engajada

(E. C. de Lima, Smiljanic, & Fernandes, 2008, p. 142)

⁶ Onde existe uma forte repressão para que não se aprenda e experimentem outros horizontes de imaginação, a história só pode ser contada de uma perspectiva de abertura de possibilidades que o movimento OWS trouxe (Graeber, 2013, p. 5).

Segundo os autores Albert, Scheper-Hughes e Turner, o contexto global do desenvolvimento político e económico, praticamente, forçou os antropólogos a assumir responsabilidades e a envolverem-se nas questões dos seus objetos de estudo, uma vez que estas estão inseridas nas relações de poder cada vez mais internacionalizadas (Albert, 1997; Scheper-Hughes, 1995; Turner, 1991). Segundo a autora Scheper-Hughes, a Antropologia deveria ser eticamente enraizada e, mais além, preocupar-se não apenas com a questão de como o humano pensa, mas como ele age e reage face ao outro, e, assim, engajar-se com as questões da ética e do poder – construindo uma Antropologia que a autora chama de “womanly-hearted anthropology” (Scheper-Hughes, 1995, pp. 409–410).

Existe aqui um paralelismo com a mudança que Terrence Turner descreve na sua investigação sobre a cultura dos Kayapo, na Amazónia. O autor percebeu que dada a transformação da consciência social dos indígenas – face ao contacto prolongado com a nação brasileira, as suas instituições e o mundo capitalista – que guia a negociação e tem como foco a luta política, requeria-se uma nova abordagem antropológica. Uma abordagem que desse conta desta negociação e deixasse de querer apenas registar e estudar a cultura dos Kayapo de forma pura, abstraindo-se da sua realidade histórica, política e económica (Turner, 1991, pp. 300–302, 2014, p. 68)⁷. A investigação antropológica e, portanto, a análise das formas sociais indígenas já não pode ser separada da análise de dependência e conflito, entre indígenas e nação (Turner, 2014, p. 83). Para o autor, trata-se de uma passagem da posição metodológica e política da observação participante para a participação observante, dando desta forma mais ênfase na participação⁸:

“a shift [...] from that of objectively detached "participant observer" to that of an observing and communicating actor, aware that his very activities of observation and

⁷ Como Terence Turner explica no seu trabalho apresentado em 1987, em Belém, ou pesquisava-se de uma forma pura ou analisavam-se as relações entre os povos indígenas e a sociedade nacional: “Escrever sobre as lutas dos povos indígenas com a sociedade nacional ou com o capitalismo internacional, em geral, tem significado deixar de dedicar a devida atenção às formas sociais ou culturais indígenas, enquanto que um enfoque sobre estas normalmente parece possível somente se realidades culturais e político-económicas do contato inter-étnico são excluídas do horizonte teórico. Esta situação, todavia, começou a mudar há mais ou menos cinco anos. A principal razão que concorreu para tal mudança foi o sucesso inesperado de muitas tribos amazonense em manter a sua identidade social cultural e étnica.” (Turner, 2014, p. 68).

⁸ Em inglês: from participant observation to observant participation.

communication had become integral parts of the process he [o antropólogo] was struggling to observe and understand” (Turner, 1991, pp. 305–309)

O longo trajeto de Terence Turner junto aos Kayapo fez com que este tenha abandonado a sua postura de objetividade metodológica – naturalizada no contexto da situação colonial – e solidarizando-se com a luta dos Kayapo com o objetivo de controlar os termos culturais das suas identidades coletivas e os meios de representar e reproduzir os mesmos (Turner, 1991, pp. 311–312). Desta forma, o antropólogo e o indígena tornaram-se coparticipantes no projeto de resistir, representar e repensar, em que a cultura indígena e as teorias antropológicas se transformaram num produto conjunto (Turner, 1991, p. 312).

De acordo com Albert existem quatro atividades de envolvimento antropológico: atividades de mediação, atividades de documentação, investigação orientada pela ação e etnografia didática. Esta forma de advocacia antropológica cobre cinco setores-chave: terra, saúde, direito, educação e economia social (Albert, 1997, p. 57), mas não pode ser entendida, de forma estrita, como investigação antropológica. Esta abre um contexto para o trabalho etnográfico no terreno, onde a integração de intervenção de movimentos étnicos e ONGs é uma realidade nos contextos locais e sociais. Neste sentido, o autor argumenta que “the social engagement of the ethnographer can no longer be seen as a personal political or ethical choice, optional and foreign to his scientific project. It clearly becomes an explicit and constituent element of the ethnographic relationship” (Albert, 1997, pp. 57–58). O sucedido envolvimento dos antropólogos nos movimentos indígenas fez com que estes se tenham distanciado, cada vez mais, da posição externa e de objetivação e entrado no processo de auto-objetivação cultural, presente nas comunidades nas quais estão a trabalhar:

“They [anthropologists] are given a role of intercultural adviser, and are thus led to contribute, explicitly or not, to the production of the new cultural identity and ethno-political discourse through which indigenous leaders legitimate their cause on the international political scene and in the mass media, a strategy for their peoples to gain access to the decision-making process in public policy, to public facilities (health, education, justice), and to NGO campaigning and financial resources.” (Albert, 1997, p. 59)

No contexto da Caravana, acredito que é esta a postura que foi adotada pelos grupos de apoio, nos quais vários académicos, sendo alguns, antropólogos – facilitando o acesso aos processos de decisão nos programas públicos de habitação, através da cocriação de um discurso político.

Para a antropologia engajada é muito importante “incorporar todos os aspetos desta nova exigência política e simbólica dos indígenas face à antropologia como novos objetos das sua etnografia” (Albert, 1997, pp. 59–60) – só assim se consegue contornar o aparente conflito entre solidariedade e investigação. Segundo o autor, é a inquietação que acompanha a etnografia da participação observante e da solidariedade crítica que torna a antropologia engajada particularmente interessante, dando à antropologia a verdadeira qualidade de humanismo crítico. De forma geral a consequência mais importante desta mudança e abertura em relação à etnografia clássica é a desconstrução da noção reificada de cultura.

O que Turner e Albert descrevem como transição de observador para participante, relaciona-se, de acordo com Scheper-Hughes, com a divisão entre o antropólogo como espectador ou como testemunha. Ser testemunha coloca o investigador dentro dos eventos humanos onde toma partido e faz julgamentos e, portanto, sai da posição “neutral” e objetiva que cabe ao antropólogo espectador (Scheper-Hughes, 1995, p. 419). Além disso, podemos ser antropólogos, camaradas e companheiros e subverter o processo que põe o trabalho académico ao serviço da ciência e da fábrica académica. Portanto, a resposta à crítica feita à antropologia, em geral, não é o recuo, mais sim a convicção de que a etnografia é pessoalmente engajada e politicamente comprometida (Scheper-Hughes, 1995, p. 419).

Em seguida é importante definir o lugar do antropólogo no terreno que, nesta etnografia, é a Área Metropolitana de Lisboa. Os antropólogos Antónia Pedroso de Lima e Ramon Sarró dizem-nos, no seu livro, *Terrenos Metropolitanos*, que “sem trabalho de campo *não* há antropologia” (A. P. de Lima & Sarró, 2006, p. 17) já que o facto de o antropólogo ter estado presente – no campo – equipa-o com a legitimidade do conhecimento produzido, a partir de métodos etnográficos fundamentando, assim, a sua autoridade científica (A. P. de Lima & Sarró, 2006, p. 18). Para estes métodos não existem definições únicas, uma vez que a etnografia é, ao mesmo tempo, método e

resultado (A. P. de Lima & Sarró, 2006, p. 19). Ademais, a delimitação do campo nesta etnografia não é muito acentuada, tal como em muitas outras etnografias contemporâneas. A própria Caravana surge de um certo movimento pela AML e, portanto, aplica-se a reflexão dos autores:

“O «campo», nosso objecto final, não é só aquele onde vamos («Bongobongolândia»); é também algo que construímos ao mesmo tempo que analisamos («a» cultura «dos» bongobongos).” (A. P. de Lima & Sarró, 2006, p. 26)

O meu envolvimento na Caravana pelo Direito à Habitação faz parte da construção da mesma e, analogamente, da delimitação do campo, que na sua extensão abrange todos os sítios que participaram da iniciativa, bem como as conexões que existem e existirão entre eles. Denote-se que os autores chamam também à atenção para o facto de que, durante a etnografia, oscila-se sempre entre “atitudes contemplativas e atitudes inquisitivas” (A. P. de Lima & Sarró, 2006, p. 28). E, neste sentido, sublinho que, no contexto da Caravana e da Assembleia dos Moradores dos Bairros, ao entrar no terreno foi importante uma oscilação entre três aspectos: i) atitudes de solidariedade na luta pelo direito à habitação; ii) atitudes contemplativas intercaladas nos encontros com os moradores e representantes das associações; iii) atitudes inquisitivas durante os momentos formais de preparação e de luta e dos momentos informais de conversa.

É importante frisar a convicção dos autores, que tal como David Graeber e outros defendem uma antropologia engajada (Albert, 1997; Scheper-Hughes, 1995; Turner, 1991) já que “tomar partido não é sinónimo de pós-modernidade nem de subjectividade relativista” (A. P. de Lima & Sarró, 2006, p. 30). Portanto, estar lá, no campo, com uns e não com outros, e ter opinião, é muito importante e necessariamente menos relativista do que tentar “ver as coisas de *todos* os pontos de vista, imparcialmente, do que aquele que defende que a melhor forma de lutar pela verdade é começar por criticar as injustiças nitidamente perceptíveis.” (A. P. de Lima & Sarró, 2006, pp. 30–31). Neste sentido, a etnografia da Caravana pelo Direito à Habitação serve para criticar exatamente estas injustiças perceptíveis, inerentes à condição sociopolítica vivida na Área Metropolitana de Lisboa.

Atualmente, as metrópoles são caracterizadas por uma pluralidade interior crescente, onde a etnicidade é criada pelo encontro e não pelo afastamento. Pina Cabral constata que a metrópole reproduz e pluraliza a diferenciação sociocultural nas margens e nas áreas de relativa centralidade e, ao mesmo tempo, é herdeira tanto de um passado de diferença quanto de intensa interação (Pina Cabral, 2006, p. 180). Como etnógrafos temos que “abraçar ativamente a nossa presente condição metropolitana” e perceber que o espaço metropolitano existe nas dobras e não na distância geográfica – o terreno metropolitano é, então, um terreno complexo e deixa de ser um terreno longínquo (Pina Cabral, 2006, pp. 177–179). Além disso, existe, frequentemente, uma diferença em termos de cidadania entre o etnógrafo e os seus interlocutores, que na etnografia da Caravana se demonstra nas condições habitacionais. Enquanto que os moradores da Assembleia vivem em condições habitacionais precárias, eu arrendo um pequeno apartamento com um contrato de um ano onde é provável que a renda aumente ou o senhorio decida vendê-lo. Cada entrada no terreno é “marcada pela presença constante da sua alteridade [do etnógrafo]”, no sentido em que o etnógrafo tem direitos de cidadania superiores (Pina Cabral, 2006, p. 181). Entre o mundo cosmopolita dos etnógrafos e dos que são objeto de estudo não existe esta divergência. Pina Cabral lembra isso mesmo, que “os mundos de vida que o etnógrafo estuda são tão cosmopolitas quanto o dele” (Pina Cabral, 2006, p. 181). Scheper-Hughes partilha a mesma convicção quando diz que acredita que “Not everything dissolves into the vapor of absolute cultural difference and radical otherness. There are ways in which my Brazilian, Cuban, Irish, and South African interlocutors and I are not so radically "other" to each other.” (Scheper-Hughes, 1995, p. 418). O que a autora procura são os espaços de convergência, reconhecimento e empatia que partilha com as outras pessoas. Tal é claramente verdadeiro quando olhamos para o meu mundo e os mundos dos meus interlocutores no terreno metropolitano, tal como ilustra esta situação etnográfica:

Depois da intervenção de moradores do Bairro 6 de Maio no evento da Tomada de Posse da Câmara Municipal da Amadora, eu dei o meu email a uma ativista da Caravana. Quando ela viu o meu sobrenome (Kühne) disse-me que quando vivia em França, trabalhou para a empresa “Kühne & Nagel” na parte do recrutamento, uma empresa que, por acaso, é sediada na minha cidade de origem na Alemanha, Bremen.

Eu contei-lhe que durante a Segunda Guerra Mundial esta empresa ganhava muito dinheiro com a exportação e o transporte dos objetos e mobiliários “vindos” das casas das famílias judias que foram internadas e mortas nos campos de concentração. Ela respondeu que não gostou de trabalhar lá. (Diário de campo, 24/10/2017)

c) Etnografia em movimento

Como dizia Malinowski, por vezes é bom deixar os objetos como o bloco de notas, a caneta e a máquina fotográfica de lado, e entrar na dinâmica que está a acontecer em determinado momento (Malinowski, 1992, pp. 21–22). Pode ser uma atividade cultural dos *nativos* que estudava ou, no meu caso, a preparação da visita da Caravana ao Bairro da Jamaica pela Associação local. O importante é entendermos que a observação participante intensiva (a participação observante) é fundamental para uma etnografia bem sucedida e, portanto, fazer etnografia em movimento pede o envolvimento na luta dos etnografados. Pois quem quer captar o ponto de vista de quem estuda, a sua relação com a vida e entender a sua visão do mundo – Malinowski chama a isto objetivo final (Malinowski, 1992, p. 25) – precisa de se envolver numa etnografia que confronte sempre “o que sabe sobre o «mundo» com o que os atos dos etnografados presumem sobre esse mesmo mundo” (Pina Cabral, 2006, pp. 190–191).

A abordagem utilizada nesta dissertação é uma tentativa de conjugar o fazer etnografia na metrópole e num meio ativista, com as preocupações avançadas por Malinowski sobre as condições de produção etnográfica. A vantagem que a abordagem da investigação militante e engajada traz para a etnografia da Caravana pelo Direito à Habitação é que esta permite uma proximidade não só aos ativistas, mas também às temáticas íntimas e individualizadas. Quando o problema habitacional culpa tendencialmente o indivíduo, o direito à habitação tem de ser reclamado ainda com mais força. Em termos metodológicos, para resolver a questão de como me aproximar do universo da Caravana, foi utilizada a análise situacional, acima descrita, com o objetivo de partir dos eventos (*set of events*) criados no contextos da Assembleia e da Caravana para, assim, poder chegar à situação social (*situation*) e dali relacionar os

dados etnográficos com o contexto mais amplo (*setting*) da Área Metropolitana de Lisboa (Mitchell, 1987, p. 9).

Neste sentido, o trabalho de campo não se restringiu à mera participação na Caravana durante o mês de setembro, mas estendeu-se aos momentos de preparação e execução, de maio de 2017 até maio de 2018. Igualmente importantes foram os desdobramentos da Caravana e da Assembleia depois do percurso feito pelo país, que abrangeram um leque de eventos, reuniões e encontros com instituições locais e nacionais. Os momentos de trabalho organizaram-se mais a partir das reuniões, dos encontros e das ações, do que propriamente de um trabalho de campo situado nos bairros da Assembleia. E, neste sentido, os locais da etnografia foram vários: bairros, sede da Habita, Assembleia da República, Ministério do Ambiente, LNEC e IHRU, entre outros. No total estive presente em:

- 11 reuniões da Caravana no Espaço Mob (sede do Habita) antes (de maio até agosto) e dois depois dos eventos da Caravana em setembro (novembro e dezembro de 2017);
- Sete reuniões da Assembleia dos Bairros antes e seis depois da Caravana;
- Seis visitas aos bairros para recolher depoimentos para a preparação da Caravana (6 de maio, Jamaica e 2º Torrão);
- as paragens e eventos da Caravana em setembro de 2017.

Além destas atividades mais regulares participei também, ocasionalmente, em reuniões antes e depois da Caravana:

- Atividade participativa no Bairro da Torre;
- Jantar de apoio no Disgraça;
- Participação na Audição na 11ª Comissão da Assembleia da República do Bairro da Jamaica;
- Entrega de Carta aberta durante a Tomada de Posse da CM da Amadora e participação nas reuniões preparativas no bairro;
- Atividade no Bairro da Jamaica para recolher informações para o documento da Caravana;

- Visita ao Parlamento na apresentação do OE de 2018 do Ministério do Ambiente junto com moradores da Assembleia e entrega da Carta Aberta da Assembleia;
- Visita da Sessão Pública de Apresentação da Nova Geração de Políticas para a Habitação no LNEC;
- Audições com a SEH no IHRU e no Ministério com o 6 de Maio e com a Caravana;
- Reunião da CM do Seixal com os moradores do Jamaica para esclarecimentos sobre o Protocolo do Realojamento;
- Participação na manifestação do Rock in Riot;
- Ações contra as demolições no 6 de Maio em janeiro e abril de 2018.

Entre fevereiro e abril de 2017 foram feitas entrevistas a cinco moradores de três bairros: um morador do Bairro Jamaica, que migrou da Guiné-Bissau para Portugal, em 1996; três moradoras do Bairro 6 de Maio, dos quais uma nasceu no mesmo (os pais construíram casa no bairro) e as outras duas vindas de Cabo Verde para Portugal em 2000 e 2004; e um moradora do Bairro da Torre, São-tomense, que chegou a Portugal em 1998 (os seus pais já moravam no bairro). Para isto foram necessárias visitas aos bairros para encontrar e conversar com os interlocutores e conduzir as entrevistas. Num caso consegui apenas encontrar-me com a pessoa perto do local de trabalho, no Rossio, um pouco antes de a mesma ir trabalhar – muito provavelmente devido ao facto de Fernanda, assim era o seu nome, já não morar no bairro, pois foi despejada em 2016. A entrevista com Sebastião foi feita no seu carro, estacionado em frente à sua pequena horta, no Bairro da Jamaica, e não na sua casa que, no contexto desta etnografia, não acedi. No Bairro 6 de Maio, a casa de Cristina serviu como local para a entrevista, a primeira de todas as conversas. A conversa com Ana ocorreu ao longo de um percurso entre o Bairro 6 de Maio e o hipermercado que existe nas imediações. Com Roberta encontrei-me no Bairro da Torre e dirigi a entrevista dentro da sua casa, no espaço de trabalho, no seu restaurante depois de um almoço tardio preparado pela mesma e pelo seu marido.

Nas entrevistas foram utilizados guiões individuais que tinham o objetivo de relembrar situações passadas (i.e. durante os eventos da Caravana, em reuniões ou ações, e que tocavam em temáticas e categorias extraídas do diário de campo). Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas para poder fazer uma organização dos dados através de palavras-chave, incluindo também aqui o diário de campo. Esta organização ajudou-me a identificar temáticas e categorias para orientar a escrita, afim de criar diálogos entre a teoria e os dados etnográficos. Criei uma cronologia das várias reuniões em que participei e analisaram-se dados secundários, tais como emails, documentos, artigos de imprensa e decretos de lei. Contudo, esta análise privilegiou os residentes e ativistas dos bairros, em detrimento dos ativistas externos, moradores do centro de Lisboa. Isto aconteceu tanto por falta de recursos, como por a ideia inicial ser trabalhar as margens e as formas possíveis de resistência ou adaptação que encontramos nestes territórios; não a mobilização de uma classe académica crítica aos processos de transformação urbana. Mesmo assim, esta dissertação visa contribuir para o momento histórico em que acontece a Caravana e descreve o ponto em que está o movimento pelo direito à habitação, introduzindo vários atores.

III. Organização da dissertação

A organização da dissertação apresenta-se do seguinte modo: na Introdução é feito um enquadramento desta etnografia na antropologia urbana, no contexto português e da Área Metropolitana de Lisboa. Em seguida, é discutido o estado da arte das teorias e conceitos mobilizados para o diálogo com os dados etnográficos. Será ainda apresentada e discutida a metodologia de etnografia em movimento e especificadas as condições de produção etnográfica, tais como a duração no campo, as entrevistas e observações efetuadas como a forma de organização dos dados.

No primeiro capítulo, é discutida a história do lugar, que neste caso são os bairros da Assembleia por onde “nasceu” a Caravana, indo à procura das razões da existência destes sítios e, sobretudo, enfatizando a emergência da luta coletiva nestes lugares específicos, relacionando migração e marginalidade. São apresentadas

caracterizações de três bairros com a ajuda dos dados etnográficos, que também alimentam o quadro geral dos bairros da AML.

O segundo capítulo apresenta o contexto sociopolítico da habitação em Portugal e na AML, como também serão demonstradas a Caravana e a Assembleia dos Moradores dos Bairros – entendendo-as como resultados das condições descritas no primeiro capítulo.

No terceiro e quarto capítulo, os capítulos etnográficos, serão discutidos os dados etnográficos ao longo de dois grandes eixos: (III) do refúgio e da resistência à sociabilidade de *emplacement*; (IV) do direito à habitação à cidadania insurgente. A conclusão resume o que se discutiu ao longo do trabalho e toma uma perspectiva dupla, de forma a rever o que foi o processo da construção de uma luta coletiva e, ao mesmo tempo, antecipando o futuro com base nos últimos acontecimentos registados no campo.

CAPÍTULO I: A Área Metropolitana de Lisboa e os bairros

Neste capítulo são descritos alguns dos processos que levaram à segregação urbana e racial da população migrante, em bairros de autoconstrução, ao longo das últimas décadas na AML. Nesta parte são especificamente caracterizados os três bairros cujos moradores entrevistei e acompanhei mais intensivamente nesta etnografia: 6 de Maio, Torre e Jamaica. Seguindo uma lógica de que vai do geral ao particular, no Capítulo II demonstraremos como e em que contexto político e organizativo se criou a iniciativa da Assembleia e da Caravana. Com esta lógica pretende-se demonstrar de forma dedutiva o lugar e o porquê da Caravana e da sua construção. O que Beja-Horta descreve quando olha para o bairro da Cova da Moura, entendendo a organização de base neste bairro autoconstruído como expressão de uma luta de forças concorrentes na produção social do espaço, em que esta mobilização constitui um lugar de encontro onde “domination meets resistance, where collective struggles become expressions of a greater awareness for the intersection of oppression, marginalization, power and space.” (Beja-Horta, 2006, p. 284) corresponde à perspetiva que se desenvolve aqui para a Caravana e a Assembleia.

I. Migração e segregação na Área Metropolitana de Lisboa

Pá bai pá Lisboa é bendi sê terra [Mêtadi di preço]
Ali tá trabadja na tchuba na ben(to) [Na frio]
Na CUF, na Lisnave e na J.(ota) Pimenta [Explorado]
Explorado [Explorado]
Mão de obra barato pá mâs qui trabadja [Servente]
Mão de obra barato, baraca sem luz [Comida a pressa]
Inda más enganado cu sê irmon branco [Enganado]
Explorado

1'05'' – 1'45''

Alto Cutelo de Ildo Lobo (2005)

Começando por uma incursão sobre o lugar das populações que se apresentam nesta etnografia na Área Metropolitana de Lisboa, e partindo de um contexto migratório português e os seus principais fluxos, demonstrado por Malheiros no final do século passado, onde se destaca uma migração africana dos PALOP⁹ para o Portugal que é considerado “pouco ou nada qualificado” (Malheiros, 1996, p. 79), podemos entender como a população migrante oriunda da África também seguiu um processo geral da suburbanização da cidade, com a consequente periferação da população previamente residente no centro de Lisboa entre 1960, 1981 e 1991. Mostra-se que a taxa dos africanos residentes no centro decresceu de 65,10% para 26,41% e, finalmente, para 17,58% em 1991 (Malheiros, 1996, pp. 95–96). Como o autor sublinha, já nos anos de 1980 a concentração dos africanos observa-se, sobretudo, nos concelhos de Oeiras, Amadora, Lisboa e Seixal. Sabendo que estes dados não conseguem dar visibilidade aos vários contextos irregulares, é importante salientar que, paralelamente a este processo de concentração e periferação, acontece uma transição em bairros de barracas onde os “naturais de Portugal [foram] substituídos por estrangeiros, sobretudo africanos” (Malheiros, 1996, p. 98). Roberta¹⁰, são-tomense, membro da Assembleia dos Bairros e participante da Caravana, chegou no final da década de 1990 ao Bairro da Torre, e obteve a sua casa após a desocupação de um casal português:

“[...] os meus pais foram realojados e eu fiquei. E fiquei deste lado, porque? Nesta casa hoje onde eu moro, porque tinha um casal português – eles eram só dois, eles só casal. E depois ficaram cansados também de viver no Bairro da Torre e não esperaram o realojamento. [...] foram embora para terra, que eles tinham lá casas na terra. E depois como não queriam partir a casa, não queriam entregar a casa à Câmara, né. E sabiam que dava para dar a outra família, foram falar com os meus pais e se eles não queriam, não tivessem alguém para ficar com a casa. Então os meus pais disseram, então como tá a Roberta e ele – nos só tínhamos um quatinho naquela casa, onde dormimos com os miúdos e tudo, então chegamos, passamos para este lado do bairro e ficamos aqui. E estamos aqui até hoje.” (Entrevista Roberta, 19/03/2018, Bairro da Torre)

Rita Cachado mostra como o grande fluxo de migração das várias partes de África logo após a revolução, devido à descolonização, guerras civis, fome e novos padrões de migração laboral para Portugal (Saint-Maurice & Pena Pires, 1989), fez crescer a população

⁹ Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

¹⁰ Todos os nomes dos informantes e interlocutores são pseudónimos

da área metropolitana e fomentou o crescimento dos bairros de “barracas” (Cachado, 2008) ou de construção informal. Estes bairros são caracterizados pelos moradores como bairros de autoconstrução e, muitas vezes, pela ausência de prestações de serviços públicos como água potável, saneamento básico, eletricidade, segurança pública e espaço público de qualidade. Algumas destas situações mantiveram-se até hoje. Para muitas pessoas não existia outra possibilidade de obter um teto porque os salários não o permitiam:

“Foi obrigatoriamente de cá vir parar. Só que todas lutas que fazemos, é a Câmara que diz que vocês vieram ocupar uma coisa que não é vossa. Sinceramente... então com 50 contos era sempre um sitio que não era nosso. Eu acho que já chegou o momento de reconhecer, mesmo que não é nosso, mais para nós arranjar um lugar condignamente que é para nós ocupamos um sitio que é nosso.” (Moradora, 2º Dia da Caravana, Bairro da Jamaica, 09/09/2017)

Os dados sobre os empregos desta população revelam que a situação das mulheres, em Lisboa, é dominada pelo emprego doméstico pago por horas, muitas vezes no setor da limpeza com contratos de trabalho, enquanto os homens trabalham no setor de construção, muitas vezes não possuindo contratos de qualquer forma (Ribas-Mateos, 2002, p. 61). Segundo Ribas-Mateos, as consequências da globalização, nomeadamente os fluxos internacionais de capital e os novos padrões de competição industrial, reestruturaram e realocalizaram a força de trabalho e, tudo isto, num contexto de enfraquecimento de políticas sociais (Ribas-Mateos, 2002, p. 56). Nas áreas de trabalho informal isto é mais evidente, e no caso das mulheres imigrantes existem nichos económicos de trabalho doméstico ou de trabalho de sexo (Ribas-Mateos, 2002, p. 60). Num mercado de trabalho tão segregado não é surpreendente observar uma continuidade de territórios informais, no que respeita à habitação. Na Área Metropolitana de Lisboa existe uma forte sobre-representação de migrantes ou afrodescendentes dos PALOP (dos quais destacam-se cabo-verdianos, são-tomenses, e guineenses) que residem nos chamados “bairros de barracas”, segundo os dados do INE e do Censo, em 2001 (Malheiros, 2014, pp. 95–96). O próprio termo “barraca” utilizado nos levantamentos técnicos de núcleos de habitação precária e, consequentemente, nas políticas de realojamento é, sobretudo, impreciso. Existia apenas a diferenciação entre clandestino e barraca onde os bairros clandestinos eram habitações erguidas sob terrenos adquiridos legalmente, mas sem permissão de construção. Os chamados “bairros de barraca”, Rebolo descreve desta forma:

“Tratava-se de novos bairros, com uma construção precária, utilizando, geralmente, materiais abandonados, sem qualidade, restos de materiais de construção ou materiais naturais, constituindo apenas um abrigo com as condições de segurança mais básicas. Existem outras designações para estes bairros, como por exemplo, assentamentos descontrolados, não autorizados, não-planeados, autogeridos ou marginais.” (Rebolo, 2016, p. 34)

“Barraca”, muitas vezes, é traduzido como *shack* e, por consequente, “bairro de barracas” como *shantytown*, ou simplesmente *slum* (Rebolo, 2016, p. 3), e, tal como Ascensão explica, associado a um certo tipo de construção e material:

“The term used, barraca, has the discursive connotation of ‘slum’, as in an unacceptable, unplanned and doubly illegal type of dwelling (built on squatted land without planning permission), but whether imaginatively or more objectively defined, it is always strongly associated with wooden walls and zinc or fibre-cement roofing.” (Ascensão, 2016, p. 949)

Por outro lado, Cachado acredita que a melhor tradução do termo *informal settlements* para português seria “construção informal”, e representa uma boa alternativa para “bairros de barracas” (Cachado, 2012, p. 27). A autora também enfatiza o melhoramento das barracas ao longo dos anos e décadas:

“Os imigrantes dos diversos países africanos, onde estou a incluir a proveniência moçambicana dos imigrantes de origem indiana do bairro da Quinta da Vitória e de outros bairros degradados, melhoraram consideravelmente as condições das casas que compraram aos anteriores habitantes, pelo que a designação bairro de barracas é insuficiente, uma vez que as barracas estão mais associadas à precariedade da construção das habitações.” (Cachado, 2012, pp. 28–29)

Ao mesmo tempo, adverte que a utilização do termo autoconstrução para os tais bairros também não é perfeita, e que não se pode, de todo, confundir com os programas de autoconstrução que houve em Portugal nos anos 60, como, por exemplo, no bairro do PRODAC, em Marvila, Lisboa. A vantagem de utilizar a designação autoconstrução é o foco na capacidade do autor social e não na desvantagem *a priori* dos residentes (Cachado, 2012, p. 29). Desta perspectiva a denominação “bairros degradados”, muitas vezes utilizados em vez de falar de barracas, não deveria ser utilizada, uma vez que são os moradores que processualmente os melhoram, e muitas vezes as autoridades que os degradam (Cachado, 2012, p. 30). As casas e as infraestruturas dos bairros são danificadas e o entulho é deixado

frequentemente no lugar, ficando os bairros com um aspeto de guerra, situação muito preeminente no Bairro 6 de Maio. Ascensão fornece uma definição mais adequada das casas dos meus interlocutores, nem romantizando, nem relativizando o carácter de precariedade habitacional:

“[...] um alojamento precário mesmo quando parece relativamente confortável; é um artefacto arquitectónico que evolui como extensão do agregado familiar mas que também causa tipos recorrentes de doenças; é, para aqueles que nela não habitam, um símbolo de perigo e de encontros indesejados; e é, para aqueles que nela vivem, tanto uma fonte de consolo mnemónico como uma marca que transportam consigo quando interagem socialmente” (Ascensão, 2013, p. 458)

No Decreto Lei 163/93 de 7 de maio, que dá forma oficial ao Programa Especial de Realojamento, o termo “barraca” surge pela primeira vez nos documentos das políticas habitacionais onde se lê “a erradicação das barracas, uma chaga ainda aberta no nosso tecido social.” Rita Cachado vê neste texto legislativo do programa uma implícita estigmatização social, bem como a suposição de que as condições habitacionais precárias favorecem comportamentos depravados e, por isso, deveriam ser combatidos, recorrendo assim ao conceito da cultura de pobreza (Cachado, 2013a, p. 142). Antes, ainda durante a ditadura, a questão ou o “problema” dos “bairros de barracas” era alvo de censura, como é explicado na entrevista a Raul da Silva Pereira (Cachado & Nunes, 2013, pp. 187–188). Em muitos bairros integrantes ao PER, os dados das autoridades sobre os mesmos não correspondiam com a realidade encontrada por quem entrava neles. Como Ascensão afirma, a maioria das “barracas” eram, de facto, construções de alvenaria e já não eram feitas a partir de tábuas de madeira e chapa zinco ou amianto (Ascensão, 2016, p. 949):

„[...] the settlements were not new and people living in them, despite being neglected by the municipalities and central government over the previous 15–20 years, had significantly upgraded their houses. In other words, the expert definitions that were the basis for policy and for the work of the organizations whose job was to manage these dwellings were desynchronized from the actual dwellings themselves in that they assumed them to be still rudimentary and, overall, ad hoc structures.” (Ascensão, 2016, p. 949)



Figura 1: Demolições no 6 de Maio em Abril de 2018. A carrinha branca e o contentor pertencem a empresa que recolhe as chapas de amianto que serviam de telhado para a casa que aqui esta a ser demolida.

Esta “cegueira” do Estado diante da qualidade das construções certamente é um facto que ajudou a propagar a erradicação das construções, bem como o realojamento das populações, mas apesar dos esforços do Programa Especial de Realojamento em melhorar as condições habitacionais e promover a erradicação destes bairros “*o valor absoluto de cidadãos dos PALOP a viver em alojamentos abarracados na AML estabilizou entre 1991 e 2001*” (Malheiros, 2014, p. 96). Com a “cegueira” revela-se uma propriedade do Estado moderno como James C. Scott o caracteriza na sua obra *Seeing like a state* (Scott, 1998, pp. 2, 71, 263, 290–294). Trata-se de miopia, pontos cegos e uma fraca visão periférica que resultam dos esforços do Estado de aumentar a legibilidade e da simplicidade na modernização da agricultura, por exemplo. Isto traduz-se facilmente no contexto de políticas habitacionais do Estado Português, e é válido principalmente para o PER. Além disto, o próprio programa recriou “*fronteiras físicas e imaginárias entre o centro e a sua periferia*” (Alves, 2016, p. 96), construindo guetos para as várias famílias que saíram das suas habitações autoconstruídas. No Capítulo III a noção de Estado será refletida de forma mais aprofundada com vista na relação entre Estado e margem. Na sua observação, o investigador Malheiros atesta até a promoção de “bairros étnicos”:

“Naturalmente, as limitadas oportunidades do mercado de habitação também restringem os novos imigrantes a estas soluções de reduzida qualidade habitacional, promovendo o desenvolvimento de “bairros étnicos” ou, mais exactamente, de agrupamentos de pessoas com desvantagens sociais.” (Malheiros, 2014, p. 96)

Eduardo Ascensão fala-nos de uma condição colonial/pós-colonial que, de forma geral, se expressa no acesso à habitação e ao espaço urbano da população migrante das antigas colónias, levando assim a invisibilidade cidadã e a des-infraestruturação urbana dos assentamentos (Ascensão, 2013, pp. 419–420). Nesta lógica, o autor fala da existência de uma condição perpetuada de *“migrante pobre/imigrante negro/habitante de barraca”*. A permanência de bairros autoconstruídos¹¹ habitados por migrantes dos PALOP é explicado, parcialmente, pelo facto de que várias famílias não terem sido contempladas no processo do PER, simplesmente por que chegaram depois do recenseamento feito em 1993, ou por estarem fora dos bairros, ou de Portugal, por algum tempo (e.g., trabalho sazonal, migração circular), ou eram alojados temporariamente no local de trabalho (estaleiros, etc.). Mas, em muitos casos contemplados, atribuíram-se apenas tipologias demasiado pequenas, tendo em conta a reunificação familiar após 1993 (Malheiros, 2014, p. 109). Segundo o IHRU, existem atrasos de realojamento nos municípios de Amadora, Loures, Odivelas, Cascais, Seixal e Barreiro; problema que o próprio instituto tentou resolver através do programa PROHABITA (Malheiros, 2014, p. 109), mas que não conseguiu dar resposta às problemáticas.

“Como se trata de grupos de imigrantes cuja instalação é antiga em Portugal, parece verificar-se, não só uma manutenção de situações de vulnerabilidade residencial ao longo do tempo – mesmo que o PER tenha permitido o realojamento, durante os anos 90 e início de 2000, de muitos cidadãos dos PALOP que viviam em barracas –, mas também uma inserção residencial marcada por alguma precariedade daqueles que vão, sucessivamente, chegando.” (Malheiros, 2014, p. 142)

A investigação realizada por Malheiros também demonstra que minorias de países como Moçambique, Brasil, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau, Cabo Verde, Ucrânia, Angola e Índia vivem em alojamentos precários¹², em 2010, destacando-se claramente os PALOP (Malheiros, 2014, p. 143). Num estudo de 2011 de Malheiros e Fonseca, sobre as dificuldades de acesso à habitação dos imigrantes, são identificadas as “barracas” como solução precária de alojamento mais frequente entre os nacionais dos PALOP na AML (Malheiros & Fonseca, 2011, p. 137), e onde são expostas as várias dificuldades no acesso às

¹¹ Prefere-se a utilização do termo autoconstruído, dando desta forma ênfase ao ato construtivo executado pelas populações marginalizadas, correspondendo à ideia do “building event” descrito por Ascensão (Ascensão, 2010)

¹² Alojamento precário: barraca, casa rudimentar ou de madeira; pensão ou residencial; centro de acolhimento; e, imóvel.

diferentes soluções habitacionais enfrentadas pela população migrante (Malheiros & Fonseca, 2011, p. 139). Com referência a esta obra, Alves vê na construção e continuidade dos espaços autoconstruídos uma consequência de um racismo institucional que deixou de fora populações imigrantes, negras e ciganas, seja por precariedade laboral, problemas de regularização de documentos, falta de acesso ao crédito e, por consequência, à compra de casa própria, à habitação social e a casas arrendadas no mercado privado (Alves, 2016, pp. 95–96). Desde o 25 de Abril que existem fluxos de imigrantes que remontam a deslocamentos forçadas em tempos de colonialismo, e que desembocam nos bairros autoconstruídos até aos tempos de hoje. Também a investigadora Joana Braga, no contexto do bairro Terras da Costa (Costa da Caparica, Almada), constata que se tratam de estruturas pós-coloniais que levam à exclusão e segregação de imigrantes:

“[...] invisible expressions of post-colonial structural violence towards low-income immigrants that also prevents them from developing their potential capabilities within the current Portuguese political, institutional and economic framework.” (Braga, 2015)

Ascensão fala-nos de um período de um “racismo de facto” no PER, que se iniciou no fim do século passado, deixando de fora moradores negros – sendo eles que, maioritariamente, permaneciam nos bairros – e não os contemplou na década de 2000; de Cabo Verde e da Guiné no contexto do Bairro da Quinta da Serra (Ascensão, 2013, p. 439). Portanto, para explicar a tendência para a sobre-representação de migrantes nestes bairros, como concluem Malheiros e Fonseca, também temos de considerar atitudes discriminatórias “baseadas em motivos racistas ou xenófobos, ou fundadas em estereótipos negativos” por parte de quem controla o acesso à habitação (Malheiros & Fonseca, 2011, pp. 144–145). Também no *Público* foi chamando a atenção para a existência de um racismo no mercado de arrendamento, onde senhorios preferem famílias brancas e não ciganas (PÚBLICO, 2017b). A reportagem de Gorjão Henriques e Batista intitulada “*Somos negros. Portugal ainda não dá valor como gente*” retrata várias pessoas vítimas de racismo, no Bairro da Torre, na Quinta da Fonte e numa simulada procura de uma casa no mercado de arrendamento privado (Gorjão Henriques & Batista, 2017).

Embora a condição habitacional de muitas famílias ciganas acompanhe aquela que vem sendo descrita no caso de imigrantes negros e afrodescendentes, dificilmente apareceram nas estatísticas até 2015, ano em que o Instituto de Habitação e Reabilitação

Urbana publica um estudo que, pela primeira vez, apresenta um panorama da situação habitacional das comunidades ciganas em Portugal (IHRU, 2015b).

Na atualidade o novo levantamento feito pelo IHRU, em 2017 e publicado em fevereiro de 2018, em que se perguntou aos municípios a dimensão e qualidade das carências habitacionais, consta com um número de 25.762 famílias a realojar ao nível nacional, e revela que mais de metade, 13.828 famílias, vivem na Área Metropolitana de Lisboa. No mesmo documento estão listadas no total 1.739 famílias na AML com direito ao PER que ainda não foram realojados até então. Que o “problema das barracas e bairros informais” permaneceu e possui um certo peso indicam, não apenas os números que se verificam no quadro 11 na página 30, em que mais do que a metade das famílias da AML estão a precisar de realojamento não moraram em habitação social ou num “conjunto urbano consolidado degradado” (IHRU, 2018, pp. 20 ,30, 34, 46). Este documento não contém nenhuma informação etno-racial que, por sua vez, podia possibilitar uma confrontação mais frutífera com os dados da investigação de Malheiros para localizar pessoas racializadas nesta geografia de precariedade habitacional da Área Metropolitana de Lisboa.

O quadro até então exposto indica que estamos a lidar com um fenómeno nos bairros dos interlocutores a que Loïc Wacquant chama marginalidade avançada. Segundo o autor, a marginalidade tem que ser entendida numa perspetiva que é embutida historicamente e incluindo a matriz classe, Estado e espaço em qualquer sociedade numa dada época. Nesta lógica, o autor mostra como as políticas do Estado (orientadas pelo mercado e desenhadas de forma racista) pioraram a situação e colocaram “(...) *poor blacks at the bottom of the spatial order of the polarizing city*” (Wacquant, 2008, p. 4). A marginalidade avançada ganha fôlego pela instabilidade e heterogeneidade do trabalho assalariado no contexto de desigualdade, é cada vez mais desconectada da flutuação da economia nacional, é acentuada pelo recuo do estado de bem-estar e tende a concentrar-se em distritos degradados onde a “*deproletarianization*” e a destituição exacerbam (Wacquant, 2008, p. 7). Neste sentido, a crise financeira e as consequentes políticas de austeridade adotadas em Portugal certamente agravaram a marginalidade já existente e prolongada nos bairros. O Estado tem grande responsabilidade para esta continuidade da marginalidade, pois intervém de uma forma bruta e técnica contra uma população que tem

várias necessidades que, por si só, não consegue satisfazer. Como a autora Alves aponta para o caso da Área Metropolitana de Lisboa, os produtos das intervenções do PER, os bairros de realojamento dão continuidade à *“exclusão que caracterizava os bairros autoconstruídos”* (Alves, 2016, p. 102). Neste sentido, o Estado influencia através de ações várias a conversão do espaço social em espaço físico apropriado, como disse Wacquant, não só moldando o mercado de habitação, do emprego e das credenciais educacionais, mas também como a distribuição dos bens e serviços básicos impacta nisto (Wacquant, 2008, p. 6). Com este último ponto, em particular, consegue-se ilustrar muito bem quando nos apercebemos da própria criação de associações no Bairro da Jamaica e no Bairro da Torre. Esta foi fortemente encorajada pelas autoridades para poder incluir a responsabilização dos bairros na gestão dos custos dos bens essenciais como água e luz, que estão fornecidos aos moradores de uma forma instável e não individualizada. Paralelamente, é cobrado o imposto municipal sobre o imóvel (IMI) em vários bairros autoconstruídos e, assim, reconhecido pelo Estado algo que em outras circunstâncias é considerado “ilegal”, “informal” ou “clandestino” (Alves, 2016, p. 95). Se entendemos os bairros (autoconstruídos ou de realojamento) como Alves que os descreve com referência a Bernasconi como *“a solução dominante para o problema de como conter aquilo que se quer excluir ou erradicar, mas sem o qual não se consegue viver”* (Alves, 2016, p. 94; Bernasconi, 2002, pp. 345–346), os interesses do Estado em ter uma fonte de mão de obra barata e, ao mesmo tempo, confiná-la, são mais do que óbvios. Portanto, e infelizmente, não nos surpreende o facto de que os bairros desta etnografia dispõem de uma existência que já remonta à volta de três décadas.

a) Bairro 6 de Maio

“É um imperativo continuar com a erradicação dos bairros degradados. Os processos de demolição de Santa Filomena e do Estrela de África que me comprometi a realizar no mandato que agora cessa, estão concluídos. É vital concluir agora a erradicação do Bairro 6 de Maio, permitindo a implementação do Plano Estratégico da Falagueira-Venda Nova que já está em curso. No início de 2018, iniciar-se-ão um conjunto de intervenções, que permitirão reabilitar e regenerar esta zona, que reúne condições ímpares para se um pólo empresarial de excelência, no contexto Metropolitano e multiplicador de postos de trabalho

qualificados.” (Compromisso da atual Presidente da CMA, Carla Tavares – publicado em campanha eleitoral – Setembro 2017¹³)

Fernanda, uma das interlocutoras, já não mora no 6 de Maio. Foi desalojada pelo poder local, em Outubro de 2016, e depois de uma longa e cansativa busca por uma casa economicamente acessível e perto do 6 de Maio, encontrou uma casa que foi construído num terraço onde paga uma renda de 250€, mas onde não recebe recibo – ela própria a chama de barraca. Fernanda é uma das varias pessoas que, na perspectiva da Câmara, não têm direito a uma casa, estão excluídos do PER. Fernanda, quando veio de Cabo Verde, em 2000, morou primeiro na casa da sua tia, na Cova da Moura, a seguir aluga um quarto para si e depois encontra uma casa para alugar no Bairro 6 de Maio, onde paga renda ao dono. Tentou, em negociações com a Câmara, obter um crédito para compra de casa no âmbito do PAAR (Programa de Apoio ao Auto Realojamento¹⁴), mas o banco negou o crédito porque o seu salário era insuficiente. Assim permaneceu no bairro e foi apanhada de surpresa em 2016 pelo ato violento do despejo com a demolição da casa – os seus pertences acabaram todas de baixo da chuva nesse dia. Comparado com todos os outros interlocutores, tem o trabalho mais estável, estando a trabalhar no mesmo restaurante, no Rossio, desde que chegou ao Portugal.

O trabalho de Beja Horta ajuda-nos a contextualizar isto, uma vez que desenha muito bem os fluxos que engrossaram a população do município de Amadora desde os anos 60 do século passado. Apesar da desindustrialização e reestruturação económica geral, na Amadora desenvolveram-se infraestruturas e serviços locais que precisaram de mão de obra nos sectores de construção, comércio e serviços. Não só por isto os imigrantes (na sua grande maioria dos PALOP) instalaram-se aqui, mas também porque era perto de Lisboa e, precisamente, porque a regularização no sector de habitação era muito fraca (Beja Horta, 2007, pp. 77–78). Este aumento e a fixação no bairro de barracas prefiguraram as dinâmicas sócio-espaciais, criando formas de segregação no município. As populações afrodescendentes, mas também outros sectores da sociedade portuguesa, sentiram-se obrigadas a “invadir” terrenos abandonados para construírem as suas habitações,

¹³ https://issuu.com/psconcelhiadaamadora/docs/arte_final_compromisso_2017 (último acesso à 27/01/2019)

¹⁴ <http://www.cm-amadora.pt/intervencao-social/habitacao-social/792-programas.html> (último acesso à 27/01/2019)

“resultando na formação de áreas marginalizadas e socialmente excluídas” (Beja Horta, 2007, p. 78). A posição ambivalente da Câmara Municipal de aceitação e repressão deixou, assim, surgir mais de 30 “zonas degradadas”. O Bairro 6 de Maio é um dos vários bairros que assim nasceram e, como Beja Horta explica, cujas populações estão encaladas entre uma grande vulnerabilidade e dependência total face ao poder local (Beja Horta, 2007, p. 78). Hoje, o bairro é o último núcleo a “prejudicar” o Plano Estratégico da Falagueira-Venda Nova, e serve como exemplo representativo para a atitude histórica do poder local – as demolições com ou sem realojamento das populações seguiram sempre uma ordem de limpeza de terrenos para projetos urbanísticos e não a preocupação com as condições habitacionais precárias (Beja Horta, 2007, p. 79). O que é inquietante é a guetização através das representações mediáticas produzidas sobre os bairros da Amadora, como analisou Beja Horta, que leva a consolidação da ideia de que novas formas de marginalidade e de criminalidade emergem em bairros degradados como Cova da Moura, Santa Filomena e 6 de Maio (Beja Horta, 2007, pp. 81–83). Assim, não nos surpreende que as demolições recentes, fossem sempre acompanhadas de corpos de intervenção da PSP, e além disso, as histórias de violência policial nestes contextos não são poucas. Resta referir o caso de Janeiro de 2017 em que um morador do 6 de Maio foi expulso da sua casa violentamente para que a CMA possa proceder com a demolição da mesma (Jornal de Notícias, 2017; Lusa, 2017; RTP, 2017).

Ana e Cristina vivenciam este acontecimento, as duas afrodescendentes, sendo a primeira nascida em Cabo Verde, Cristina nasceu no Bairro 6 de Maio e os seus pais cabo-verdianos emigram depois de Portugal para a França. As duas não têm direito ao PER e mantêm-se no bairro desde há mais de 10 anos – Cristina na casa que os seus pais ergueram e Ana numa casa que alugava e agora já não paga, pois o dono já foi indemnizado e a casa pertence a Câmara. Uns anos atrás, Ana também tentou negociar o Auto Realojamento da Câmara, mas não se concretizou; explicou que lhe disseram que já não havia o dinheiro disponível por causa da crise financeira. No momento das entrevistas a Cristina trabalhava num Hostel na Baixa de Lisboa, onde enfrentou atitudes e ações racista vindas do patrão¹⁵, e a Ana estava à procura de um trabalho, pois apenas tinha um trabalho doméstico diário

¹⁵ Cristina recorreu à ajuda do SOS-Racismo e do Habita para poder apresentar um queixa contra o seu patrão, processo que ainda se encontra aberto atualmente. Contou que além de insultos baseadas na sua origem africana, também foi discriminado por viver no Bairro 6 de Maio.

numa casa no centro de Lisboa, onde limpava uma vez por semana. Uma amiga do bairro, que já trabalha num Hotel nas Amoreiras, conseguiu-lhe uma entrevista, à qual foram juntas, em Abril.

O trabalho desenvolvido pelo Habita¹⁶ neste bairro é algo que foi muito inspirado e motivado pela experiência nos bairros autoconstruídos, como recentemente no bairro Santa Filomena, que foi demolido por inteiro. Ali a associação empenhou-se fortemente no protesto contra as violações de direitos humanos, pois existiam muitas famílias fora do PER que não receberam qualquer alternativa às suas habitações autoconstruídas demolidas. A associação já trabalha com os moradores do 6 de Maio há alguns anos, e em Outubro de 2017 foi publicada uma carta aberta dos moradores às eleitas e aos eleitos da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal da Amadora, exigindo a suspensão das demolições (M. Lima & Alves, 2017). Em Junho de 2018, o IHRU responsabilizou-se para as famílias sem PER, mas até à data não foram entregues casas. Alguns, mas não todos os moradores, receberam um convite para uma reunião no IHRU para avançar com os processos individuais de realojamento em bairros do instituto na Amadora, Seixal e Almada. A reivindicação central dos moradores do bairro, que consistiu em exigir casas também para as pessoas que já as perderam devido às demolições pela CMA ao longo dos anos, foi ignorada.

b) Bairro da Torre

Como já introduzida acima, Roberta, moradora deste bairro, ganhou a sua casa através de um casal português que saiu, sendo que morou primeiro com os pais aquando da sua chegada a Portugal. Ascensão afirma, com vista nos seus dados etnográficos, que a *“proximidade e ajuda de «classe» (entre trabalhadores pobres pouco qualificados independentemente da sua nacionalidade ou cor de pele)”* foi mais importante para a fixação nos bairros autoconstruídos do que a origem da população, depois de se ter instalada a primeira geração na década de 70 (Ascensão, 2013, p. 436). A Roberta fez um curso de cozinha e hotelaria em 2009 e 2010, ficando um ano à procura de um trabalho quando, finalmente, decidiu, junto com o seu marido, abrir um restaurante. Para isto deram uma

¹⁶ Para história da Associação Habita ver Capítulo II.

reforma na casa e tiveram sucesso suficiente para poder empregar mais 4 pessoas, pelo menos por algum tempo. Opõem-se às “soluções” de demolição/realojamento apresentadas pela Câmara de Loures porque teme perder os acessos que tem atualmente.

“Porque o problema, o nosso problema também é assim, nos sobrevivemos disso, né? E depois iam nos tirar, além de nos tirar a casa que nos gostamos, iam nos tirar a nossa vida, nosso trabalho, nosso tempo, nosso pão. Que iam nos meter lá naquela gaiolinha que é o prédio, né. Íamos ficar sem acesso a nada. São coisas que nos temos de pensar, analisar. Porque si nós formos a construir aqui uma casa, umas casas novas, nos já construímos a casa com, com direito ao nosso espaço do nosso trabalho. Com a nossa cozinha com nossas coisas, já com, com espaço, com direito ao nosso trabalho.” (Entrevista Roberta, 19/03/2018)

Além disto, a Roberta defende a ideia de que o bairro da Torre, ou pelo menos a sua casa, fá-la sentir como se fosse “África”. Diz que só sentirá que está na Europa quando vivera no prédio de andares. Confirmando aqui o que Ascensão encontra na sua etnografia na Quinta da Serra (Ascensão, 2013, p. 441) também pode ser válido para os bairros da Assembleia, uma vez que a designação África em Portugal é utilizado tanto por moradores quanto por externos, como apoiantes da Caravana. A sensação das minhas primeiras entradas nos bairros fez-me lembrar a minha estadia numa cidade média do Togo, em 2009. No Bairro da Torre vivem, maioritariamente, afrodescendentes e ciganos em casas de construção muito precária. O surgimento deve datar às décadas de 1970 e 1980 quando o grosso dos bairros tem sido construído pelos seus moradores. Os terrenos do bairro nas imediações do Aeroporto Humberto Delgado, desde 2009, pertencem a um privado como também ao Estado (Silva & Menezes, 2015 e Entrevista Roberta 19/03/18). Como a investigadora Rodrigues menciona, o Bairro da Torre era previsto para receber o SAAL¹⁷, mas foi só no âmbito do PER que o bairro é intervencionado, e 82 famílias recenseadas e realojadas num novo bairro social, a Quinta dos Mós, em 2008 (PÚBLICO, 2008; C. Rodrigues, 2014). As demais famílias e indivíduos ficaram, e têm sido ameaçadas por demolições das suas habitações, vivendo sem condições básicas de saneamento e acesso aos bens essenciais – a luz está cortada desde o dia 19 de Outubro de 2016 (PÚBLICO, 2016b) numa altura em que a EDP inaugurou o seu novo museu, o MAAT. Na análise de arqueologias sobre habitação e racismo, Alves recorre, entre outros, ao Bairro da Torre, sítio onde a precariedade

¹⁷ Serviço de Apoio Ambulatório Local

habitacional soma-se *“a falta de acesso a bens essenciais como água, luz e saneamento”* (Alves, 2018, p. 2).

Silva e Menezes apontam que a situação no Bairro da Torre piorou tendencialmente com o agravamento da crise económico-financeira, dado que, em 2011, a autarquia reinicia um processo de demolição em que poucas famílias iam receber alternativa habitacional (Correio da Manhã, 2011; Silva & Menezes, 2015). Nada surpreende que, em 2010, fossem listados “124 agregados não-PER” em “94 barracas não-PER” pela Câmara Municipal de Loures (Divisão Municipal de Habitação) no Bairro da Torre, embora no mesmo quadro a coluna de “indivíduos total” esteja um zero – facto que indica a desresponsabilização por parte das autoridades de encontrar solução para esta população¹⁸.

Em 2018, a CML recomeçou com realojamentos de um terço das 67 famílias e não assume a responsabilidade para as restantes, que vão ter de encontrar uma solução apoiada pelo IHRU (Lusa, 2018a; PÚBLICO, 2018b). Em Março, numa visita ao bairro, encontro Roberta a estender roupa ao pé da sua casa, conversando com uma amiga cigana que recentemente saiu do bairro. Aceitou um realojamento no bairro da Quinta da Fonte, na Apelação – para onde todas as famílias desta leva estão a ser realojados – mas não está feliz, pois sente-se insegura e vive numa casa que nem foi arranjada minimamente desde a saída dos anteriores arrendatários. Tem um filho doente e já não aguentou numa barraca onde entra vento e frio, mas agora também sente saudades da vida calma no Bairro da Torre. Roberta explica:

“Ela não tá, tá triste. Ela não sai para rua, porque agora é tiroteio, agora é, é, policia, é as pessoas subirem para a escada dela, ela tá cheio de medo, marido tá entrar em depressão. Opa, meu deus. Depois ela liga, agora é pior, porque ela tá ligando todos os dia [risadas], daqui a pouco ela liga. Todo dia...” (Entrevista Roberta, 19/03/2018)

A rapidez do realojamento da amiga numa casa que nem foi renovada ou limpa pela autarquia aponta para a preocupação da CML que teme a ocupação ilegal destes fogos devolutos ou vagos. Famílias que vivem em extrema sobrelotação aproveitam destas casas

¹⁸ Números tirados do documento „Actualização do Diagnóstico Social Concelhio – 2010 – Relatório dos Dados Quantitativos“ (http://app.cm-loures.pt/redesocial/dados_quantitativos_estrutura_concelho.pdf) (último acesso à 27/01/2019)

para solucionar os seus problemas habitacionais sozinhas¹⁹. Como a Roberta, presidente da Associação Torre Amiga, exerce um papel complicado de intermediador entre CML e moradores no processo de realojamento, esta consegue dar uma introspeção nas estratégias da autarquia: “Quando a outra [técnica da Câmara] ligou e disse “Olha Roberta temos uma casa aqui com três assoalhadas, Senhora saiu, só que é uma casa intacta, a Senhora saiu. Não tivemos tempo, mas se não por lá ninguém, depois outras pessoas podem invadir a casa, depois não vamos conseguir tirar as pessoas que vão entrar lá...”. Deste modo, a CML está a fugir à sua responsabilidade de fornecer soluções adequadas para cada uma destas famílias. Algumas das 13 famílias que perderam as suas casas num incêndio que deflagrou no bairro, em Julho, receberão casas na Margem Sul, as outras famílias ainda estão a dormir nas casas de outras famílias do bairro que não foram afectadas. Entretanto as “soluções” apresentadas pelas autoridades, como por exemplo um T2 na Amadora para uma família monoparental de 7 filhos, não são aceites pelos moradores (Diário de Notícias, 2018). Um artigo recentemente publicado no *Público* tem como tema uma desresponsabilização que remonta até à esfera onde dialogam Estado e Município sobre o realojamento das famílias afectadas, bem como do total das famílias moradoras do bairro (PÚBLICO, 2018c). Atualmente as possibilidades políticas para um realojamento *in situ* não estão claras, nem se as famílias poderão usufruir do novo programa, 1º Direito, para obter uma habitação condigna.

c) Bairro da Jamaica

O bairro foi criado após a revolução de 25 de Abril, em 1974, no contexto da grande vaga de migração para Portugal, mas não é bem claro quando começou exatamente a ocupação das casas. A empresa Urbangol que gerou o empreendimento de vários blocos habitacionais faliu e deixou os prédios inacabados apenas com as estruturas em betão armado (Deutsche Welle, 2017a, 2017b). Migrantes dos PALOP e ciganos aproveitaram estas

¹⁹ Realidade que é representada por moradoras da Quinta da Fonte no contexto da Assembleia dos Moradores dos Bairros e que foi apresentada na Carta Aberta. A Caravana pelo Direito à Habitação também passou pela Quinta da Fonte, reforçando assim no seu relatório o mau estado de um bairro de realojamento em termos físicos e relatar a escassez falsa de fogos camarários – existem vários fogos vazios, mas não se concretizam desdobramentos familiares. As ocupações realizadas nestes fogos vazios pelas mulheres podem ser explicadas com o conceito das lutas imediatas (Narotzky & Smith, 2006), dado uma situação habitacional crítica em que simplesmente faltam casas disponíveis pela via regular. Isto faz com que pessoas ocupam algo que pode ser destinado a outra família, por exemplo do realojamento do Bairro da Torre.

estruturas e começaram a preenchê-las com tijolos afim de delimitar casas. Isto começou no anos 80, e como Sebastião contou: as casas eram vendidas – ele próprio comprou uma “casa”, em 1996, que era simplesmente um espaço dentro de um destes prédios delimitado por muros internos de tijolo e uma porta com fechadura. No ano seguinte foi feito o primeiro e único recenseamento pelo poder público afim de integrar as famílias no processo de realojamento ao abrigo do PER. Desde então, e até o final de 2017, a Câmara iniciou nenhum processo que não foi a demolição de um bloco em 2003, que estava a inclinar-se perigosamente, sendo que as famílias foram realojados nos prédios da mesma empresa falida já acabados e habitados por “brancos” e nos demais prédios ocupados, tal como Sebastião disse. Aos “brancos” foram atribuídas outras casas, facto de discriminação que Sebastião lamenta muito: “uma exclusão por completo” (Entrevista Sebastião, 10/06/2017, Bairro da Jamaica). Ele próprio chega a Lisboa, precisamente ao Saldanha – mas foi recebido por um primo que vivia em Carcavelos – em 1995 para fazer um estágio de um ano e meio. Na Guiné-Bissau tinha sido formado em língua portuguesa, em função de professor de português e depois trabalhou na Direção Geral de Trabalho, Emprego e Formação Profissional como técnico auxiliar de emprego (Ministério do Emprego e Qualificação Profissional da Guiné). O estágio que fez em Lisboa era ligada a técnicas de entrevista, e no final do mesmo diz: “resolvi analisar a minha vida e resolvi ficar [em Portugal, em Lisboa]”. Pois o trabalho proposto no centro de emprego tinha um salário que não “chegava para nada” – era de 80.000 Escudos. Através de um outro primo, que morava numa barraca em Moscavide, a quem ajudou a rebocar uma casa no bairro da Jamaica de um conhecido, encontrou uma casa à venda num destes blocos. O vendedor era um senhor são-tomense que nem vivia lá dentro, apenas ocupou e delimitou para poder vender – prática que, segundo Sebastião, era comum nesta época. Compraram então os dois a casa, que mais tarde ficou só em nome do Sebastião. Entretanto, quando fizeram o levantamento no bairro em 1997, a casa dele foi numerada e entrou no processo PER. Há 22 anos que mora nesta casa – entretanto ganhou estatuto de residência no contexto do processo extraordinário de legalização de imigrantes, em 1996, e conseguiu resolver o reagrupamento familiar, em 2006, quando veio a sua esposa com as duas filhas. Desde que acabou o estágio nunca mais trabalhou na sua área e ganhou sempre o seu dinheiro na construção civil. O seu primo, que vivia em Moscavide, entretanto foi realojado para a Apelação, em Loures, e finalmente resolveu migrar com a sua família para Inglaterra, onde reside há 12 anos. Sebastião não

conseguiu sair destas condições porque o seu trabalho não tem contrato definitivo, o que não lhe permite arrendar ou comprar casa no mercado de habitação, explica-me o pai de quatro filhos. Também diz que a sua casa é igual às casas normais por dentro.

Ao longo dos anos houve vários levantamentos, e os planos de realojar as famílias no Bairro da Cucena ficaram por realizar (Jornal de Notícias, 2006). Na atualidade vivem 234 famílias no bairro, estando estas à espera do realojamento que tem como base um protocolo recente entre a Câmara Municipal do Seixal, o IHRU, a SEH e a Santa Casa de Misericórdia do Seixal, assinado em Dezembro de 2017 (PÚBLICO, 2017a, 2017c; Secretária de Estado da Habitação, 2017). Até à data da conclusão desta dissertação de mestrado, já foram realojadas 64 famílias (Lote 10) em casas compradas pela Santa Casa e distribuídos um pouco por todo no concelho de Seixal (Lusa, 2018b), mas o prédio ainda está de pé e a sua demolição suspensa por causa de uma ação imposta em tribunal pela Urbangol, a empresa detentora dos terrenos.

Estas caracterizações dos bairros e dos seus habitantes, através dos meus interlocutores, leva-nos a enriquecer e ao mesmo tempo a confirmar a condição colonial/pós-colonial descrita por Ascensão, seguindo a lógica migrantes pobres/imigrantes negros/barracas. Como os casos da Quinta da Serra (Loures) apresentados e discutidos pelo autor, grande parte dos meus entrevistados correspondem a percursos semelhantes, embora mais recentes e menos fundidos no “trabalho forçado” itinerante durante os anos 60 que os indivíduos da etnografia do autor partilham (Ascensão, 2013, pp. 415, 431–434). No caso da Caravana trata-se de uma continuidade desta condição que se alarga para portugueses afrodescendentes, ciganos e pessoas vindas para Portugal nos anos 90 e no início do século XXI. Portanto, reforça-se a comparação feita por Alves dos barcos que transportavam os interlocutores de Ascensão, são hoje os aviões que traziam, por exemplo, Sebastião ou Roberta, assim dando continuidade a rotas (pós-)coloniais (Alves, 2016, p. 96).

Com esta parte illustrei, sobretudo, o contexto em que surgiram a Assembleia e a Caravana, um contexto de marginalização continuada e de violações de direitos humanos de pessoas racializadas, imigrantes, ciganos e afrodescendentes. A luta pelo direito à habitação no fim da ditadura e durante o PREC foi forte e muito diversificada em todo o país,

lembramos frases como “Casas sim! Barracas não!”²⁰. No entanto, desde a implementação do PER para a erradicação das “barracas” algumas das situações de bairros autoconstruídos mantiveram-se. Em meados da primeira década do atual século construiu-se um novo movimento pelo direito à habitação que também, desde o início, integra a luta dos bairros autoconstruídos graças às pontes feitas do então Colectivo Habita. A Assembleia, que será apresentada a seguir, foi um primeiro passo na direção de uma organização entre os bairros afectados e a Caravana levou este grupo a uma escala maior em que encontrou com outros bairros da AML, mas também em Beja, Coimbra, Porto e nos Açores. Portanto, entendemos estas organizações sobretudo como evidencias de uma história de invisibilidade e marginalização que descrevemos nesta parte e que, atualmente, conseguiu autorrepresentar-se cada vez mais e lutar para algo que ficou negligenciado por muito tempo.

²⁰ Título da última faixa do álbum “Pois Canté!!” do Grupo de Acção Cultural - Vozes na Luta (GAC) em 1976

CAPÍTULO II: Pelo Direito à Habitação

Este capítulo descreve o lugar etnográfico, que neste caso é a Caravana pelo Direito à Habitação e a Assembleia incluindo as suas histórias. A existência desta iniciativa, que nasce de um colectivo, é entendida como um resultado dos processos de exclusão de grande parte da população afrodescendente e cigana, que se viu empurrada para as margens da Área Metropolitana de Lisboa, ilustradas no capítulo anterior. Numa primeira parte circunscreve-se o contexto político em Portugal e na AML, em que surgiram as iniciativas objetos deste estudo. Na segunda parte apresenta-se a própria Caravana para, depois num terceiro momento, descrever a constelação em que concretamente surgiu – o conjunto de quatro bairros da periferia da AML unidos na luta pela habitação condigna.

I. O contexto vantajoso do atual ciclo de contestação para o direito à habitação

Desde que a última crise financeira começou a espalhar-se pelo globo, em 2008, cada vez mais habitantes nas grandes cidades portuguesas enfrentam sérios problemas na garantia de um direito fundamental: o direito à habitação condigna. As políticas de habitação das últimas décadas foram bastante limitadas ao Programa Especial de Realojamento, e um período prolongado de subsídios que ajudaram milhares de famílias na compra de casa própria, seguindo a lógica de um sistema de créditos. Os investigadores João Rodrigues, Ana Cordeiro Santos e Nuno Teles, do Centro de Estudos Sociais, em Coimbra, explicam muito bem no seu livro como a proliferação de casas próprias para famílias que precisavam de um crédito para as comprarem, criou um grande mercado de investimento financeiro para os bancos, disponibilizando créditos para famílias e para o sector privado da construção (J. Rodrigues, Santos, & Teles, 2016). Como Ana Drago escreve, esta financeirização produziu um drástico excesso de fogos – mas que já não eram acessíveis para as famílias:

“In fact, public support for homeownership was the most consistent housing policy for around 30 years, coming to an end only in the wake of the 2008 financial crisis. [...] This financialization of the city had its consequences: in 1974 the estimated housing deficit was 600,000 dwellings; by 2012 the number of existing dwellings exceeded the number of resident families by 45%—there were 1.8 million more houses than families (INE, 2012).” (Drago, 2017, p. 439)

Tendo, desde 1976, o direito à habitação consagrado no artigo 65º da Constituição, desde há muito faltam políticas de habitação social que o concretizem. Na tese de doutoramento de Antunes, em que analisou mais de 100 anos de políticas de habitação, o autor conclui que “confundiu-se o *direito à propriedade* e o *direito à habitação*”. Foi a classe média que usufruiu por longos tempos da bonificação de créditos à compra de casa própria, enquanto a “real asserção do *direito à habitação*” foi adiada para a população que vivia em habitações precárias (G. M. F. dos S. Antunes, 2017, p. 364). De facto, entre 1987 e 2011 foram gastos 73,3% do orçamento destinado ao apoio à habitação em bonificação de juros no crédito à habitação, quando os programas de realojamento ocupam apenas 14,1% dos 9,6 mil milhões de euros (IHRU, 2015a). Além do tratamento privilegiado da classe média neste panorama, é muito problemático que “a *bonificação de juros no crédito à habitação surgiu antes de serem criadas políticas de apoio para os mais carenciados*” (G. M. F. dos S. Antunes, 2017, p. 369). Existe uma inversão quando se comparam as políticas no âmbito europeu: Portugal transitou relativamente tarde do *apoio à pedra* para o *apoio à pessoa*, mas da perspectiva interna esta mudança aconteceu demasiado cedo. E geralmente é válido que ao mesmo tempo que os países mediterrâneos, com as suas especificidades no desenvolvimento – urbanização e industrialização tardia – criaram singularidades nas dinâmicas habitacionais, as políticas habitacionais em Portugal eram caracterizadas por um insipidez no sector público (Serra, 2002). Existe, portanto, uma realidade em que de “*forma directa ou indirecta a população mais desfavorecida*” foi excluída da grande maioria das políticas de habitação e, por consequente, do acesso ao direito à habitação. Como Antunes ressalta, persiste um grande engano na sociedade portuguesa na assunção de que a construção dos bairros sociais representa um grande esforço financeiro à custa dos contribuintes – resultado da fraca visibilidade material e mediática do apoio ao crédito e, geralmente, à pessoa comparada com os

bairros que se localizam facilmente na paisagem metropolitana, e que servem, muitas vezes, como cenários de relatos menos famosos (G. M. F. dos S. Antunes, 2017, p. 411). Além disto, como Isabel Guerra nos lembra, em 2011, as carências de habitação que ainda tocam uma grande parte da população, são *“pouco evidentes e politicamente pouco valorizadas”*. Segundo a autora, a pobreza e a precariedade laboral criam situações socialmente dramáticas que os média divulgam como situações individuais, ajudando, assim, a ignorar um problema social que muito precisava de intervenção (Guerra, 2011, p. 66).

Hoje em dia coexistem problemas de diferentes escalas, trajetórias e em diferentes contextos urbanos na Área Metropolitana de Lisboa. Em particular juntou-se um pedaço grande à área: o centro de Lisboa em que cada vez mais pessoas estão a ser expulsos de forma indireta e direta devido aos aumentos de valor das casas e das rendas exigidas pelos senhorios. Agora, num momento em que o *boom* turístico que catalisa o processo da retardada reabilitação urbana está a ser encarada como garantido pelo Governo e pelas Câmaras Municipais, e os mesmos atores possibilitam e auxiliam a manter o boom o mais longo possível, o acesso ao direito fundamental de ter casa também está a ser posto em perigo para a chamada classe média. Nos documentos das novas políticas, em 2016, já encontramos a preocupação de *“Combater o despovoamento dos centros urbanos e promover o acesso à habitação, em particular pela classe média”* que se busca solucionar através da reabilitação urbana (Ministério do Ambiente, 2016, p. 7).

Quando olhamos para a Área Metropolitana de Lisboa, além do centro histórico, identificam-se vários bairros que já enfrentaram graves problemas bem antes da crise passar por Portugal, e onde os moradores ainda se veem privados do direito à habitação na atualidade. Os programas de política pública de habitação no final do século passado não foram capazes de erradicar situações de extrema precariedade que, em alguns casos, permanecem até os dias de hoje. Também as soluções implementadas no Programa Especial de Realojamento, embora tenham fornecido casas para muitas famílias, não se relevem positivas quando se considera a qualidade dos edifícios e dos espaços exteriores, a própria localização muitas vezes isolada, a falta de dotação de infraestruturas sociais e de transportes públicos – uma

política que aumentou a segregação e discriminação destes bairros – referidos como “bairros problemáticos”.

Em Dezembro de 2016 a relatora Leilani Farha, da ONU, veio para Portugal e alertou para “*situações precárias em bairros de construção informal*” (PÚBLICO, 2016a; United Nations, 2017) que deveriam ser resolvidas o mais rapidamente possível. A questão do acesso à habitação é fácil de resolver, diz a relatora, mas um Governo que aposta fortemente na valorização turística e da imagem citadina, e está a desregular o mercado habitacional cada vez mais, não parece lutar por melhores condições dos seus cidadãos mais vulneráveis e, finalmente, garantir os direitos humanos. A investigadora Alves reforça no seu trabalho que o relatório das Nações Unidas “*veio associar-se a uma luta histórica das populações (racializadas) no acesso a uma habitação condigna*”. Mais, a autora disse que o Estado português não deveria surpreender-se com este relato, porque durante décadas foram denunciadas muitas das questões por moradores, associações locais e mesmo institutos e agências europeias de antirracismo e de acesso a direitos fundamentais (Alves, 2018, p. 11).

Numa perspectiva global e na atual fase do desenvolvimento urbano capitalista, onde a lógica da financeirização domina a lógica da produção, a habitação é cada vez mais mercantilizada com base no seu valor de troca – dado isto e um clima político administrativo que favorece tal desenvolvimento, há grandes impactos negativos para o acesso à habitação para todos. A investigadora Raquel Rolnik, que durante alguns tempos também exerceu o papel de relatora da Organização das Nações Unidas, recentemente publicou um livro intitulado *A guerra dos lugares* (Rolnik, 2015). Nesta obra aborda varias situações em diferentes sítios do mundo onde as pessoas estão despossessadas das suas casas, situações que remetem a situações de guerra. Portanto, o contexto em que surge a Caravana destaca-se por duas iniciativas do Governo vis-à-vis aos novos e antigos desafios da política de habitação. A deputada independente da Assembleia Nacional, Helena Roseta, estava a desenvolver um processo participativo para a criação de uma lei de bases para a habitação²¹ e a nova Secretária de Estado da Habitação; Ana Pinho – independente e nomeada pelo

²¹ <http://habitacao.ps.pt/> (último acesso à 27/01/2019)

Primeiro Ministro em Junho de 2017 – estava a “trabalhar muito”²² para lançar uma nova geração de políticas de habitação. De facto, a Secretaria de Habitação não existiu por mais de 10 anos. No XVI Governo, entre 2004 e 2005, foi criado o Ministério das Cidades, Administração Local, Habitação e Desenvolvimento Regional. Estas novas medidas corresponderam a novas políticas que consistem em programas para apoiar famílias, conseguindo estas arrendar casas a preços acessíveis (20% abaixo das rendas de mercado) e benefícios fiscais para proprietários que celebram contratos de arrendamento de longa duração, entre outras. Neste âmbito também os dois programas PROHABITA e o PER foram considerados e substituídos: “Porta de Entrada – Programa de Apoio ao Alojamento Urgente”²³ para situações de catástrofes naturais como incêndios, cheias, etc., onde as pessoas precisem de soluções urgentes e o “1º Direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação”²⁴ para realojamentos em situações de condições habitacionais precárias. No entanto, aparentemente os próprios políticos do governo criticam a falta de recursos financeiros para poder implementar esta nova geração: “As verbas do OE [Orçamento do Estado para 2018] sabem-me a muito pouco. As dotações na habitação são muito baixas. Precisamos de mais [...] dez milhões é insuficiente para as carências que temos no país”, cita o Jornal de Negócios a posição da deputada Helena Roseta na audição no Parlamento no dia 8 de Novembro (Jornal de Negócios, 2017).

Seguindo o raciocínio de Norbert Elias que diz que as mudanças nas ações colectivas resultam das mudanças no Estado e no capitalismo (Tarrow, 1998, p. 143; Elias, 1994), podemos contextualizar o movimento para o direito à habitação num momento de grande mudança capitalista e do Estado no que concerne à financeirização da habitação em Portugal. Os movimentos para o direito à habitação já se mobilizaram antes da crise – e.g. o movimento Plataforma Artigo 65 – Habitação para tod@s, criado em 2006, sucedeu à Plataforma “Morar em Lisboa” que congrega vários grupos, associações e académicos face ao aumento da gentrificação e da falta

²² Nas três ocasiões em que podia assistir ao discurso da Secretária, sempre enfatizou que ela e o Ministério trabalham muito para poder realizar esta nova geração de políticas de habitação quando intervenientes estavam a duvidar dos respectivos resultados.

²³ Criada em 04/05/2018 pelo Decreto-Lei n.º 29/2018 (<https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/115221283/details/normal?l=1>) (último acesso à 27/01/2019)

²⁴ Criada em 04/06/2018 pelo Decreto-Lei n.º 37/2018 (<https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/115440317/details/normal?q=37%2F2018>) (último acesso à 27/01/2019)

de acesso a habitação acessível. A manifestação de Fevereiro de 2006 serve como prova de uma junção de vários movimentos antes da crise que “unem-se pelo direito à habitação”²⁵. Em 2016, quando o *boom* turístico e as consequências negativas já não se podiam negar, avançou um grupo com um manifesto sobre a situação no mercado de habitação do centro da cidade de Lisboa²⁶. Deste Movimento “Quem Vai Poder Morar em Lisboa?” partiram várias intervenções buscando a proximidade aos políticos responsáveis para futuras políticas e medidas capazes de parar a especulação imobiliária e a consequente gentrificação. Em Janeiro de 2017 – já tinha congregado mais associações de moradores e outros grupos e indivíduos – escreveu uma carta aberta que pode ser assinada online por qualquer indivíduo e que conta atualmente com 4880 assinaturas²⁷. Em Setembro de 2017 foi ocupado um prédio da Câmara Municipal de Lisboa por um grupo de ativistas, a Assembleia das Ocupações de Lisboa (ALOX)²⁸, que propôs um programa alternativo para o parque habitacional da Câmara Municipal de Lisboa, baseado na ideia dos bens comuns²⁹ – mas a casa foi desocupada pela polícia no dia 30 de Janeiro de 2018 (PÚBLICO, 2018a) e, portanto, não houve consideração pelas ideias e propostas do grupo. No final do ano de 2017 criou-se um grupo chamado “Stop Despejos”³⁰ que luta contra as várias formas de despejo a acontecer no centro e nas áreas mais periféricas da Área Metropolitana de Lisboa.

A conhecida frase “Tantas casas sem gente – tanta gente sem casa” já estava a ser utilizado por pessoas e ativistas que criticavam a degradação do parque habitacional da cidade, e encontrou vários outros meios da luta em que coube, mas ainda pouco faz se a ligação entre as lutas pela reabilitação do centro e as condições habitacionais precárias na cidade alargada – dita Área Metropolitana de Lisboa onde ainda há famílias que vivem em “*barracas*”. Facto lamentado pelo movimento que visa a unir as lutas do centro com as das periferias. Uma realidade como a atual portuguesa e, particularmente, lisboeta só poderá criar e fortalecer os movimentos para o direito à

²⁵ <http://www.esquerda.net/dossier/movimentos-unem-se-pelo-direito-habitacao/17168> (último acesso à 27/01/2019)

²⁶ <http://www.buala.org/pt/cidade/quem-vai-poder-morar-em-lisboa> (último acesso à 27/01/2019)

²⁷ <http://moraremlisboa.org>; <https://www.peticao24.com/signatures/moraremlisboa/start/4740> (último acesso à 27/01/2019)

²⁸ <https://pt-pt.facebook.com/assembleiadeocupacaodelisboa/> (último acesso à 27/01/2019)

²⁹ <https://quotadehabitacaocomum.wordpress.com> (último acesso à 27/01/2019)

³⁰ <https://stopdespejos.wordpress.com> (último acesso à 27/01/2019)

habitação com tanta privação a este direito humano – a Caravana pelo Direito à Habitação representa mais uma tentativa de alargar as redes de associações de pessoas metidas na luta para melhores condições de vida – desta vez também conduzida por moradores mais invisíveis e mais vulneráveis, albergando-se em habitações nas margens da capital portuguesa.

II. A Caravana pelo Direito à Habitação

Em Setembro de 2017 movimentaram-se algumas pessoas, grupos e associações pelo território português com o intuito de congregar e juntar forças para a reivindicação do direito à habitação. Em quatro fim de semanas foram visitados cerca de 20 localidades nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, em Beja, Coimbra e Ponta Delgada³¹. A iniciativa foi organizada pelos seguintes associações e indivíduos:

- Assembleia dos Moradores dos Bairros (Bairro 6 de Maio, Bairro da Torre, Bairro da Jamaica, Quinta da Fonte);
- Habita – Associação pelo Direito à Habitação e à Cidade³²;
- GESTUAL – Grupo de Estudos Sócio-Territoriais e de Acção Local da Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa³³;
- CHÃO – Oficina de Etnografia Urbana;
- SOS Racismo³⁴;
- Associação Torre Amiga;
- Associação do Desenvolvimento Social do Vale dos Chicharos (ADSVC);
- Roberto Falanga, Simone Tulumello, Andy Inch (Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa);
- MDT-CEAU-FAUP – Grupo Morfologias e Dinâmicas do Território, Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto;
- Pastoral Social da Paróquia de Santiago Maior de Camarate – Loures

³¹ <https://caravanapelahabitacao.wordpress.com> (último acesso à 27/01/2019)

³² <http://www.habita.info> (último acesso à 27/01/2019)

³³ <http://www.gestual.fa.utl.pt> (último acesso à 27/01/2019)

³⁴ <http://www.sosracismo.pt/apresentacao> (último acesso à 27/01/2019)

Trajetos da Caravana pelo Direito à Habitação

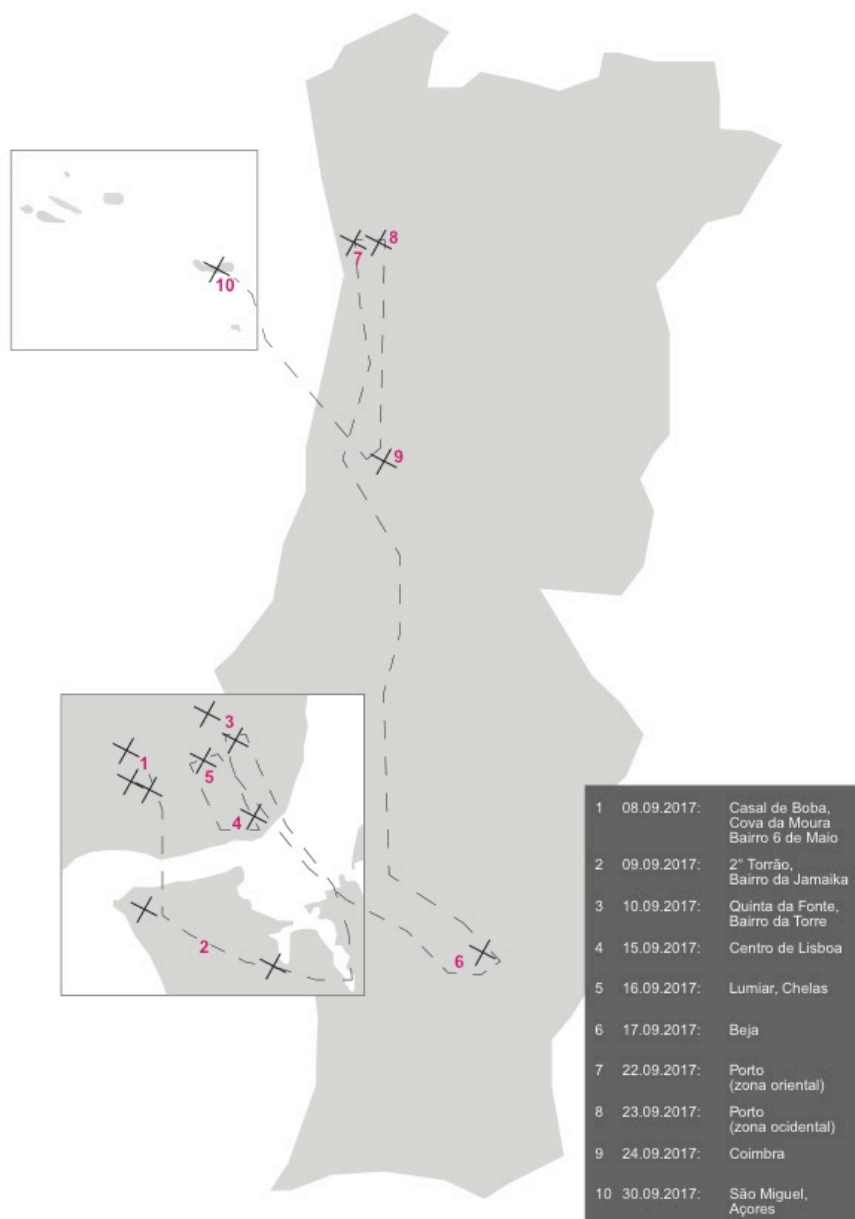


Figura 2: Mapa do itinerário da Caravana

Os sítios visitados são locais onde, pelo menos, uma associação ou um grupo da organização estava em contacto com indivíduos, grupos ou associações locais que já tinham, de alguma forma, expressado reivindicações para o direito à habitação ou, simplesmente, sujeitos que se juntaram através da divulgação da Caravana ainda no decorrer das preparações. A própria ideia do projeto da Caravana surge na Associação

Habita que, junto com outras associações e grupos, incentivo e apoiou a Assembleia dos Moradores dos Bairros.

O colectivo Habita foi criado em 2005 na emergência de empoderar moradores de bairros autoconstruídos em situação de demolição e constituiu-se como associação em Setembro de 2014 quando os seus membros viam-se confrontados com várias frentes de luta pelo direito à habitação: no arrendamento, no crédito à habitação e nos processos da gentrificação em Lisboa. O colectivo surge de um trabalho desenvolvido nos bairros ainda dentro da Associação Solidariedade Imigrante, onde se cruzam as temáticas da imigração e da habitação. Assim, surgiu o Habita como colectivo que se foca nas questões do direito à habitação dos migrantes e que hoje em dia é uma associação tendo grupos ativos em Lisboa, Porto e, recentemente, em Beja. Ultimamente tem participado nas atividades da plataforma Stop Despejos³⁵, um grupo que luta contra os despejos em Lisboa e sua periferia, criada em Janeiro de 2018. Como Cachado descreve no contexto do bairro da Quinta da Vitória, em 2006 existiram alguns bairros autoconstruídos que estavam à espera da conclusão dos processos de realojamento no âmbito do PER, algo que interessava este grupo:

„No início do ano de 2006 forma-se a Plataforma Artigo 65 – Direito a Habitar, que era uma plataforma de associações pelo direito à habitação nas suas diversas modalidades. Uma das associações componentes era a Solidariedade Imigrante (Solim), que há menos de um ano formara um grupo de trabalho chamado Direito à Habitação, seguindo a linha política e de ação do Droit au Logement francês, cuja estratégia passava pelas ações com visibilidade mediática. Este grupo de trabalho procurava motivar os moradores a lutarem pelo direito ao realojamento em vários bairros em condições semelhantes às da Quinta da Vitória, sobretudo no verão desse ano, que foi quando houve mais demolições de casas de famílias com situação irregular no que dizia respeito ao processo de realojamento. [...] Na mesma altura, a nível local, na Quinta da Vitória, a Câmara Municipal via-se sem alternativas para os moradores que continuavam a aguardar pelo desfecho do PER e aceitou a proposta do proprietário que passava por indemnizar as famílias. Deste modo, a indemnização das famílias coincidiu com o clímax de luta da Plataforma Artigo 65 e do grupo Direito à Habitação. [...] A Solidariedade Imigrante no bairro começou por fazer reuniões de

³⁵ <https://stopdespejos.wordpress.com/sobre/> (último acesso à 27/01/2019)

motivação para a luta pelo direito à habitação. As pessoas reagiram inicialmente de forma hesitante e desconfiada.” (Cachado, 2013a, pp. 493–494)

Dez anos depois pela então Associação Habita foi feita uma candidatura à fundação alemã “Guerrilla Foundation”, em 2016, afim de poder obter meios financeiros para a realização do projeto da Caravana. A proposta de conectar vários sítios e pessoas em condições habitacionais graves para criar uma rede mais forte que conseguisse reivindicar o direito à habitação, foi apresentado à Assembleia dos Bairros em Maio de 2017 já com o financiamento garantido. Os participantes da Assembleia acharam o objectivo da Caravana importante para poder fortalecer a sua luta e tornar mais visíveis os problemas e as reivindicações. A partir deste momento, a Caravana foi preparada entre e durante as reuniões da Assembleia, que passaram a ter uma frequência de dois encontros por mês nos domingos, circulando pelos bairros da mesma. Estas reuniões foram intercaladas com outros encontros praticamente semanais no espaço da associação Habita no centro de Lisboa, onde membros dos grupos externos aos bairros estiveram presentes para preparar, discutir e organizar assuntos ligadas à Caravana.



Figura 3: Audiência da Caravana no IHRU 06/12/2017

Entre Outubro e Dezembro de 2017 foi criado um documento que resulta dos levantamentos feitos em cada sítio visitado pela Caravana. Este é organizado em quatro partes (1. Bairros e núcleos autoconstruídos; 2. Habitação social; 3. Gentrificação e pressão imobiliária e 4. Questões transversais) e reúne tanto as condições habitacionais encontradas como propostas e reivindicações que visam ao

melhoramento para os moradores. No dia 6 de Dezembro o documento foi entregue à Secretária de Estado da Habitação e ao IHRU numa audiência conjunta na sede do último que durou acerca de três horas. Estiveram presentes indivíduos de todos os sítios menos do Casal da Boba e da Cova da Moura (Amadora), do 2º Torrão (Almada), do centro de Lisboa³⁶ e do Lumiar e Chelas, de Coimbra e de Ponta Delgada. Os presentes tiveram a oportunidade de falar por alguns minutos num formato em que as representantes das duas autoridades estavam no palco e os participantes da Caravana na plateia. A introdução das falas foi feito por um membro do SOS Racismo e, no final, Rita Silva, da Associação Habita³⁷, resumiu e tratou das tais questões transversais. Desde o mês de setembro, bem como também depois da entrega do documento, houve alguns momentos e encontros que nesta etnografia chamo de “desdobramentos”, mas não foi claro entre os membros quando terminou a própria iniciativa da Caravana.

III. A Assembleia dos Moradores dos Bairros

A Assembleia dos Moradores é composta por associações de moradores e residentes do Bairro 6 de Maio (Amadora), Bairro da Torre (Loures), Bairro da Jamaica (Seixal) e o bairro de realojamento da Quinta da Fonte (Loures). Em 2016, moradores e associações destes quatro bairros já se encontravam em situações de luta – cada um por si e com o auxílio de associações de apoio: O grupo Chão – Oficina de Etnografia Urbana, o GESTUAL – Grupo de Estudos Sócio-Territoriais, Urbanos e de Ação Local, o Habita - Associação pelo Direito à Habitação e à Cidade e o SOS-Racismo. Cada território conta com o apoio específico de pelo menos um grupo externo nas lutas que variam de bairro em bairro. Tratam-se de despejos sem alternativas, realojamento pelas Câmaras Municipais, falta de acesso aos bens essenciais como – v.g., falta de eletricidade e dívidas com a EDP – e condições muito precárias da estrutura física das edificações e casas. Um membro do Chão explicou-me o surgimento da Assembleia,

³⁶ Não estavam presentes pessoas das associações e grupos organizados do centro que estavam no dia em que a Caravana passou na Mouraria, mas várias das pessoas que apoiaram a iniciativa que moram no centro de Lisboa.

³⁷ Uma das pessoas mais ativas da associação. Rita faz parte dos membros eleitos dos órgãos sociais numa estrutura que é horizontal e já fazia parte do grupo que criou o colectivo, em 2005, a partir da associação Solidariedade Imigrante onde também era ativa.

que se deu quando alguns membros dos grupos e associações externos perceberam que diferentes bairros atravessaram situações e lutas muito parecidas, e por isso mesmo consideraram essencial perguntar se existe vontade pelo lado dos moradores e associações de trocar experiências com outros bairros³⁸. A vontade era real e pouco tempo depois tinham-se juntado os quatro bairros em reuniões mensais, discutindo as situações de cada bairro. A ação fundamental deste grupo foi o de escrever a “Carta Aberta em Defesa da Dignidade Humana e do Direito à Habitação”³⁹ e entregá-la a várias instituições, desde o Provedor da Justiça, ao Presidente da República, até a 11ª Comissão da Assembleia da República. Cito aqui o penúltimo parágrafo desta carta, que esclarece as reivindicações deste grupo:

“Perante esta situação, nós, os moradores dos bairros acima mencionados [6 de Maio, Torre, Jamaica e Quinta da Fonte], cientes dos nossos direitos enquanto cidadãos, reivindicamos o direito a uma vida melhor e a uma habitação condigna. Isso traduz-se no direito a sermos realojados em condições adequadas, dialogando com as autoridades responsáveis, no respeito pelas comunidades e pelas ligações de vizinhança, tendo em conta a possibilidade de realojamento no mesmo lugar se existir a vontade de ali permanecerem. A este respeito, lembramos que a expropriação dos terrenos é exequível no âmbito do PER e que alguns deles são inclusivamente públicos. Reivindicamos o direito a não aceitar uma casa que não queremos, porque o realojamento sob chantagem é um realojamento autoritário. Numa altura em que as autoridades competentes estão a discutir uma revisão do PER, reivindicamos o direito a sermos informados sobre o que nos vai acontecer, mas, sobretudo, a fazer parte da solução. Queremos que sejam pensadas criticamente, em conjunto com as comunidades envolvidas, outras soluções, que não sejam somente aquelas que foram encontradas até agora, ou seja, uma verdadeira política pública de habitação que responda às nossas necessidades. Não queremos ser realojados em novos guetos, distantes dos centros urbanos e afastados dos nossos lugares de trabalho. Não queremos um novo PER igual ao anterior, queremos ser realojados com dignidade e

³⁸ Este membro do grupo Chão explicou que estando em dialogo com o Bairro da Jamaica desde 2015 e conhecendo o GESTUAL (que há alguns anos está desenvolver projetos com o Bairro da Torre), os dois bairros tendo um problema comum da eletricidade – a primeira ligação deu-se entre o Jamaica e o Torre. Logo depois de um primeiro contacto os moradores dos dois bairros concordaram em convidar também os moradores do Bairro 6 de Maio que neste momento sofria de demolições sem alternativa (situação que o Bairro da Torre já tinha conseguido parar) e mais tarde juntaram-se com alguma irregularidade mulheres do bairro da Quinta da Fonte.

³⁹ Carta publicada em 28 de Março de 2017, <https://caravanapelahabitacao.wordpress.com/carta-aberta/> (último acesso à 27/01/2019)

tratados com o respeito a que cada ser humano tem direito.” (Carta Aberta em Defesa da Dignidade Humana e do Direito à Habitação; 28/03/2017)

Em consequência disto o grupo foi recebido pelas instituições acima mencionadas⁴⁰. Este processo reivindicativo da Assembleia foi atravessado pelo projeto da Caravana, que visava expandir esta experiência de luta conjunta a um nível nacional, interligando outros sítios dentro e fora da Área Metropolitana de Lisboa a luta da Assembleia dos Moradores dos Bairros. A participação de moradoras do Bairro da Quinta da Fonte diminui significativamente depois da criação da Carta Aberta – mas nos eventos da Caravana e, sobretudo, depois do mês de Setembro algumas mulheres do bairro estavam presentes nos encontros. Nas reuniões da Assembleia que presenciei nunca participaram. É importante dizer que as preparações para a Caravana ocuparam muito do espaço de troca entre os bairros construídos há pouco tempo.

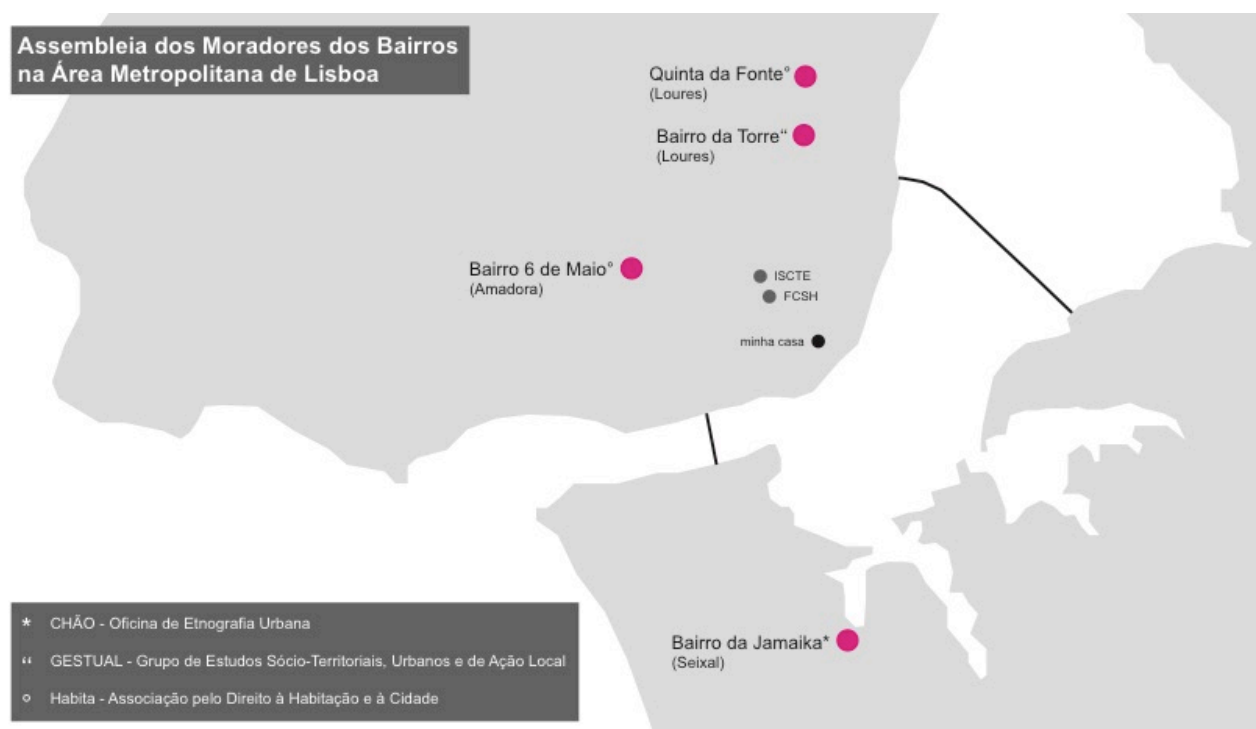


Figura 4: Localização dos bairros da Assembleia na AML

⁴⁰ Em 18 de Abril de 2017 pelo Provedor da Justiça, confirma: <http://www.provedor-jus.pt/?idc=35&idi=17048> (último acesso à 27/01/2019); em 20 de Abril de 2017 pela Presidência de República; em 17 de Maio de 2017 pela 11ª Comissão da Assembleia da República, confirma: <http://www.canal.parlamento.pt/?cid=1967&title=audiencia-com-assembleia-dos-moradores-dos-bairros-6-de-maio-amadora-bairro-da-torre-loures-bairro-da-jamaika-seixal-quinta-da-fonte-loures> (último acesso à 27/01/2019)

Esta junção de bairros de zonas periféricas da Área Metropolitana de Lisboa, e o facto destes protagonistas da Assembleia serem, na sua maioria, migrantes de países africanos ou afrodescendentes, necessitou de considerações sobre os fluxos migratórios que começaram a habitar e construir estes bairros desde os anos 70 do século passado, realizadas no capítulo anterior. A etnografia centrou-se nos moradores da Área Metropolitana de Lisboa, mais precisamente, desenvolveu-se com pessoas que fazem parte da Assembleia e participaram nas atividades da Caravana e nos desdobramentos da mesma – são cinco moradores de três bairros da Assembleia com os quais foram conduzidas conversas mais aprofundadas e entrevistas. Todas estas pessoas são ou migrantes dos PALOP ou afrodescendentes morando nestes bairros há, pelo menos, mais de uma década.

CAPÍTULO III: Lutar sozinha – lutar em conjunto

Este capítulo segue duas ideias principais: primeiro a de expor as situações de dominação e resistência encontrados no contexto desta etnografia, analisando os registos escondidos e públicos; e, num segundo passo, de redesenhar os percursos dos interlocutores da luta individual até ao coletivo, argumentando que as sociabilidades de *emplacement* formam a base fundamental para uma organização política que atravessa várias localidades afim de uma mesma reivindicação.

I. Resistência, refúgios e o registo público

Para que os meus interlocutores estivessem dispostos a falar em público durante os eventos da Caravana – levando, assim, o registo escondido à superfície – assume-se que a germinação das resistências já estava a acontecer há algum tempo a nível infrapolítico. Portanto, nesta parte pretende-se conduzir um diálogo entre a etnografia e as teorias do James C. Scott sobre resistência, das zonas de refúgio e do registo escondido. O foco recairá no processo que tornou este registo público e, em conformidade, deu início a uma luta direta com o Estado e as suas várias instituições em torno da habitação.

a) Zonas de Refúgio

Num primeiro passo propõe-se aplicar o conceito das Zonas de Refúgio ao contexto desta etnografia, nomeadamente, aos bairros, aos palcos da Assembleia e da Caravana. Segundo James C. Scott as zonas de refúgio respondem a lugares estratégicos, desenhados para manter o Estado fora de alcance, e, mais radicalmente, para que as populações não sejam incorporadas no Estado, bem como para que o próprio não surja entre elas (Scott, 2009, p. x). Importa aqui realçar que os “valley states” (antagonismo dos “hill peoples” que fogem do Estado) permitem, ou toleram, até um certo grau, a existência e autonomia das zonas dos “hill peoples” – situação que relembra o momento em que surgiram os vários bairros autoconstruídos da Área Metropolitana de Lisboa, em que o Estado adoptou uma posição de *laissez-faire*, como

Beja Horta mostra (Beja Horta, 2007, p. 78). Hoje em dia deparamo-nos com uma valorização dos terrenos nos quais surgiram, num primeiro momento, em forma de zonas de refúgio, os bairros que acabaram por permanecer. O que era no contexto de Scott o valor dos recursos naturais que chamaram a atenção do Estado para incorporar os (Scott, 2009, p. 11) ⁴¹, é, neste caso, o valor de troca dos terrenos que, antigamente periféricos, e agora centrais no contexto da AML. Isto é válido, sobretudo, no Bairro 6 de Maio, onde os terrenos têm grande valor para a renovação urbana na Amadora e, portanto, o Município avança com as suas práticas de dominação e expulsão dos residentes, mas também no Bairro da Jamaica, onde um projeto de prédios residências está a aguardar a sua concretização.

A lógica por trás destas zonas de refúgio é a ideia de uma evasão que, ao mesmo tempo, mantém o Estado à distância com as suas tentativas de incorporação e exploração, e aproveita-se das ligações com o “lowland”, principalmente em termos de ligações económicas (Scott, 2009, p. 24). Não pagar renda, ou pagar muito pouco, mas ao mesmo tempo estar razoavelmente perto dos locais de trabalho e de troca, caracteriza, muitas vezes, esta relação entre “hill peoples” e “lowlands” no caso desta etnografia. Além disto, as zonas de refúgio representam mais do que um simples refúgio: com o escape e a fuga as populações tomam uma oposição, se não uma posição de resistência (Scott, 2009, p. 26). Assim sendo, não se deveria apenas ter em conta a localização como forma de marginalidade (seja nas montanhas do Sudeste Asiático, ou nas periferias da AML), mas também a mobilidade física, práticas de subsistência, organização social e padrões de assentamento que, em conjunto, definem a distância entre a comunidade e o Estado. Neste caso a autoconstrução como forma de assentamento autónomo é importante na perspectiva de marginalidade (Scott, 2009, p. 183), pois é construído fora do alcance do Estado, embora se verifiquem processos capitalistas similares em mercados informais, como o autor brasileiro Abramo demonstra no caso do mercado habitacional, que abrange tanto favelas, como loteamentos informais⁴² (Abramo, 2007, 2009). Lembremos que no Bairro da Jamaica, Sebastião comprou uma casa criada por um senhor que ergueu

⁴¹ „[...] neglected and seemingly useless territories to which stateless peoples had been relegated were suddenly of great value to the economies of mature capitalism.“ (Scott, 2009, p. 11)

⁴² O Casal de Cambra, em Odivelas, pode ser considerado como loteamento informal que Abramo menciona.

paredes de blocos, colocou uma porta com fechadura, disponibilizando-a assim para venda. Também no Bairro 6 de Maio, sobretudo, o arredamento das casas autoconstruídas é uma realidade que a Câmara muitas vezes tenta impossibilitar⁴³.

A forma de como a provisão de água e luz nestes bairros é organizada pelas empresas municipais, ou público-privadas, e as formas encontradas nos bairros para obter o que precisam para viver condignamente, dizem-nos muito sobre as tentativas do Estado de incorporar e taxar as populações, e a evasão e resistência por parte dos moradores. Cabe aqui então fazer uma pequena incursão sobre o Estado. Na obra que junta vários trabalhos do autor, intitulada “Contrafogos”, Bourdieu argumenta que o Estado existe e exerce o seu poder recorrendo à metáfora das duas mãos que agem de forma antagonista: a mão esquerda, ou seja, os agentes do “trabalho social” (assistentes sociais, educadores, magistrados e, cada vez mais, docentes e professores primários,) entendidos como “vestígio” das lutas sociais do passado no interior do estado, e a mão direita, que consiste em burocratas do “Ministério das Finanças, dos bancos públicos ou privados, e dos gabinetes ministeriais” (Bourdieu, 1998, p. 4), que frequentemente confrontam os primeiros. Nesta lógica a postura dos cidadãos mudou significativamente, tirando proveito e afastando-se do Estado ao mesmo tempo:

“[...] hoje o cidadão, sentindo-se repellido para o exterior do Estado, (que, no fundo, nada lhe pede além de contribuições matéricas obrigatórias, e não lhe pede, sobretudo, nem dedicação nem entusiasmo) rejeita o Estado, tratando-o como uma potência estranha que utiliza da melhor maneira que pode em favor dos seus interesses.” (Bourdieu, 1998, p. 7)

O Estado que possui, além do monopólio da violência física, o monopólio da “violência simbólica legítima”, é também, segundo o autor, um lugar “geométrico de todas as perspectivas antagonistas” (Bourdieu, 2012, pp. 14, 16). Portanto, lidamos com algo que não é nem homogêneo, nem estático no seu interior, e que representa uma realidade de dupla face. Está em curso um desenvolvimento do Estado moderno em que uma universalização superior se sobrepõe a um processo de concentração do poder que leva, conseqüentemente, a uma dominação central da vida das pessoas

⁴³ Acontece que quem já saiu do bairro, ou recebeu uma casa, continua a alugar a mesma no bairro. Quando a Câmara se apercebe destas situações aconselha as famílias a parar de pagar renda e abrem um processo para encontrar uma “solução”.

(Bourdieu, 2012, p. 351). As margens representam a necessidade inerente da construção do Estado, e segundo as autoras Poole e Das (2004b) a proposta antropológica das margens traz uma perspectiva única para a compreensão do Estado, não pela motivação de captar “práticas exóticas”, mas exatamente pela sugestão de que estas margens são a implicação necessária para o Estado (Poole & Das, 2004b, p. 4). O que importa é a expansão do poder do Estado até os últimos recantos destas margens, e a necessidade de tornar o espaço e a população legível e controlável para si. Citando:

“The margins [...] are simultaneously sites where nature can be imagined as wild and uncontrolled and where the state is constantly refounding its modes of order and lawmaking. These sites [the margins] are not merely territorial: they are also, and perhaps more importantly, sites of practice on which law and other state practices are colonized by other forms of regulation that emanate from pressing needs of population to secure political and economic survival.” (Poole & Das, 2004b, p. 8)

Lidamos com três abordagens da margem que não se excluem entre eles, como o livro editado por Poole e Das, *Antropology in the Margins of the State* de 2004, demonstra. Primeiro, a margem como periferia, como algo que contem populações consideradas insuficientemente socializadas dentro da lei; segundo, a margem como espaço, forma ou prática onde a margem é continuamente experienciada e desfeita (undone) através da ilegibilidade das ações, documentos e palavras do próprio Estado; terceiro, a margem como espaço entre corpos, a lei e a disciplina, levando à questões de biopolítica (Poole & Das, 2004b, pp. 9–10).

“It is in these processes of everyday life that we see how the state is reconfigured at the margins. Margins are not simply peripheral spaces. Sometimes, as in the case of the borders of a nation’s states, they determine what lies inside and what lies outside. Other times, as in the case of checkpoints, they runs through the political body of the state. Borders and checkpoints, as we saw, are spaces in which sovereignty, as the right over life and death, is experienced in the mode of potentiality – thus creating affects of panic and a sense of danger even if “nothing happens”.” (Poole & Das, 2004b, p. 19)

Na presente etnografia deveríamos dar ênfase à habitação e, portanto, falaremos do direito à mesma ou a ficar sem nada, sem teto. O caso do Bairro 6 de

Maio e os outros bairros da Amadora demolidas, contam aqui como testemunho da violência em jogo. É verdade que entre os momentos violentos estendem-se grandes períodos de tempo em que “nada se sucedeu”. Ao mesmo tempo, este trabalho quer entender o potencial que existe nestes contextos, descritos no Capítulo I, em que as autoras definem as margens como:

“Paradoxically, these spaces of exception are also those in which the creativity of the margins is visible, as alternative forms of economic and political action are instituted.”
(Ferme, 2004, p. 19)

Como anteriormente colocado na Introdução, é este o objetivo desta dissertação: contribuir para a visibilidade desta criatividade e a compreensão das dinâmicas associadas. O que Poole e Das pretendem com a suas investigações é de “abrir a solidez” com que o Estado frequentemente é descrito (Poole & Das, 2004b, p. 20). Trouillot, Ferguson e Gupta concordam: o Estado não é algo fixo, ou seja, já não é contendor, nem aparato, nem entidade ou algo lá fora (“something out there”) (Trouillot, 2001; Ferguson & Gupta, 2002). Como Trouillot anota: “[...] anthropology may not find the state ready-made” (Trouillot, 2001, p. 133).

O Estado tenta sempre tornar a sua população legível para si, e isto faz com que grande parte da população encontre o Estado através de documentos, tais como Cartões de Cidadão, queixas, documentos do tribunal, certificados de nascimento, ou de falecimento, e, no caso dos bairros autoconstruídos, desta etnografia, através de recenseamentos, cartas ou faturas. Sobre estes documentos Poole e Das escrevem: “These documents bear the double sign of the state’s distance and its penetration into life of the everyday.” (Poole & Das, 2004b, p. 15). No contexto da etnografia de Ferme (Ferme, 2004) fala-se de experiências temporais conflitantes com o Estado, que surgem em situações de demandas arbitrários por parte do Estado, por exemplo, quando o mesmo intervém para revogar o bilhete de identidade de uma pessoa da Serra Leoa, que o obteve durante o regime colonial britânico e agora se vê confrontada com um processo burocrático com prazos impossíveis de serem cumpridos para poder renovar este documento. “In such cases, the law is experienced as a largely arbitrary imposition whose effects are felt [...] as conflicting “spatiotemporalities” (Poole & Das, 2004b, p. 16; Ferme, 2004). Sebastião desconfia do processo de realojamento em

curso no seu bairro, o Bairro da Jamaica, e acha que vai ser um processo arbitrário onde as pessoas não vão poder decidir sobre como será feito o próprio realojamento. Muitas vezes o longo tempo de espera para o realojamento é encarado como algo arbitrário, assim correspondendo aos espaço-temporalidades sugeridos por Ferme (2004). Igualmente as divisões entre pessoas recenseadas no PER e as que não foram contempladas, ou já excluídas, correspondem a esta arbitrariedade.

Para Ferguson e Gupta (2002), o Estado existe num conjunto de metáforas e práticas, através do qual se representa como identidade reificada com propriedades espaciais particulares, os chamados “properties of vertical encompassment”. Desta forma “garante a sua legitimidade, naturalizam a sua autoridade e representam-se como superiores e ao mesmo tempo como abrangendo (encompassing) outras instituições e centros de poder” (Ferguson & Gupta, 2002, p. 982). À operação destas metáforas e práticas os autores designam por espacialização do Estado. Similarmente, para Trouillot (2001), o Estado representa menos um aparato e muito mais um conjunto de processos, onde o foco existe na reformulação de processos e relações de poder afim de criar novos espaços para a implantação de poder (Trouillot, 2001, p. 127). Por espacialização do Estado, Trouillot (2001) entende algo que tem acrescida importância para o próprio Estado dentro do contexto das mudanças provocadas pela globalização:

“While the spatialization effect may also be produced in other sites, national governments are less likely to let go of their power in this domain. [...] in a context marked by the obvious incapacity of national states to function as cultural containers, the protection of borders becomes an easy political fiction with which to enlist support from a confused citizenry. [...] the right to define boundaries remains a fundamental component of sovereignty to which national governments must cling in an age in which many state functions are being performed elsewhere.” (Trouillot, 2001, p. 133)

Com a globalização, as práticas do Estado, ou então práticas estatísticas, surgem cada vez mais em contextos fora dos sítios centrais dos governos nacionais, mas raramente se desviam inteiramente da ordem nacional do Estado (Trouillot, 2001, p. 131). Trata-se de um “*deplacement of state functions*” (Trouillot, 2001, p. 132) que

se expressa através das privatizações levadas a cabo com o avanço global da ideologia neoliberal. Como dizem Ferguson e Gupta:

“The logic of market has been extended to the operation of state functions, so that even the traditionally core institutions of government, such as post offices, schools, and police are – if not actually privatized – at least run according to an “enterprise model”.” (Ferguson & Gupta, 2002, p. 989; Burchell, 1996)

Portanto, a situação etnográfica, inicialmente tomada com propósito de discutir o Estado aqui, pode servir como um exemplo do “vertical encompassment of the local”, em outras palavras: da espacialização do poder do Estado (Ferguson & Gupta, 2002, pp. 982–988). Mas serve, sobretudo, para ilustrar duas coisas: a privatização da empresa pública com a tarefa de fornecer eletricidade para as famílias residentes em Portugal (EDP), sendo a colaboração entre esta empresa, então privada, e o Estado em controlar, tornar legível e taxar uma população marginalizada, como as famílias do Bairro da Jamaica. Para isto a reinstalação da associação de moradores do mesmo bairro, instigado pela Câmara Municipal do Seixal para poder controlar melhor o bairro, e para poder cobrar o que a EDP exige pelo serviço prestado ao bairro.

Trouillot relembra: “governments are not the only actors who “see like a state”” (Trouillot, 2001, p. 132). Scott, por sua vez, entende as margens do Estado como sítios ainda a serem mapeados, miniaturizados, fixados, e percebidos. Estes sítios estão situados fora do controlo do Estado, existem mais no mito e no estereótipo do que com base em informação precisa. Portanto, são lugares que existem fora do controlo pleno exercido pelo Estado e que, não obstante, serão penetrados pelo Estado (Scott, 1998). E é nisto que encontramos o processo da espacialização do Estado, que tem como objetivo abranger as margens mais distantes através dos processos estatísticos, sejam do Estado ou de instituições que ajam cada vez mais com a mesma lógica. Como Asad escreve: “[...] the sovereign force of the law is expressed in the state’s continual attempts to overcome the margin.” 287 (Asad, 2004, p. 287).

Por outro lado, esta incorporação nas lógicas do Estado tem a ver com a garantia de direitos iguais para toda a população – neste caso: direito ao acesso aos bens essenciais, que, por sua vez, é reivindicado pelos moradores. Este paradoxo torna visível a volta de uma posição subalterna – uma marginalidade que não é voluntária –

mas que se subjugua à lógica do Estado para obter algo que a população não possui. Adotando a metáfora das duas mãos do Estado de Bourdieu, localiza-se este paradoxo exatamente entre a mão direita e a mão esquerda, uma que penaliza, cobre taxas e controla, e outra que tenta instaurar um direito que é fundamental. Isto indica-nos que estamos perante uma dinâmica de grupos sociais que não se explica com a ideia de Clastres da sociedade contra o Estado (Clastres, 1979), mas com uma extensão da mesma. O que mais tarde sugiro é a ideia de uma “sociedade apesar do Estado” que começa a reivindicar algo da mão esquerda do Estado: o direito a uma habitação.

Mais do que esta situação, junta-se uma situação legal pouco desenvolvida que não prevê o tratamento igual nos territórios dos bairros como em outras áreas urbanas, o que concerne o fornecimento dos bens essenciais, condição que já foi contestada pela Assembleia dos Moradores dos Bairro em 2017, e provocou, em Junho do mesmo ano, uma Resolução da Assembleia da República (n.º 151/2017)⁴⁴ que até agora ficou sem efeito. Cabe aqui, então, citar o que Poole e Das dizem sobre estas circunstâncias:

“When the relation between the state and the population that is governed is imagined as one in which the state embodies sovereignty independently of the population, it becomes authorized to maintain certain spaces and populations as margins through its administrative practice. Conversely, an imagination of the state as that to which power is delegated, rather than alienated from the subjects, would allow the state itself to be imagined as the margins of the citizenbody. The point is not to show that the state has a fetishist character but rather to show that the imagination of sovereignty can shift the relative position of the center and the periphery: margins move, then, both within and outside the state. Of course, this movement is what makes the margins so central to the understanding of the state. The indeterminacy of the margins not only allows forms of resistance but more importantly enables strategies of engaging the state as some kind of margin to the body of citizens.” (Poole & Das, 2004b, pp. 29–30)

Mesmo que em alguns casos fossem instalados contadores individuais para cada casa/família, as contas eram únicas e sempre dirigidas às associações que,

⁴⁴ <https://dre.pt/pesquisa/-/search/107693727/details/maximized?dreId=107693722> (último acesso à 27/01/2019)

inclusive, foram criadas para poder ser um intermediário entre empresa e bairro. Como não foi possível organizar uma coleta das frações de cada família pelas associações, e outras complicações que dificultaram a justa divisão dos custos, acumularam-se dividas. Em alguns casos houve cortes, como no Bairro da Torre que vive, desde Outubro 2016, sem luz. O que então acontece é a ligação à rede elétrica através de puxadas que estão a ser cortadas frequentemente, e depois reestabelecidas pelos moradores deste bairro:

„Ficamos sem luz, porque antigamente eles vinham cortar, a EDP vinha cortar, mas não levava o, não tirava a fonte principal. Então eles cortaram e quando iam embora nos voltávamos a ligar. Mas nesse certo dia eles disseram “Ah a final nós cortamos e vocês ligam, tudo bem. Então vamos tirar de um jeito que as pessoas não conseguem ligar mais”. Cortaram a fonte, lá mesmo no caminho. Clash! Mas mesmo assim nós ainda conseguimos. Formos lá, descobrimos, lá tinha corrente. E então nós ligamos [risadas], ligamos outra vez. Mas mesmo assim descobriram e cortaram no outro sitio. Se calhar nós, tipo, nós cortamos aqui e eles foram cortar tipo mais aqui assim onde não sabemos, ficamos sem saber onde eles cortam.” (Entrevista Roberta, 19/03/2018)

Algum tempo antes, quando os moradores do bairro tinham acabado de parar as demolições que a Câmara queria levar a cabo, levando algumas a efeito, as famílias deparam-se com um corte da água:

„Mas só por causa de algumas casas que eles vieram partir deixaram toda a canalização vandalizada no bairro e depois a água ficou aqui a correr por todo canto. Então o que é que fizeram em vez de vierem aqui melhorar as condições das águas, cortaram a água lá a frente. E nos ficamos – 8 meses sem água! É verdade! Ficamos 8 meses sem água. Nos íamos catar água de todo lado, na igreja, em charneca, com garrações e garrações. Ficamos 8 meses sem água. E depois começamos a reivindicar como é que vamos viver no bairro. Conseguimos parar a demolição, mas estamos sem água. E então a Câmara disse “Olha, ah nos cortamos a água porque o Bairro da Torre gasta 20 mil Euros de água por mês, e portanto...” E nos já começamos a criar, a dar visibilidade. E então as pessoas... já começou a sair no jornal, já uma pessoa, pronto. Então eles já tiveram, já começaram a ter mais atenção. E dizemos não! Aqui existem famílias que estão em dificuldades e era a água, né?

...

Então a Câmara diz “A única coisa que vocês têm de fazer é vocês têm criar uma associação dentro do bairro... de modo a irem para SIMAR [Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos de Loures e Odivelas] fazerem um contrato que é para pagarem a água. Porque de graça nos não vamos voltar ligar as águas. Vocês gastam muita água, são a volta de 20 mil Euros por mês de água que fica no Bairro da Torre só a correr.” (Entrevista Roberta, 19/03/2018)

Quando a associação estava a funcionar, a Câmara instalou um ponto de água a partir do qual cada família criava uma puxada para sua casa com tubos e mangueiras, adquiridos pelas próprias. Mas com as contas a chegar, cada vez mais altas, os moradores deixaram de pagar, e ultimamente a Câmara assumiu o pagamento das contas. Sobre isto, Roberta diz: “a associação consegue controlar a família, mas não consegue controlar o bolso de cada família”. De um lado temos aqui uma situação de extrema precariedade, que está a ser prolongada pelas autoridades que apenas tentava a cobrar os custos e uma população que evade, que resiste; mas do outro lado também as famílias do bairro, que vivem em condições económicas muito instáveis e fracas, aparentemente não reservam meios para pagar as suas partes. Portanto, se entendermos os bairros como zonas de refúgio, a afirmação de Scott em que os “hill people” se evadem da força do Estado fiscal e, portanto, da extração de impostos, taxas e trabalho assalariado (Scott, 2009, p. 330) corrobora que o seu conceito das Zonas de Refúgio se aplica no contexto desta etnografia. Aliás, nalguns casos, como mencionado no Capítulo I, paga-se IMI das casas autoconstruídas e condenadas a demolição.

Deixo aqui como reflexão que não se deveria focar tanto no aspeto da fuga, mas como o autor do livro *Regions of Refuge* (1979), Aguirre Beltrán, citado por Scott, que tende a entender estas regiões de refúgio mais como sítios de sobrevivência do que por sítios de populações que fugiram, ou foram empurradas para viver nestas áreas (Scott, 2009, p. 342).

Uma contribuição importante neste sentido é o texto publicado por Michel Agier, em 2015, em que afirma que cada gueto tem como princípio um refúgio – ou melhor: “o horizonte do refúgio é o gueto!” (Agier, 2015, p. 34). Segundo o autor tratam-se de sítios “fora de lugar” que têm nas suas origens a função de refúgio, e

quando se dá uma permanência destes lugares pode surgir, a partir dali, o “*gueto*”. São a margem da ordem normal, respondem a um regime de exceção, a uma extraterritorialidade que resulta numa exclusão da estrutura social (Agier, 2015, p. 46). Complementando o que nos vem trazer Scott, Agier localiza os refúgios em interstícios urbanos, construções vazias ou abandonadas, terrenos baldios ou florestas (Agier, 2015, p. 46) – definição que cabe muito bem aos três bairros autoconstruídos: 6 de Maio, interstícios urbano; Torre, terreno baldio; Jamaica, construção deixada ao abandono.

Voltando ao caso das ligações elétricas cortadas pela EDP, e reestabelecidas pelos moradores, consegue-se concluir que o que se pode entender como resistência ao nível de infrapolíticas corresponde, sobretudo, a formas de sobreviver num contexto tão forte de dominação. Portanto, a evasão às zonas de refúgio é motivado pela sobrevivência, rejeitando o Estado que se manifesta apenas quando cobre às populações, e pouquíssimas vezes para garantir direitos fundamentais.

b) Tornar o registo escondido público

“If the results seem like moments of madness, if the politics they engender is tumultuous, frenetic, delirious, and occasionally violent, that is perhaps because the powerless are so rarely on the public stage and have so much to say and do when they finally arrive.”
(Scott, 1990, p. 227)

No seu livro *Domination and the Arts of Resistance. Hidden transcripts*, Scott divide as formas de resistência em dois grupos; primeiro, as formas de resistência publicamente declarada, e, segundo, a infrapolítica. O autor chama a atenção para o facto de que a vida política dos subordinados não foi considerado, pois acontece numa escala que não é reconhecida como política (Scott, 1990, p. 198). Só considerando as infrapolíticas se consegue compreender a germinação de novas forças e exigências políticas, e superamos a concepção limitada do político que apenas leva em conta atividades publicamente declaradas (Scott, 1990, p. 199). Os grupos subordinados, portanto, têm uma vida política e ela não se limita apenas aos momentos explosivos de insurreição. A infrapolítica é política real, e é muitas vezes mais “sincera, ousada e

contra maiores probabilidades do que a vida política em democracias liberais” (Scott, 1990, p. 200). E, além disto, é parte fundamental da política:

“[...] infrapolitics may be thought of as the elementary – in the sense of foundational – form of politics. It is the building block for the more elaborate institutionalized political action that could not exist without it.” (Scott, 1990, p. 201)

Assim sendo, quando um movimento com uma vida política aberta é derrotada as fundações permanecem e continuam a germinar até que haja um outro surgimento. O registo escondido tem aqui um papel muito importante, bem como a sua declaração pública. O discurso é claramente produzido pela prática da dominação e, portanto, reforçado e mais rico em regimes de dominação mais forte (Scott, 1990, p. 27). Aqui as disparidades entre as performances públicas e escondidas variam consoante as formas de dominação (Scott, 1990, p. 134), dependendo da audiência e dos interesses envolvidos (Scott, 1990, p. 28). Segundo o autor, não deveríamos concluir que certos grupos que articulam protestos e reivindicações, conforme com as propriedades da classe dominante, agem eticamente submissas. As representações públicas das reivindicações têm, quase sempre, dimensões estratégicas e dialógicas, e são feitas na expectativa que as funcionalidades gerais do sistema manter-se-ão. Assim não é possível saber, apenas através do registo público, quão forte é a submissão ou a resistência aos valores hegemónicos (Scott, 1990, p. 92).

No contexto da Caravana e da Assembleia, foram muito visíveis as declarações públicas feitas pelos moradores dos bairros, fomentando assim uma maior visibilidade dos problemas habitacionais num plano nacional. Mas também houve situações em que o grau da dominação esteve visível através de registos escondidos. Um individuo, depois da demolição da sua habitação, ficou em casa de uma amiga e depois com a família até que, mas, após uma procura demorada e difícil, encontrou uma nova casa para si. Esta pessoa não quis dizer à Câmara que tem família no mesmo concelho porque morar com a mesma seria considerada uma solução pela instituição. Uma das razões para falar de um registo escondido são as atuações da Câmara da Amadora no que toca aos moradores do Bairro 6 de Maio, que não correspondem ao clima geral de favorecimento de novas políticas para a aquisição de uma habitação condigna e todos os processos que o envolvem. Pelo contrário, o registo público muitas vezes segue

uma linguagem geral, com enfoque no “eles” e “nós” – mas quanto às questões mais técnicas de processo de cada agregado familiar, os discursos são mais escondidos. As questões mais gerais de reivindicação para o direito a uma casa e aos bens essenciais já são públicas. Alguns dos discursos são claramente estratégicos, e não partilham aspirações maiores de mudança radical na relação com o Estado. Sebastião dá forte ênfase ao seu contributo para o Estado, e seu desenvolvimento quando fala das necessidades habitacionais – o cidadão ativo, portanto, merece condições dignas e sobretudo respeito:

“Porque um cidadão, um cidadão que nasce e vive, reproduz, desempenha a sua função postado, não é, desconta no estado, trabalha no estado, participa no desenvolvimento social do estado, não é, ele precisa ser respeitado. Sendo ele não tendo condições de poder ter uma casa, não é, o estado deve assumir essa responsabilidade. [...] Porque um cidadão merece ser respeitado, merece ter condições normais de habitabilidade, condições normais atmosféricamente, comportamental, em todos os aspectos, não é. Nós queremos, nós não queremos exagerar, nós queremos que um cidadão tenha uma habitação condigna onde ele possa viver, não é, ser respeitado.” (Sebastião, Entrevista 25/03/2018)

Em outra ocasião, Sebastião disse que “não deveríamos descansar até a ultima pessoa receber uma casa” (Reunião da Assembleia no Bairro da Torre, 18/02/2018). Assim fica bastante esclarecido o horizonte da luta possível e não uma profunda mudança da sociedade. Isto tudo é o que se interpreta a partir do registo público, declarado nos eventos da Caravana, em entrevistas e reuniões, e que nos deixa sem saber exatamente o que seria o registo escondido que está por detrás disto. Uma situação ilustrado por Scott serve para sublinhar este carácter estratégico do discurso, com ênfase no próprio desempenho individual na e para a sociedade:

“To take a banal example, imagine someone appealing to his superiors in a capitalist firm for a raise or protesting his failure to receive a raise others have gotten. So long as he anticipates remaining within the structure of authority, his case will necessarily be addressed to the institutional interests of his superiors. He may, in fact, want a raise to, say, buy a new car, support a gambling habit, or help fund a fringe political group and feels he is entitled to it for having faithfully covered for his boss's mistakes, and he may say as much to his family and closest friends. None of this, however, will have a

legitimate place in the official transcript. He will, therefore, probably emphasize his loyal and effective contribution to the institutional success of the firm in the past and what he can contribute in the future.” (Scott, 1990, pp. 92–93)

O que Rita Cachado observou no bairro da Quinta da Vitória – um processo que levou os moradores a transformar partes dos seus discursos escondidos públicos e engajarem-se na luta pela habitação (Cachado, 2013b) – é algo que no contexto desta etnografia já estava bastante avançado quando me inseri no campo. A própria Assembleia dos Moradores dos Bairros é uma evidência desta luta aberta que os bairros levam a cabo há acerca de dois anos. Para James C. Scott a primeira declaração pública do registo escondido é um momento muito forte, de libertação pessoal, satisfação, orgulho e entusiasmo, mesmo que ainda exista um risco considerável. Não querendo dizer aqui que todos os registos escondidos são verdadeiros, no entanto, a verdade tem uma papel muito importante nestas situações de confronto:

„[...] it is all too apparent that the open declaration of the hidden transcript in the teeth of power is typically experienced, both by the speaker and by those who share his or her condition, as a moment in which truth is finally spoken in the place of equivocation and lies.” (Scott, 1990, p. 208)

Durante o evento da sessão pública “Para uma nova geração de políticas de habitação”, no dia 9 de Novembro de 2017, no Laboratório Nacional de Engenharia Civil, organizado pelo Ministério do Ambiente, moradores dos bairros Quinta da Fonte, 6 de Maio e Torre intervieram durante o debate lançado depois da apresentação das novas políticas pela Secretária de Estado da Habitação. Ali, uma moradora do Bairro da Torre pergunta: “Se eu estou num bairro degradado, trabalho a descontar para segurança social, qual é a minha função trabalhar para descontar?”, mostrando indignação por não receber o que deveria em troca do seu trabalho assalariado em que desconta para a Segurança Social, pois há 21 anos que vive no bairro e enfrenta os problemas de acesso a luz e a água, além de viver em precariedade. Uma moradora da Quinta da Fonte explica que ocupou uma casa vazia no bairro e que existem várias outras mulheres com crianças menores que veem nisto a única forma de aceder a uma habitação. A moradora acha injusto que as famílias que ocupam e melhoram as condições das casas vazias e vandalizadas vão sendo despejadas, posteriormente, para

dar lugar a outras famílias. Esta intervenção é comentada pela moradora do Bairro da Torre: “É verdade!”. Numa outra situação da Caravana, na entrega do documento final, na sede do IHRU onde esteve presente a SEH e a Presidente do Instituto, no dia 6 de Dezembro de 2017, observou-se algo parecido. Uma moradora do Bairro 6 de Maio depõe a situação da seguinte maneira:

“Há muitas pessoas no Bairro 6 de Maio que estão num beco sem saída. Só querem tirar as pessoas para rua. Há pessoas dentro que atiram para a rua. Chegam lá com a policia, como se fosse no Iraque, como se fosse numa guerra. Pessoas com crianças, pequeno, a chorar. Isto não se faz a um ser humano! Há pessoas idosos, há pessoas que têm menos reforma, não conseguem alugar a casa [...]. Isto é um país da Europa. Nós estamos a trabalhar, a descontar. Nós somos seres humanos, temos direito. Não queremos a casa de graça, não queremos luz de graça, não queremos água de graça. Queremos uma renda consoante a nossa possibilidade. [...] A Câmara da Amadora não está a trabalhar bem.”

Também aqui, no final do discurso, alguém na sala disse “Isto é verdade!”. Mas além da questão da verdade que está a ser dita, nesta última situação há muito que nos faz pensar a forma como os moradores estão a reivindicar os seus direitos. As pessoas estão dispostas a pagar pelo que recebem do Estado, como disse Sebastião, não querem exagerar, e em várias situações têm lembrado ao facto de também serem humanos, e não animais: “Será que eu não tenho direito como um ser humano? [...] Eu vim a Portugal para viver! Eu sou migrante, vim procurar uma vida melhor.” Além disto faz-se questão de dizer que Portugal faz parte da comunidade europeia e, portanto, o governo não deveria deixar as pessoas nestas situações.

A capacidade mobilizadora do ato simbólico da declaração pública, que menciona Scott, é algo que realmente fez com que durante a Caravana algumas vozes tenham surgido e discursado cada vez mais abertamente sobre as injustiças, a violência e o direito humano. Fez-se sentir que estas pessoas não estavam apenas a falar de e por si – embora o fizessem quando relataram as suas histórias pessoais de luta – mas por muitas pessoas em situações parecidas. Aqui Scott está convencido de que: “that first declaration speaks for countless others, it shouts what has historically had to be whispered, controlled, choked back, stifled, and suppressed” (Scott, 1990, p. 227). Como o autor tem relacionado o grau da dominação com a “espessura” do

registo escondido, também vale que quanto mais grave a situação de dominação e injustiça, tanto mais forte a declaração pública será.

A adaptação e o desenvolvimento das artes da resistência da população transnacional, que Cachado observou na sua etnografia, passou de geração em geração (Cachado, 2013b, pp. 495–496). Um processo que também é válido para a etnografia presente, aquando se verificam cada vez mais discursos públicos sobre os direitos dos migrantes, e ou afrodescendentes, em bairros autoconstruídos. Hoje em dia os migrantes que chegaram nos anos 1980 e 1990 já têm netos que nasceram em Portugal, e em alguns casos estes nasceram em casas cujas condições eram bastante iguais ao que os avós encontraram ou construíram para si. Mas será que se trata realmente de resistências? Em alguns casos há, em primeiro lugar, uma adaptação às situações vividas por um tempo prolongado, e só mais recentemente a reivindicação de uma casa condigna. Entretanto, várias famílias encontraram uma solução na migração para França ou Inglaterra – todos os meus interlocutores tinham, pelo menos, um parente nestes países – e quem ficou para trás, mais do que 20 anos depois da iniciação do PER, ainda está à espera do realojamento que muitas vezes é o objetivo desta luta. Como já tinha mencionado mais acima, o horizonte das reivindicações é a casa e a integração na sociedade portuguesa, como realçou Sebastião numa reunião da Assembleia: “temos que estar inseridos na sociedade portuguesa” e, portanto, há que limitar estas ideias de resistência e compreender que, provavelmente, os “hill peoples” querem estar inseridos nos “valley states”, e abandonar os seus refúgios.

II. Sociabilidades de *emplacement* como base de uma reivindicação colectiva

Nesta seção pretende-se mostrar os percursos dos membros e participantes da Assembleia e da Caravana, focando nas sociabilidades que levaram a uma reivindicação conjunta. As autoras Glick Schiller e Çağlar (2011c) dispõem um conceito importante para compreendermos as relações sociais que estão na base de uma iniciativa como a da Caravana – as sociabilidades de *emplacement* – que, por sua vez, está inserido numa teoria mais ampla de cidades e migrantes⁴⁵ no contexto do neoliberalismo global, e a consequente competição entre as várias cidades para subirem no *ranking*. Nestes posicionamentos multi-escalares das cidades que resultam da competição e que tem como efeito várias dinâmicas sócio-económicas, podem encontrar-se variações dos percursos de incorporação migrante:

“These [differential] opportunities [provided by the positioning of cities] include variations in regulatory regimes, local infrastructures and possibilities for entrepreneurial activities, employment, education, housing, and entrance into local political and cultural life.” (Glick Schiller & Çağlar, 2011b, p. 3)

Ao mesmo tempo, migrantes podem exercer um papel indireto de *scale maker* no sentido em que contribuem com o seu trabalho, muitas vezes precário, para a revitalização, a reestruturação de bairros e zonas comerciais. São os grupos economicamente poderosos que se aproveitam desta mão de obra barata e, assim, contribuem diretamente para a ascensão da cidade na escala, e torná-la mais competitiva (Glick Schiller & Çağlar, 2011a, p. 192). Na Área Metropolitana de Lisboa o processo da revitalização e do marketing está em curso⁴⁶, e certamente os migrantes fazem parte de várias formas neste desenvolvimento, seja trabalhando nos hotéis e hostels, ou nas obras, ou servindo como garante de cosmopolitismo e diversidade na promoção da marca de Lisboa. Pode constatar-se que Lisboa já começou a acolher cada vez mais as ditas novas economias – o *Web Summit* já ocorreu pela terceira vez – criaram-se vários *hubs* e locais para que *startups* possam emergir. Como uma extensão do programa dos *golden visa*, investidores ou fundadores de *startups* também podem

⁴⁵ Visto de uma perspectiva dos estudos de migração, esta junção entre migrantes e cidades permite uma investigação que vai além da percepção da cidade como contexto. Portanto, na teoria das autoras os estudos urbanos juntam-se aos estudos de migrações.

⁴⁶ Atualmente está em vigor o Plano estratégico para o Turismo da Região de Lisboa 2015-2019, que dá continuação aos planos anteriores (TLx10, TLx14), os quais abrangiam apenas a cidade de Lisboa.

aceder a um visto Schengen. No entanto, o desenvolvimento económico ainda está muito limitado ao sector do turismo e do imobiliário. Poderia dizer-se que a AML está numa posição de *up-scale*, tal como as autoras as definem como cidades com uma nova acumulação de capital cultural e político, ligado ao sucesso de desenvolver indústrias da nova economia, contando com uma série de caminhos de incorporação migrante. Recebem ao mesmo tempo trabalhadores pouco e muito formados, e os percursos de incorporação migrante podem ter um papel significativo para a ascensão e manutenção da posição *up-scale* (Glick Schiller & Çağlar, 2009, p. 191).

De forma parecida, também podemos detetar diferentes formas das sociabilidades de *emplacement*, consoante a respetiva posição da cidade na escala (Glick Schiller & Çağlar, 2016, p. 30). *Emplacement* é um conceito que se foca nas experiências partilhadas entre migrantes e não migrantes, que enfrentam *displacements* do processo neoliberal mundial de criação e destruição de capital. Num determinado local, ambos necessitam de procurar formas de *emplacement* afim de segurar ou melhorar as suas condições de vida. Este conceito não pode ser confundido com os termos de integração e assimilação que, primeiro, se limitam à divisão entre migrante e não-migrante, e, segundo, vêem na introdução do migrante um perigo para a coesão social (Çağlar & Glick Schiller, 2018a, p. 21). Assim sendo, as sociabilidades de *emplacement* emergem em cenários diferentes, e o que interessa é perceber como, onde, porquê e em que estruturas os moradores criam relações sociais, que vão além da diferença e baseiam-se em domínios de afeto, respeito mútuo e aspirações partilhadas (Glick Schiller & Çağlar, 2016, p. 18). Como os autores entendem, estas sociabilidades podem ser considerados partes fundamentais na construção de um movimento social que contesta as crescentes disparidades de classes que marcam a vida urbana contemporânea – conceito que aplicado nesta etnografia com o intuito de perceber como estas pessoas, participantes da Assembleia e Caravana, formam constelações para reivindicar justiça social e, neste caso concreto, o direito à habitação (Glick Schiller & Çağlar, 2016, p. 30).

Uma vez que as cidades estão inseridas em processos de acumulação e destruição de capital numa rede global de cariz económico, político e de poder cultural, as formas de *displacement* que os habitantes de cidades vivenciam em

qualquer espectro da escala são várias: “unemployment, part-time employment, early involuntary retirement, lower wage rates, forced relocation, loss of social status, mortgage foreclosure and downward social mobility” (Glick Schiller & Çağlar, 2016, p. 21). No caso desta etnografia, o desempoderamento na esfera do habitat, além da do trabalho, é aquela que está em jogo nas sociabilidades observadas no processo da Caravana – uniram-se todos face aos despejos, demolições, e a falta de acesso a bens essenciais, tais como água e luz. Assim, reforça-se a ideia das autoras que a precariedade da despossessão é transformada numa luta contra as disparidades e *displacements* do capitalismo global através das sociabilidades, através do ato coletivo de ser humano apesar das diferenças (Glick Schiller & Çağlar, 2016, p. 31). Portanto, focando no *emplacement* consegue-se destacar práticas de reivindicação, situações, sítios, instituições e relações sociais onde indivíduos sem poder criam sociabilidades que podem formar as bases de uma nova forma de ação política (Çağlar & Glick Schiller, 2018a, p. 13), neste caso trata-se mais do ato de reclamar um direito fundamental, e menos de uma mudança política radical.

a) As sociabilidades na Assembleia e na Caravana

Aqui são expostas as sociabilidades seguindo uma lógica que parte da escala do bairro – da luta individual e das associações e grupos locais – e estende-se à ampliação e ao conhecimento de outros sítios e pessoas com problemáticas parecidas, até um último momento em que os atos de reclamar e reivindicar em conjunto já formaram uma constelação supralocal. As seguintes narrativas (I., II., III.) demonstram, de alguma forma, estas três instâncias – do bairro, a assembleia e até a reivindicação conjunta frente às instituições e ao centro.

I.) No momento do preenchimento da grelha no Bairro da Jamaica, que serviu como base do documento da Caravana que foi entregue à Secretária de Estado da Habitação, observou-se uma boa relação entre membros da associação do bairro e algumas senhoras ciganas, mais o Pastor, que apareceram para colocar as suas preocupações e propostas. Nisto criou-se uma discussão frutífera em que se elencaram elementos que deveriam ser tomadas em conta no futuro processo de realojamento, como por exemplo a igreja, as hortas e a própria sede da associação do bairro (29.10.2017).

II.) Numa reunião da Assembleia dos Moradores dos Bairros criou-se um diálogo entre Roberta (Moradora do Bairro da Torre) e Vanessa (Moradora no Jamaica) sobre os documentos no processo do realojamento e questões de aluguer de casas no Jamaica por pessoas que moram fora de Portugal (Inglaterra), e que intentam de continuar a alugar para as famílias que vivem nas casas atualmente depois nas novas habitações. A Roberta estava a par deste tipo de situações no Jamaica e confirmo estas práticas em outros lugares (05.11.2017).

III.) Evento da Caravana no Largo da Achada: Cristina fala da sua luta e de facto de trabalhar no sector de turismo, Roberta chega atrasada e apresenta a sua luta também. Ambos os discursos foram respondidos com muitas salvas de palmas pelas pessoas presentes – moradores do centro de Lisboa (15.09.2017)

Fernanda, Ana e Cristina, todas moradoras do bairro 6 de Maio, conheceram-se num momento em que queriam defender-se das injustiças da parte da Câmara Municipal da Amadora, o *displacement* em forma de demolições violentas apoiadas pelo aparato policial em que as famílias ficaram sem alternativa nenhuma. As situações são várias neste bairro, onde hoje ainda vivem pessoas com direito ao realojamento no PER, pessoas que foram excluídos ou que nunca tiveram direito. Ao longo da última década, a própria Câmara tem lançado alternativas ao Programa Especial de Realojamento: O PAAR (Programa de Apoio ao Auto Realojamento) que ajuda de forma financeira as famílias a comprar casa, e o PR (Programa Retorno) que financia o retorno, especialmente de cabo-verdianos, para a supostamente “terra natal”⁴⁷. Em outras palavras: a Câmara desresponsabilizou-se da obrigação de fornecer uma habitação condigna e, em vez disso, tentou afastar os seus munícipes migrantes e afrodescendentes, ou forneceu tão pouco dinheiro que não possibilitava a compra de uma casa em condições e perto do bairro. Por parte dos meus interlocutores simplesmente falou-se de indemnizações que a Câmara oferecia, variando, nestes casos, entre 8.000 e 15.000 Euros. Com a crise financeira, como a Ana conta, deixou de haver estas propostas, e as pessoas foram permanecendo no bairro sem solução. Além destas atitudes, a Câmara desalojou durante os últimos anos várias famílias e

⁴⁷ <http://www.cm-amadora.pt/intervencao-social/habitacao-social/792-programas.html> (último acesso à 27/01/2019)

indivíduos sem qualquer alternativa, deixando-as na rua. A Cristina começou a sua luta sozinha, contratou um advogado quando soube que foi excluída do PER por ter estado fora de Portugal por mais de 180 dias. Assim que percebeu que perdeu o caso juntou-se às moradoras e ao Habita:

„Perdi o caso e depois foi então que conheci o Habita. Porque eu estava desesperada e ouviu dizer “Ana, vai ter com a Ana, vai ter com a Fernanda” e foi aí que conheci o Habita ou seja em 2012. ... E depois, pronto, reuni-me na luta, juntei-me à eles, à nos, a vocês, [ela riu-se] e vi que pronto estava, estou muito empolgada na minha luta e eu to convencida que vamos conseguir por isso eu confio nas pessoas que nos rodeiam, o Habita...” (Entrevista Cristina, 22/02/2018, Bairro 6 de Maio)

Hoje, disse, faz a luta não só para ela, mas para as outras pessoas, e tem ocupado posições de representante do 6 de Maio quando vão às instituições. Quando não pode estar presente, a Ana cumpre o papel – as duas, além de lutarem juntas, são amigas. E é uma luta que não toca apenas a casa: “Eu tenho de trabalhar, tem sido uma luta. E com este problema da habitação, pior!” (Entrevista Cristina, 22/02/2018). Fernanda, Ana e Cristina contaram-me vários episódios de violência por parte do Estado nas situações de demolições e despejo que houve, que, inclusive, deixaram a Fernanda na rua, debaixo da chuva, e perdendo muitas das seus pertences.

“Então a minha vizinha, que uma guineense, que morava ao lado, ao meu lado, foi me chamar lá em cima, que ela me chamava de tia. “Ah a Senhora da Câmara já tive na tua porta, tava bater a tua porta.” Eu disse “A senhora da Câmara na minha porta?” Ela disse “Sim!” Então eu fui, eu fiquei sentada, quando fiquei sentada e ela foi chamar a Senhora. A Senhora foi lá ter comigo e disse: “Ah, a sua casa hoje vai para baixo!” “A minha casa vai hoje para baixo? Como é que é assim? Nunca você chega ali, não diz nada, não avisa, nem nada, você deveria me dizer antes que eu, ontem era a minha folga, para arrumar as minhas coisas. ...” (Entrevista Fernanda, 10/04/2017, Rossio)

Foi assim que Fernanda perdeu a sua casa, embora já se tivesse juntado algum tempo antes ao grupo que lutava junto com associações externas, que já tinham acompanhado as demolições em outros bairros, nomeadamente no Bairro Santa Filomena. Mesmo com a demolição não desistiu de participar na luta:

“E de repente parece a vossa equipa da luta, então, eu não, eu nem sabia, porque foi à morte da minha mãe [funeral em Cabo Verde], quando eu voltei me disseram tinha

novas pessoas. Vamos fazer reunião no bairro. Então eu fui participar [...] e assisti reuniões até agora ainda. Eu não desisti, não desisti e pronto assisti reuniões toda vez que aqui tinha reunião, eu fui para reunião, onde que disseram vamos, eu vou.” (Entrevista Fernanda, 10/04/2018)

Nesta luta contra as demolições e pelo direito à habitação, apoiada pela Solidariedade Migrante inicialmente, e pela Habita de forma mais prolongada até hoje, Fernanda está presente sempre que pode e sobre as reuniões diz que concorda com as mesmas, nunca faltou a nenhuma e sempre participou quando a chamaram. Desde que já não mora no bairro, mantém relações com os seus antigos vizinhos, e participou em vários momentos da Caravana, onde se expressou e quis saber das dificuldades locais, como na visita à Quinta da Fonte, em Loures, ou na ida à Beja, ao Bairro das Pedreiras. No dia em que foi parada a demolição da casa do André e mais três pessoas, já em janeiro de 2018, a Fernanda foi uma das primeiras moradoras que se juntou ao grupo de pessoas de fora do bairro, do Habita, Chão e do Stop Despejos, que tentou parar a máquina e discutiu com a Polícia Municipal.

Antes da Caravana ter arrancado foi organizado um jantar de apoio no Disgraça⁴⁸, na Penha da França, onde se comeu cachupa vegetariana, preparada por Roberta, do Bairro da Torre:

“Quando a cachupa quase estava esgotada chamou-se a atenção para a mostra de um curto filme que integrava três depoimentos (6 de Maio, Torre, e Rua dos Lagares). O filme durou acerca de 12 min e no fim mostrava o roteiro da Caravana e explico em frases curtas a ideia da Caravana. Depois disto a Cristina do 6 de Maio lançou um momento de partilha da situação atual de cada bairro. Quando fala do seu bairro, ela fala de “pessoas sem direitos e pessoas que lutam pelos seus direitos”. Depois dela era a vez da Renata da Rua dos Lagares, mas ela não conseguiu fazer o seu discurso a primeira, pois começou a chorar de tanta emoção. Neste momento a Cristina abraçou a e a plateia bateu palmas. A Roberta do Bairro da Torre também fez um discurso sobre a Caravana e o direito que toda pessoa tem – que toda pessoa deve ter. No final a Renata da Rua dos Lagares deu o seu discurso e esclareceu sobre a situação atual da

⁴⁸ Espaço autogerido por voluntários que possui uma cantina vegan, salas para concertos e cinema como também alberga a biblioteca alternativa BOESG (Biblioteca dos Estragos da Sociedade Globalizada) <https://radar.squat.net/en/lisbon/disgraça> (último acesso à 27/01/2019)

luta contra o despejo e para uma casa nova ou a permanência na atual, e assim informou que obtiveram uma vitória. Depois, a Rita do Habita explicou-me que a Renata não sentia-se bem em anunciar a pequena vitória que obtiveram na luta quando ouviu em que situações as outras pessoas encontravam-se.” (Diário de Campo, 26/08/2017)

Sobre este evento, Roberta diz que gostou muito e que “[...] essas coisas são boas pra mim, porque eu acho que, além de fazer parte desses grupinhos, além de fazer parte e participar, eu aprendo também. Saio de lá com muitas coisas boas que eu aprendo.” Ela acredita que ao longo do tempo do seu envolvimento tornou-se uma pessoa diferente, pois antes ela era “uma pessoa que pronto não conseguia chegar num sitio e falar e fazer [...], conhecer esta criação desses pequenos grupinhos como a Assembleia, como Caravana, como estar partilhar com outras pessoas, conheci pessoas novas e eu consegui ser uma pessoa mais aberta e mais participativa e tudo – acho que é muito bom.” (Entrevista Roberta, 19/03/2018).

Além destas transformações pessoais, esta junção de pessoas e situações diferentes, mas sob um lema único, a reivindicação pelo direito à habitação, num pano de fundo dos *displacements* vários acontecendo no centro e nas periferias da AML, realmente mostrou os domínios de afetividade, respeito mútuo e as aspirações partilhados acima referidos pelas autoras (Glick Schiller & Çağlar, 2016). Também nas próprias visitas durante a Caravana podiam-se observar situações de troca e de sociabilidade, criando confiança entre os visitantes e moradores:

“Enquanto o autocarro alugado ficou a espera de pessoas do 6 de Maio para entrarem para participar no 2º dia, as pessoas começaram a comprar umas maçarocas de milho das três Senhoras que estavam a vender a beira da rua. Uma delas era a Madga que já conhecia de outro eventos e encontros. Ela participou nas filmagens para o vídeo promocional da Caravana. Tentei a convence-la em vir connosco, mas obviamente estava metido no comércio de vender milho. Para amanhã ela diz que não sabe ainda se pode vir connosco ao bairro da Torre, porque não sabe como vai o negócio. Pois também queria vender amanhã porque hoje estava fraco. ... Antes de nos arrancamos eu sai novamente do autocarro para comprar 2 maçarocas de milho a Magda e ela deu-me uma de oferta. No autocarro quase todo o mundo comeu milho.” (Diário de Campo, 09/09/2017)

Magda foi uma das pessoas que participou junto com Sebastião (Bairro da Jamaica) e Roberta, da Torre, na manifestação/parada *Rock in Riot* organizada por vários grupos e colectivos, a fim de reivindicar as ruas e a cidade, no dia 24 de Março de 2018⁴⁹. Magda e Sebastião seguraram a faixa onde estava escrito “Assembleia dos Bairros – Luz, Casas, Água – Bairros da Torre, 6 de Maio, Jamaica, Quinta da Fonte”, sem trocar até o final do percurso que nos levou da Alameda até o Largo do Intendente, durante quatro horas. Sobre o evento Sebastião diz:

“Acho que isto, isto, essa luta sempre tem que continuar sempre. Temos que nós inserir sempre em muitas lutas, né, porque aquela luta de ontem é que é o mesmo objectivo. Porque olhando pelas reclamações dos cartões de protesto destas companhias, é contra despejo, contra a venda das casas na cidade, contra arrendamentos, não é, contra despejos e a favor de habitação, habitação condigna, tá a ver. Isto é o mesmo objectivo ontem, ontem foi muito bom. Foi muito bom, foi muito bom. As pessoas não tem casas para alugarem em Lisboa, principalmente estudantes. Não tem, estão vendidas todos para turistas e companhia. As casas todas são transformadas em negócio.” (Entrevista Sebastião, 25/03/2018, Bairro da Jamaica)

Curiosamente, durante a manifestação Sebastião apontou o dedo a um prédio de esquina, na Avenida Almirante Reis, na altura da estação de metro dos Anjos, onde recentemente foi colocada a placa de uma empresa de reabilitação na fachada e onde o comércio do rés-do-chão já saiu, e disse-me: “Isto vai ser tudo para venda e vai ser muito caro. Vão vender para turistas”.

Estas observações representam uma maior visão da questão da habitação onde a luta da Assembleia e da Caravana é uma parte que, como disse, tem de ser inserida neste âmbito maior. Além de ser membro na associação do Bairro da Jamaica e, portanto, fazer parte destas constelações políticas, tem a função de vice-presidente numa associação cultural intitulada Manjaco⁵⁰, que se preocupa com a identidade dos

⁴⁹ <http://apenasfumaca.pt/reportagem-rock-in-riot-bater-o-pe-a-especulacao-imobiliaria/> (último acesso à 27/01/2019)

⁵⁰ O termo manjaco é de proveniência estrangeira, como comprova Mota – o termo surgiu quando um comandante colonial britânico quis denominar os originários da Ilha de Pecixe (Mota, 1954). A designação expandiu-se e atualmente cabe à maioria dos habitantes da região Cacheu (Gable, 1990; Carvalho, 2000). Importa aqui mencionar o paradoxo que Mendes apresenta sobre o estado pós-colonial guineense onde a elite política está a fazer uma espagarta entre a modernização e a prática de *mandji* que penetrou o sector moderno da Guiné (P. Mendes, 2014). Portanto o empenho de Sebastião nesta associação manjaco, em Portugal, pode ter muito a ver com a preocupação da perda da prática *mandji* no contexto da imigração e a consequente modernização.

migrantes manjacos em Portugal. Em festas anuais fazem-se atividade como concursos de falar manjaco. O associativismo de Sebastião, como diz, já vem da Guiné: “resolver o problema do próximo, respeitar o próximo, é desde a Guiné [...]”. Diz que “foi detetado” num debate, ainda nos tempos da antiga associação do Bairro da Jamaica (ADIME), e desde então envolveu-se nas questões do bairro com uma dedicação que já possui há muito tempo: “...qualquer coisa eles chamam-me para dar a minha opinião. Então dali com esta força vontade que eu tenho desde, desde pequeninho, não é, desde, porque eu comecei isto já nas escolas, não é, nas escolas. No ensino básico, no liceu, na associação de estudantes. [...] Então dali é, dali nas escolas, é que nas comemorações das festas das escolas eu recitava poemas, não é, os meus poemas... Então pronto é ali que começou muita coisa, as minhas atividades sociais, tá a ver. Depois de vim para aqui, pronto foi assim. Esta vontade que eu tenho, até hoje, hoje não é, imaginem, prefiro, prefiro sair de casa e preocupar com a vida das pessoas do que estar em casa.” (Entrevista Sebastião, 25/03/2018). Contudo, Sebastião é a única pessoa entre os moradores que encontrei na etnografia da Caravana que já tinha uma experiência de associativismo e ativismo.

No dia em que visitei Roberta, no Bairro da Torre, para entrevistá-la, encontrei-a a pendurar roupa enquanto conversava com uma mulher cigana, que até há pouco tempo era moradora do bairro. Tinha aceite um realojamento na Quinta da Fonte e pelos vistos não estava nada contente com a casa e, sobretudo, com o ambiente pesado e conflituoso neste bairro do PER. Mais tarde, durante a minha conversa com Roberta, disse-me que aquela senhora, desde então, liga-lhe quase todos os dias e tenta passar o mais tempo possível no Bairro da Torre. Roberta explica o seu papel no bairro assim:

“O meu objetivo é conseguir, é conseguir melhores condições de vida, mas aqui em Portugal. [...] E ajudar aos outros a conseguirem também. Que o meu papel aqui também é bocadinho ajudar os outros a conseguirem a lutar para os outros também.” (Entrevista Roberta, 19/03/2018)

Ela própria, junto com o seu marido, começou a luta sozinha e em consequência cruzou-se com a associação Habita:

“Então nos tomávamos aquela atitude, eu principalmente sou uma das moradoras que meteram processo cautelar – defender os meus direitos. Eu não tem onde ir, não tem como, eu não vou pagar 600 Euros para alugar uma casa com quatro, três filhos, e que era três, ainda não tinha a Lia. [...] meti o processo cautelar, foi logo à Câmara. Eles receberam a carta e arranjei uma advogada. Arranjei uma advogada e meti processo cautelar. À defender o meu direito. Depois apareceu a Rita Silva naquela época [...] ainda não era a Associação Habita, era Associação Solidariedade dos Migrantes.” (Entrevista Roberta, 19/03/2018)

Uma outra situação mostra claramente o afecto que existe no mundo da Assembleia e da Caravana: numa reunião da Assembleia, Cristina, moradora do 6 de Maio, introduz a questão de discriminação geral da população do Bairro da Jamaica num grupo de *Facebook* de Residentes do Seixal, assim mostrando a preocupação com as pessoas e assuntos dos outros bairros. Em outra reunião mais recente, Cristina quis deixar claro que: “To sempre pensando neles [as pessoas do Bairro da Torre] quando chove ou quando faz frio!”

Quando avaliamos a Caravana na primeira reunião da Assembleia que houve, depois de a Caravana ter concluído o seu trajeto, Sebastião expressa vergonha pela falta de participação de moradores do Bairro da Jamaica: “Temos que regar uma planta para ter frutos!” “Sem vocês [pessoas e grupos que apoiam a Assembleia e Caravana] não conseguimos nada!” Parece que no Bairro 6 de Maio há o cultivo de sociabilidades mais intensivas entre moradores, e também cada vez mais com pessoas de fora do bairro, possibilitou uma maior mobilização solidária entre pessoas que ainda moram no bairro e as que já perderam, de forma violenta, as suas casas. As várias idas dos moradores do 6 de Maio às instituições, com o fim de reivindicar e criar visibilidade para os seus problemas, fortaleceram relações dentro e fora do bairro. A não existência de uma associação de moradores no bairro também pode ter contribuído para que haja mais envolvimento de moradores, como, por exemplo, na Torre e no Jamaica onde as associações surgiram como uma necessidade pragmática e não a partir de uma reivindicação partilhada por muitas pessoas. Na entrevista, Sebastião esclareceu que só todo o conjunto de bairros, associações e pessoas podiam possibilitar a consolidação da luta e, conseqüentemente, trazer vitórias:

„... se nos não tivermos juntado em defesa, em defesa esse sonho essa promessa por exemplo no próprio Bairro da Jamaica, se nos não tivéssemos lutado conjuntamente com outros bairros e, e, e, com as pessoas que nos apoiam, não é, como por exemplo, o Chão e Habita, e os outros não é. Esse sonho não seria realizado, porque com ajuda destas pessoas é conseguimos chegar ao pé do estado, não é, se tivermos sido só nos sozinhos nos não conseguíamos chegar com nossa reivindicação ao estado. Graças á essas lutas, não é, é conseguimos ter um bom resultado principalmente no Bairro da Jamaica que normalmente estamos previstos a ser realojados, não é. Embora ainda não tá feito, ainda não tá feito. Ainda são papeladas, porque as coisas podem mudar. Se o presidente amanhã diz: Olha, já não há dinheiro ou seja alguém roubou o dinheiro.” (Entrevista Sebastião, 25/03/2018)

A passagem da Caravana no Bairro da Torre, no dia 10 de Setembro de 2017, coincidiu com a Festa anual da Padroeira Nossa Senhora da Madre de Deus. No meio das festividades, Sebastião, Cristina e Roberta subiram ao palco com mais pessoas do 6 de Maio e do Jamaica, e colocaram cada um as suas reivindicações frente às centenas de pessoas presentes – o que deixou muitas pessoas emocionadas, especialmente as pessoas dos grupos de apoio. Também a convivência e o ato de comermos juntos no restaurante da Roberta depois da intervenção considero importante no sentido das sociabilidades. Além de estas pessoas partilharem este momento em conjunto, a visibilidade foi muito importante, como explica Roberta com orgulho: “E foi impressionante, porque muitas pessoas que se calhar veem-nos neste dia com tanta alegria, com tanta festa – outra coisa é que não sabem o que é que nos vivemos e passamos ao longo do nosso dia-a-dia em casa, no bairro. E portanto essa Caravana deu visibilidade a muitas pessoas que nem, que se calhar nem sabiam que nós não temos luz.”

Cristina, Roberta, Sebastião, Ana e Fernanda concordam que a Caravana foi uma coisa boa que trouxe, pelo menos, mais visibilidade e algumas pequenas vitórias. É sempre enfatizado por eles a junção dos bairros e o apoio dos grupos e associações externas. A convivência, mesmo se for limitada, foi importante para criar condições de sociabilidades:

“Fui ao Segundo Torrão eu desconheci aquilo, portanto foi muito bom para nos podermos conhecer outros sítios que não conhecemos de todo e, conhecer assim um

bocadinho a situação mais perto das pessoas que lá vivem, a conviver com eles. Passamos lá um dia quase, foi muito bom. Eu achei muito bom. Foi uma experiência muito boa. E aprendi bastante.” (Entrevista Cristina, 22/02/2018)

Cristina acha que, como já são muito mais, já se criou uma rede, já não são um caso isolado. Foi importante ter mostrado, numa escala nacional, o problema habitacional em Portugal, isto, como diz, permite “sermos mais fortes”. Roberta valoriza o fato de a Assembleia e a Caravana terem sido recebidas por várias instituições: “só de ser recebido é uma vitória” e ao mesmo tempo acha que isto só foi possível com as junções que criaram:

“Quando a pessoa é sozinha tomar alguma medida e dizer eu vou fazer uma carta para alguma parte, acho que ninguém me liga, né. Mas, ô, quando é uma associação, quando é uma Caravana, quando é uma assembleia, eu acho que... Eu gostei. Têm vitórias.” (Entrevista Roberta, 19/03/2018)

Para Sebastião a convivência e discussão entre os bairros é importante, e acha que os pontos discutidos são essenciais para a defesa da habitação e o bem estar da população. Além disto, Roberta e Sebastião realçam o processo de reivindicação da Assembleia, que foi intensificado com a Caravana a um nível maior:

“[...] a criação de assembleia dos moradores foi fixe. É bué, é bastante forte. Foi bom para o bairro, porque nós conseguimos dar visibilidade as coisas como associação, mas conseguimos mais com a assembleia dos bairro. Ainda conseguimos fazer aquela carta grande, aberta, entregar em varias partes... [...] nós concretamente conseguimos saber que não é só nós que vivemos esse problema. Têm mais pessoas por ai a viver esses problemas. E a Caravana foi aquilo ainda mais extraordinário de andar connosco aqui para todos os lados – eu não fui a muitos mas pelo menos consegui perceber que ...além de nós, que é o Bairro da Torre, há bairros, há pessoas em Portugal a viver em precariedade, em miséria, enfim. Coisas impossíveis, que só com criação de grupos como Caravana, como Assembleia dos Moradores, cada uma dá o seu testemunho daquele que é a sua vida. E conseguimos saber que há precariedade que existe em Portugal. Foi fixe, eu gostei.” (Entrevista Roberta, 19/03/2018)

“Como tendo iniciado já Assembleia de Moradores, não é. E depois tínhamos a opção de nos juntarmos à Caravana. Para podermos ter mais força na revindicação de

direitos de habitação. [...] É muito importante. Por isso é que eu, eu optei de me juntar à Caravana.” (Entrevista Sebastião, 25/03/2018)

As sociabilidades de *emplacement*, neste caso, a formação de constelações entre pessoas, associações e bairros, além de trazer algumas vitórias reais na luta concreta, também levou a uma transformação dos indivíduos, e é aqui também que o *emplacement* é a forma de superar as várias dimensões da despossessão, do *displacement*. Cristina confessa que a luta transformou-a de forma profunda, e acha que a luta conjunta, reivindicando os direitos, é algo histórico:

“Eu sou uma pessoa totalmente diferente. Eu era uma pessoa que tinha medo de falar. Eu era uma pessoa que temia aquilo que as pessoas podiam dizer de mim e eu era uma pessoa que pensava que não era capaz de fazer aquilo que nos estamos a fazer. Parece que não, mas estamos a fazer história, estamos a fazer história em Portugal! Isto agora não se sente, mas mais tarde vamos ver que fizemos história. [...] Estamos a fazer história, sim. Porque é um passo é uma coisa nunca feita antes em Portugal, ou seja vem os bairro ligados e juntados nesta luta. Estamos a fazer história. Tentamos mudar a lei, tentamos mudar as coisas. O que parecia impossível está a ser feito neste momento. Estamos a reivindicar pelos nossos direitos. Eu acho que é algo histórico! Eu sou uma pessoa completamente diferente. Eu sou uma pessoa que agora não tem medo de nada.” (Entrevista Cristina, 22/02/2018)

O facto de Cristina aqui estar a falar do fazer história leva-me a colocar aqui uma citação de Godinho sobre uma cultura resistente que fornece o que é útil numa situação contencioso, mas que parece que se esconde atrás da rotina quotidiana que cada um de nós tenta instaurar, o não fazer história:

„A existência de uma cultura resistente, alicerçada em memórias anteriores de eventos de luta que conferiram aos indivíduos o manancial de conhecimentos que lhe permita dar resposta em situação de contencioso [...]. Por outro lado, durante grande parte do tempo, os indivíduos tentam fazer a sua vida quotidiana, e não fazer história.” (Godinho, 1998, p. 64)

Durante a Caravana, Cristina conheceu várias pessoas, e algumas destas convidaram-na a participar num encontro de mulheres, no Porto. No momento da entrevista iria participar numa mesa redonda sobre habitação, onde disse “[...] vou apresentar a minha causa.” Depois de algum tempo, tornou-se sócia da associação

Habita, sendo eleita para um dos órgãos sociais. Roberta também acredita que ~~agora~~ é outra, e que a Caravana ajudou muito nesta sua transformação:

“E portanto eu acho que foi importante. Foi importante. Ajudou-me imenso, Caravana foi uma coisa boa, eu gostei bastante. Ajudou. Porque como eu já tinha dito, essas coisas ajudam me a crescer. Partilhar, partilhar com as pessoas, conhecer pessoas novas. E Caravana fez me conhecer muita gente, muita gente ...[risadas].” (Entrevista Roberta, 19/03/2018)

O estudo feito por Schiller e Çağlar analisa as relações entre recém-chegados e moradores autóctones (Glick Schiller & Çağlar, 2016), no entanto, na presente etnografia encontrou-se uma panóplia de sociabilidades de *emplacement* que não corresponderam rigidamente a esta oposição entre quem já estava e quem chegou. Se entendermos o colectivo da luta pelo direito à habitação como o local, aqui sim existem relações entre quem já estava na luta e quem se juntou há menos tempo. Além disto, há vezes em que a questão de migração nem é tão central, uma vez que há muitos indivíduos que nasceram em Portugal, inclusive nos bairros deste estudo, ou já vivem na AML há décadas. Sendo assim, com estas várias situações ilustradas pelas narrativas dos meus interlocutores, torna-se perceptível a riqueza de sociabilidades existentes nesta etnografia. Podem seguir a ordem pensada no início deste capítulo, levando a luta ao nível extra-local – do bairro, à assembleia, à reivindicação conjunto em vários sítios. Mas não é tão fácil nem útil de tentar encaixar cada situação nesta tendência, mais importante é que cada uma destas situações, por si, traz mais espessura para o projeto colectivo. O *emplacement* existe em muitas destas situações onde moradores de diferentes bairros encontram-se. Resta a questão do quão radical e anticapitalista as reivindicações são, ou simplesmente se o direito à habitação e a cidade coincidem com as ideias do Lefebvre e, sobretudo, qual é este direito que os moradores reclamam para si.

CAPÍTULO IV: Temos todos o direito

Este capítulo representa uma tentativa de fazer dialogar as noções de cidadania, bem como do direito à habitação e à cidade com os dados etnográficos – uma vez que o lema do direito à habitação serviu como guia da iniciativa da Caravana – e se questiona quais as percepções dos interlocutores deste direito. O que estes dizem leva-nos às questões de cidadania, ao direito de reivindicar direitos, e há um direito em ter *uma* habitação como ser humano – e com isto ter direito à vida. A chamada “cidadania insurgente” (Holston, 1999, 2008), descrita por James Holston, é propício para explicar o que está em jogo no contexto desta etnografia.

I. A reivindicação de algo que não está – o direito a uma habitação condigna

“[...] o humanismo do *homem urbano* para o qual e pelo qual a cidade e sua própria vida cotidiana na cidade se tornam obra, *apropriação*, [...]”

(Lefebvre, 2008, p. 140)

O direito à cidade é, segundo o conceito de Henri Lefebvre, de alguma maneira um direito superior à realização da liberdade na “socialização ao habitat e ao habitar”, e, portanto, leva consigo a ideia de dois fundamentos: o direito à construção ou produção da cidade, e o direito à sua apropriação (Lefebvre, 2008, p. 134). Crucial nesta definição é que não se trata de um direito à cidade existente ou tradicional, mas sim de um direito à cidade renovada e transformada – um direito à vida urbana (Lefebvre, 2008, pp. 117–118). A ênfase do autor está no uso e não no valor de troca:

“[...] o *direito à cidade* [...] não à cidade arcaica mas à vida urbana, à centralidade renovada, aos locais de encontro e de trocas, aos ritmos de vida e empregos do tempo que permitem o *uso* pleno e inteiro desses momentos e locais [...]” (Lefebvre, 2008, p. 139)

Portanto, o que garante o direito a cidade é a experiência quotidiana de habitar uma determinada cidade, diz-nos Purcell com referência às obras de Lefebvre (Purcell, 2014, p. 142). Assim sendo, existe uma cidadania urbana que deveria também ser garantida a quem habita o espaço urbano, o que, consequentemente, não se refere

necessariamente a quem seja naturalizado num determinado estado-nação. Também David Harvey (2012) enfatiza os dois pilares centrais do direito à cidade, e fala do poder de formação nos processos de urbanização, processos de fazer e refazer a cidade numa forma fundamental e radical (Harvey, 2012, p. 5). A partir da sua obra, *Rebel Cities*, conseguem-se fazer algumas reflexões sobre o direito à cidade no contexto desta etnografia quando olhamos para o trabalho que os interlocutores exercem, e que poder de facto têm sobre a urbanização e a transformação dos seus bairros na sua cidade. A situação é sarcástica quando lembramos da seguinte passagem de Harvey quando refere que o “precariado” tomou o lugar do proletariado tradicional:

“The important and ever-expanding labor of making and sustaining urban life is increasingly done by insecure, often part-time and disorganized low-paid labor. The so-called ‘precariat’ has displaced the traditional ‘proletariat’.” (Harvey, 2012, p. xiv)

Muitos dos moradores masculinos, como Sebastião, trabalham no sector da construção civil, contribuindo, neste sentido, para a urbanização do capital – fazem-no sem realmente exercerem o seu direito à cidade, mas construindo-a todos os dias. Aliás, enquanto trabalhadores constroem casas durante o dia, mas quando regressam aos seus bairros confrontam-se com graves problemas habitacionais. No contexto dos três bairros, com as suas condições muito más de habitabilidade e localização nas periferias urbanas, aparentemente não faz muito sentido reclamar o direito àquela cidade suburbana. Isto leva ao que Harvey enfatiza de forma geral, reforçando assim as ideias do Lefebvre:

“The right to the contemporary suburb is hardly a viable anti-capitalist slogan. It is for this reason that the right to the city has to be constructed not as a right to that which already exists, but as a right to rebuild and re-create the city as a socialist body politic in a completely different image – one that eradicates poverty and social inequality, and one that heals the wounds of disastrous environmental degradation.” (Harvey, 2012, p. 138)

As mulheres, quase todas as que conheci, trabalham no sector do trabalho doméstico e da hotelaria e restauração – os últimos fortemente ligadas ao *boom* turístico. Num dia em que fui ao Bairro 6 de Maio para entrevistar a Ana, estava lá uma

amiga dela que trabalha num hotel de cinco estrelas recentemente construído nas Amoreiras, do grupo *Azinor*, empresa que está a aproveitar este *boom*, produzindo uma boa performance e criando postos de trabalho⁵¹. Esta amiga ia com a Ana naquele dia a uma entrevista para uma vaga neste mesmo hotel.

Voltando ao conceito dos *scale-makers*, das autoras Schiller e Çağlar (Glick Schiller & Çağlar, 2009), requer-se primeiro o posicionamento da AML na escala (de *top-scale*, *up-scale*, *low-scale* e *down-scale*) proposta pelas mesmas. Como mais acima introduzido, este conceito vai ao encontro de estudos de migrações e do desenvolvimento neoliberal global, sugerindo que – como todas as cidades, de uma maneira ou outra, estão ligadas ao processo de competição entre elas para atrair capital, pessoas e cultura – nelas existe uma variedade de percursos de incorporação migrante, que depende de alguma forma da atual posição da cidade em particular. A escala que propõem é dinâmica e por nada estática, portanto proponho que Lisboa se encaixa de melhor forma entre duas referencias, o *low-scale* e o *up-scale*, com o intuito de segurar e manifestar a posição *up-scale*, correspondendo a características expostas para diferenciar as quatro categorias:

“While up-scale cities may have multiple modes of migrant pathways of incorporation, including ethnic pathways, the role of the latter may not only extend beyond cultural industries but may also play a significant role in the city’s ability to obtain an up-scale position.” (Glick Schiller & Çağlar, 2009, p. 191)

Quando migrantes com poder económico e capital cultural, querendo um estilo de vida cosmopolita re-populam o centro da cidade, reforçando a gentrificação, esta transformação facilita um recrutamento mais alargado e uma retenção do “talento global”, e o *marketing* do centro de cidade como um lugar atrativo para a residência, comércio e turismo *up-scale* – situação que se aplica, sem dúvida, a Lisboa. Neste contexto, resta a refletir se o seguinte também se aplica ao contexto da AML:

„In their efforts to restructure the city [in a low-scaled city], the city leadership, [...], has become less supportive of ethnic or multicultural organising. Such organisations

⁵¹ <https://www.dinheirovivo.pt/empresas/grupo-sana-hotels-vai-abrir-fois-hoteis-em-marrocos/> (último acesso à 27/01/2019)

have become a base of opposition to the gentrification of working-class neighbourhoods.” (Glick Schiller & Çağlar, 2009, pp. 191–193)

O facto de que Lisboa e as administrações locais estão a apoiar organizações étnicas – um exemplo são as várias edições do festival TODOS⁵², na freguesia de Arroios⁵³, e o projeto da construção da mesquita na Mouraria ou o recente Festival Gandhi, coorganizada pela freguesia Areeiro⁵⁴ – leva-nos a constatar que existe, ao contrário do que Schiller e Çağlar concluem sobre cidades *low-scale*, vários tipos de apoio aos diferentes grupos étnicos. Entretanto não é claro como deveria compreender-se a AML, sendo que os vários municípios mostram diferenças no seu desenvolvimento da indústria da nova economia e na acumulação de capital cultural e político. No entanto a proliferação e o *marketing* de Lisboa muitas vezes inclui a sua área circundante. Como também visível no planeamento estratégico para o turismo, como já introduzido no Capítulo III, compreende-se a AML como localidade numa primeira instância, que se encontra entre *low-* e *up-scale*, dando ênfase na imagem de uma Lisboa multicultural, aberta e cosmopolita. Reforça-se a ideia que os sujeitos desta etnografia estão inseridos num contexto urbano que oferece uma certa diversidade de percursos de incorporação, e, ao mesmo tempo, autorretrata-se como diverso e cosmopolita.

⁵² Edições do Festival 2013-2018 (http://festivaltodos.com/releases/edicoes_do_festival/1/) (último acesso à 27/01/2019)

⁵³ A freguesia de Arroios criou uma identidade visual que descreve da seguinte forma na sua página web: “A marca Arroios reflete a dimensão multicultural da freguesia e é, também ela, uma tentativa de aproximar os fregueses e toda a população de Lisboa a esta área geográfica bem no coração da capital.” (<http://www.jfarroios.pt/marca/>) (último acesso à 27/01/2019)

⁵⁴ <http://www.jf-areeiro.pt/pt/festival-gandhi-na-alameda> (último acesso à 27/01/2019)



Figura 5: Publicidade de Start UP Portugal e do Ministério da Economia para os vistos dourados para investidores em *start up*'s portugueses durante o Web Summit (Martim Moniz, Novembro 2018)

No entanto, praticamente todos os moradores que conheci no contexto da Assembleia e da Caravana fazem parte do processo económico da AML de subida da escala, buscando segurar o *up-scale*, e ocupando lugares de trabalho precário onde enfrentam uma exploração que está na base do *boom* turístico e imobiliário associado. O Pedro, também morador do Bairro da Jamaica e ativo na associação do bairro, no momento da Caravana, contou que trabalhava numa obra de um futuro Hotel no bairro da Lapa, em Lisboa, precisamente nas armaduras de betão – uma obra que se via da Ponte 25 de Abril, que cruzamos com o autocarro alugado para poder levar as pessoas aos sítios por onde a Caravana passou.

Mesmo que Harvey talvez não ache útil reclamar o direito a esta cidade suburbana e capitalista, esta reivindicação está a ser articulada nesta etnografia. Como os três bairros desta etnografia são locais que surgiram a partir da autoconstrução, podemos até dizer que o direito à cidade já está a ser reivindicado através destes atos de construir e, sobretudo, viver o espaço urbano. Acredita-se que, segundo Lefebvre, espaço é construído socialmente e existe nele uma luta pelo próprio, onde três noções sobrepõem-se: espaço concebido, espaço percebido e espaço vivido (Lefebvre, 1991). É a partir do espaço vivido que migrantes podem contestar a visão dominante da

cidade, e reivindicar o direito à mesma, segundo Rouan (Rouan, 2009, p. 9). De facto, a autoconstrução é algo que desafia as noções capitalistas de produção da cidade, ou é apenas sintoma de um Estado liberal que não fornece as necessidades habitacionais às populações marginalizadas? Cabannes e Raposo (2013) denotam no seu trabalho que as hortas urbanas da AML representam uma apropriação no sentido de Lefebvre, e, além disto, que algo se produza nestes espaços apropriados – assim, correspondendo aos dois pilares centrais do direito à cidade:

“These elements suggest that strong migrant communities cultivating unregulated lands echo the radical ideals of the Right to the City.” (Cabannes & Raposo, 2013, p. 248)

Além disto, o direito à cidade tem de ser entendido como um direito que habilita de forma política, e não apenas como um direito que garante a participação: *„It is not only a right to urban space, but to a political space as well, constituting the city as a space of politics.”* (Dikeç, 2001, p. 1790). Nisto a cidadania urbana não se refere a um estatuto legal, mas a uma forma de identificação com a cidade, a uma identidade política. Mais além, Dikeç discute o direito à diferença que Lefebvre entende como um direito complementar ao direito à cidade e propõe uma “tradução” melhor: o direito à resistência ou à luta – é o direito de se opor, de não subscrever algo (Dikeç, 2001, p. 1790). É essencial de, em vez de ser apenas parte do todo, *ser* o todo, tal como Rouan afirma com referência a (Dikeç, 2005) e, neste sentido, o direito à diferença é, sobretudo, sobre a redefinição da ordem como um todo (Rouan, 2009, p. 10). Se o direito à cidade é interpretado numa perspectiva liberal de direitos individuais, o direito torna-se perigoso e já não serve para desvelar as dinâmicas e os princípios da espacialização da cidade para podermos distinguir claramente entre dominação e apropriação do espaço urbano (Dikeç, 2001, p. 1801). Aqui Bastia traz um ponto fulcral, que é o direito de reivindicar:

“Participation is a fundamental principle of the Right to the City and, as argued in this paper, we cannot really understand participation without taking into account the political sphere where the right to claim rights is determined.” (Bastia, 2018, p. 21)

Neste ponto, Cristina está convencida: “[...] não tenho medo de falar. Eu acho que tenho o direito de dizer o que é que se passa, não é.”. Esta dedicação não é geral –

nestes bairros há muitos moradores que não vêem a participação desta forma, pelo menos se acreditamos nas palavras de Cristina:

„[...] porque varias pessoas não têm noção o que é que é ter direito à habitação. Ou ter direito de dizer ou de lutar pelo que nós temos direito. Varias pessoas pensam que isto é impossível ou que vai dar em nada. Mas, vai – eu sei que vai!“ (Entrevista Cristina, 22/02/2018)

Basta explicar que migrantes que habitam “informal settlements” enfrentam uma exclusão ainda mais forte, que se relaciona com padrões históricos em que não é possível usufruir dos supostos benefícios da vida urbana do que os migrantes “in the most precarious jobs, working in the informal sector or the underground economy with weak or inexistent provision for the protection of their rights.” (Bastia, 2018, p. 19). Situação que remete ao direito à cidade e à habitação dos migrantes, particularmente dos que são empurrados para os refúgios, como apresentado no Capítulo III. Assim, na etnografia fala-se da exclusão e de um direito que não existe, de facto, ou seja, que não é concedido aos moradores, mas sim “aos outros”:

“Eu também tenho sofrido [...] o racismo, a exclusão social porque nós estamos aqui [no bairro], estamos excluídos da sociedade ou seja nós não temos direito a cidade como todos os outros ou não temos direitos as bens essenciais, muita gente não têm direito a bens essenciais por moramos no bairro.” (Entrevista Cristina, 22/02/2018)

Nas observações das Nações Unidas, a migração contemporânea levanta cada vez mais a questão do direito à cidade:

“International migration raises the essential issue of the ‘Right to the City’, i.e., the right for everyone, including international migrants, to access the benefits the city has to offer. Due to the absence or inadequacy of targeted policies geared to their integration, international migrants are often denied access to urban services, are frequently excluded from the available urban opportunities, and nearly never have a voice in decision-making, even more so if ‘temporary’ or ‘transit’” (Balbo, 2007, p. 4)

Nesse cruzamento do direito à cidade com as migrações surgem, como acima já mencionado, situações interessantes onde o direito à cidade recorre a uma cidadania urbana que questiona a cidadania do estado-nação. Portanto, esta cidadania nova ou insurgente, se queremos recorrer às palavras de James Holston (Holston, 2008), surge

também nos sítios onde se reivindica o direito à cidade por recém-chegados no espaço urbano, migrantes de alguma forma. O direito à habitação dos trabalhadores migrantes foi inserido nos direitos humanos das Nações Unidas em 1990, que lhes garante igual acesso à habitação, programas de habitação social, e os defende contra a exploração no arrendamento⁵⁵. Em 2003, Mendes afirma a pertinência de incluir novos direitos para migrantes, entre eles também o direito à habitação: “[...] a inclusão de «novos direitos». Entre outros direitos, o direito à protecção social (entendida como sistema que terá por objectivo diminuir os efeitos mais graves das desigualdades sociais, restituindo direitos e capacidades para o exercício da cidadania), o direito à habitação, à saúde [...]” (M. M. Mendes, 2003, p. 7). Entretanto, o direito à habitação já foi consagrado na Constituição Portuguesa em 1976, e desde então permanece praticamente sem modificações profundas nas sete revisões feitas, sendo a última em 2005⁵⁶. Além de o artigo 65.º ser muito vago, o problema reside na concretização real do mesmo:

“O direito à habitação, ou seja, está na Constituição, não é, que todos nós temos direito à uma casa. Portanto eu acho que se fala na Constituição isto tem de ser respeitado, ou seja é um direito nosso. E neste momento não é o que está a acontecer. Ou seja há uma grande falha aqui à nível nacional, uma falha grave à nível legislativo também, constitucional, ou seja. ... e o direito à habitação para todos não significa, ah porque tu não és PER, tu não és PER, ou tu chegaste antes, ou tu tiveste em Cabo

⁵⁵ http://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/pdf/ficha_informativa_21_direito_habitacao_condigna.pdf (último acesso à 27/01/2019)

⁵⁶ 1. Todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar.
2. Para assegurar o direito à habitação, incumbe ao Estado:
a) Programar e executar uma política de habitação inserida em planos de ordenamento geral do território e apoiada em planos de urbanização que garantam a existência de uma rede adequada de transportes e de equipamento social;
b) Promover, em colaboração com as regiões autónomas e com as autarquias locais, a construção de habitações económicas e sociais;
c) Estimular a construção privada, com subordinação ao interesse geral, e o acesso à habitação própria ou arrendada;
d) Incentivar e apoiar as iniciativas das comunidades locais e das populações, tendentes a resolver os respetivos problemas habitacionais e a fomentar a criação de cooperativas de habitação e a autoconstrução.
3. O Estado adotará uma política tendente a estabelecer um sistema de renda compatível com o rendimento familiar e de acesso à habitação própria.
4. O Estado, as regiões autónomas e as autarquias locais de nem as regras de ocupação, uso e transformação dos solos urbanos, designadamente através de instrumentos de planeamento, no quadro das leis respeitantes ao ordenamento do território e ao urbanismo, e procedem às expropriações dos solos que se revelem necessárias à satisfação de fins de utilidade pública urbanística.
5. É garantida a participação dos interessados na elaboração dos instrumentos de planeamento urbanístico e de quaisquer outros instrumentos de planeamento físico do território.

Verde, ou tu não foste recenseada. Todos, eu acho que todos temos direito. Todos nos temos direito à uma habitação condigna.” (Entrevista Cristina, 22/02/2018)

Para Roberta, a luta tem sido um caminho de muitos passos onde as ligações com os grupos exteriores, a Assembleia dos Moradores dos Bairro e a Caravana pelo Direito à Habitação, têm grande importância. Uma casa condigna, uma casa que não lhe tira o acesso à vida é o horizonte desta caminhada:

“[...] eu acho que sem Caravana, sem ... sem Assembleia, sem, sem essas junções, que não conseguíamos essas coisas. Se não criássemos isto, eu acho que não conseguíamos, não dávamos passos.”

[...]

“[...] nos tínhamos uns passos dados, como associação temos uns passos dados que eram uns passos que tínhamos desde a demolição, da suposta demolição que não aconteceu. E a ligação do GESTUAL no bairro, de Habita, essas entidades, paróquia. Nos tínhamos um passo dado que era construir casas de pessoas do Bairro da Torre no Bairro da Torre. E o GESTUAL já tinha feito varias reuniões com a Câmara, com tudo. E tudo aquilo aparecia que parecia que estávamos num bom caminho. Que os passos iam, íamos acertar tudo.” (Entrevista Roberta, 19/03/2018)

E sobre as formas de realojamento diz:

“E depois iam nos tirar além de nos tirar a casa que nós gostamos, iam nos tirar a nossa vida, nosso trabalho, nosso tempo, nosso pão. Que iam nos meter lá naquela gaiolinha que é o prédio, né. Íamos ficar sem acesso a nada.” (Entrevista Roberta, 19/03/2018)

Assim, indiretamente, Roberta fala-nos da diferença entre casa e habitat, diferença que o PER muitas vezes tem ignorado, colocando grandes populações em conjuntos habitacionais em áreas muito mal servidas de infraestruturas sociais e de espaço urbano, apenas disponibilizando quatro paredes. A forma arquitectónica também importa: Roberta não quer viver num prédio, sem área exterior e sem possibilidades de manter o seu trabalho – o restaurante. Portanto, lidamos aqui com noções que remetem ao direito à habitação num sentido alargado do habitat, ou se queremos, de direito à cidade.

“E sair e depois ir ficar num sitio onde eu não tenho acesso à nada, então estão tirarme a minha vida. To a perder a minha vida. To a perder tudo. E só para ter uma casa. Para ter uns quartos, quatro paredes. Gente tem direito à tudo, então.” (Entrevista Roberta, 19/03/2018)

O percurso de reivindicação até tem um significado espiritual e religioso para Roberta: “E então isso é, eu acho, a nossa missão de andarmos aqui dizer: Para, basta, chega de maldade.” Igualmente para Cristina a luta simboliza algum caminho que consiste de passos e algo que é histórico:

“Estamos a fazer história, sim. Porque é um passo é uma coisa nunca feita antes em Portugal, ou seja vem os bairro ligados e juntados nesta luta. Estamos a fazer história. Tentamos mudar a lei, tentamos mudar as coisas. O que parecia impossível está a ser feito neste momento. Estamos a reivindicar pelos nossos direitos. Eu acho que é algo histórico! “ (Entrevista Cristina, 22/02/2018)

Na sua descrição do direito à cidade, Lefebvre também vê esta representação da luta marcada por um percurso e um destino do precariado, que hoje em dia corresponde à chamada classe operária:

“Para a classe operária, rejeitada dos centros para as periferias, despojada da cidade, expropriada assim dos melhores resultados de sua atividade, esse direito tem um alcance e uma significação particulares. Representa para ela ao mesmo tempo um meio e um objetivo, um caminho e um horizonte [...]” (Lefebvre, 2008, p. 139)

Não nos surpreende que a noção do direito à habitação venha de fora dos bairros. Mas para alguns moradores faz sentido nomear as suas lutas desta forma, interpretando este direito no sentido de se ter direito a *uma* habitação, como ser humano, e, portanto, com direito à vida:

“Antes da Caravana eu já tinha esta consciência de direito à habitação, porque nos já tínhamos aquela luta formada desde daquele tempo quando vieram nos colar o edital que era para sairmos do bairro. E então a Rita que puxava-nos muito: “As pessoas têm direito, vocês têm direito à uma habitação. As pessoas têm direito. Quando falam estas coisas, vocês dizem que têm direito à uma habitação e uma habitação condigna!” E portanto... [risada], já vem a Caravana de Direito à Habitação, vem mesmo já, aprofundar aquilo que já sabia um bocadinho, né. Aprofundou mais na minha mente aquilo que já sabia. Que nós temos direito á uma habitação. Daquelas de que qualquer

ser humano tem direito. [...] Mas a Caravana – não é só Caravana pelo Direito à Habitação – foi também um bocadinho pelo direito à vida, né.” (Entrevista Roberta, 19/03/2018)

Contudo, qual é o direito que os indivíduos estão a reclamar na Caravana e na Assembleia? De fato, reclamar o direito à cidade também pode significar reclamar uma melhor posição, sendo *scale-maker* no processo da urbanização e do desenvolvimento económico. Alguns sujeitos que reclamam o direito à habitação fazem-no numa escala ainda bastante individual por urgência e por conseguir o *emplacement* para si e para a sua família. Sebastião usa, em vários momentos de reivindicação, exatamente a noção que as autoras Glick Schiller e Çağlar questionam: “... temos que estar inseridos na sociedade portuguesa!”. Por outro lado, uma moradora, também membro da associação do Bairro da Jamaica, Vanessa, enfatiza numa declaração dada durante a audição no IHRU, onde foi entregue o documento final da Caravana: “Nós não estamos a pedir. Portanto, estamos realmente a exigir algo que é nosso por direito.” Esta exigência, baseada no direito à habitação, distancia-se de uma posição inferiorizada, emancipando-se da mesma. Em outros casos até é criticado que os moradores sejam tratados como se fossem animais:

“Porque agora estamos a ser despejados como se fossemos animais? – sobre o pretexto de que não temos direitos. Toda gente têm direito à habitação, todos... todos! ... Ah, porque tu moras aqui a menos tempo. Ah, porque tu chegaste depois. Não todos nós temos direito à habitação, todos. ... Porque é que nos somos excluídos pela sociedade? Nós também temos direito à cidade.” (Cristina, 1º Dia da Caravana, Bairro 6 de Maio, 08/09/2018)

“Nós não estamos ser reconhecidos. Nós somos tratados como se fosse animais, igualzinho aos animais. Quem vive aqui sente mesmo na pele que vive como se fosse animais. ... A água, como se diz, não é potável, é de torneira, mas não é potável. Porque nós precisamos de sair daqui... porque nos somos seres humanos” (Sebastião, 2º Dia da Caravana, Bairro da Jamaica, 09/09/2017)

Aparentemente estamos diante de uma luta que aspira algo que os outros têm, um direito que deveria, de facto, valer para todos os seres humanos, e não uma luta que questiona de forma radical a sociedade capitalista, e tenha como horizonte a revolução. Quando Harvey olha para os protestos que ocorreram em toda a parte do

globo, verifica que as contestações eram para reivindicar direitos e não sobre revolução (Harvey, 2012, p. 120). No trabalho de Bauder sobre possibilidades e o direito à cidade de migrantes, esta observação de Harvey tem tido eco:

“Rather than evoking the real possible of radical change, the protesters pursued the contingent possibility that illegalized migrants obtain rights associated with existing understandings of citizenship and territorial polity. Most significantly, the protesters demanded citizenship rights and formal belonging to the nation-state.” (Bauder, 2016, p. 259)

Para entendermos isto, Boaventura de Sousa Santos (2011) consegue dar, pelo menos, uma explicação. Segundo o autor, a nova cultura política, que traz consigo uma diversidade enorme de formas e agendas de lutas, faz com que existam em combinação ações dentro e fora do Estado, ações direitas e institucionais, que até se recusam a ver no Estado, de um lado, um amigo incondicional, e, do outro, um inimigo incondicional. Em outras palavras, juntam-se os princípios da igualdade e do reconhecimento da diferença onde se aplica a seguinte ideia: “temos direito a ser iguais quando a diferença nos inferioriza e temos o direito a ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza” (Santos, 2011, p. 141). O que uma das integrantes da associação local diz, durante o evento da Caravana, é exemplo disto. A reunião para agir coletivamente nesta luta surge de uma necessidade de obter finalmente algo que não se tem, ou seja, melhores condições de vida:

“Nós aqui do Jamaika, queremos sair daqui. Queremos melhores condições para nós e os nossos filhos. ... então houve necessidade de reunirmos” (Daniela, 2º Dia da Caravana, Bairro da Jamaika, 09/09/2017)

II. A cidadania insurgente em surgimento

James Holston chama a nossa atenção para a necessidade de reconsiderar a cidade como arena da cidadania – o sítio onde podemos analisar as renegociações da cidadania como da democracia e da pertença nacional (Holston, 1999, p. vii). Mais além, como o autor confere, as cidades são os lugares onde estes processos de reformulação da cidadania se expressam em violência coletiva. Trata-se da expansão da democracia levada a cabo pelas populações excluídas através de noções de cidadania reduzidas ao estado-nação, precisamente as suas mobilizações contra a hipocrisia da ideologia de igualdade e respeito universal, criando “new kinds of citizens, new sources of law, and new participation in the decisions” (Holston, 1999, p. 1). Pois o conflito está nos termos de filiação nacional e da distribuição de direitos, resultando num entrelaçamento entre a democracia e os seus opositores, em que simultaneamente novos cidadãos surgem a expandir a cidadania e novas formas de violência e exclusão a corroem (Holston, 2008, p. 3).

“Moreover, if cities have historically been the locus of citizenship’s development, global urbanization creates especially volatile conditions, as cities become crowded with marginalized citizens and noncitizens who contest their exclusions. In these contexts, citizenship is unsettled and unsettling.” (Holston, 2008, p. 3)

O autor é otimista quando alega que contextos marcados por uma cidadania desigual podem ser abolidos por movimentos insurgentes. No Brasil, como exemplifica, é esta a experiência das periferias onde a habitação ilegal, a autoconstrução e os conflitos sobre a terra tornaram-se contexto e substância do surgimento de uma nova cidadania (Holston, 2008, p. 4). É importante sublinhar que a cidadania insurgente persiste conjuntamente com as formulações históricas e dominantes da cidadania num “entrelaçamento perigoso e corrosivo” (Holston, 2008, p. 4), onde a insurgência descreve um processo de “acting counter, a counterpolitics, that destabilizes the present and renders it fragile, defamiliarizing the coherence with which it usually presents itself.” (Holston, 2008, p. 34). O autor afirma que como o modernismo abrange quase todo o globo e não difere muito na sua forma nas varias latitudes, o exemplo do Brasil pode servir para caraterizar cidadania moderna em toda a parte do mundo (Holston, 2008, p. 14). Mais além, Holston afirma que, com a

globalização da democracia, novas cidadanias urbanas surgem nas cidades que levam a reformulação da cidadania nacional, bem como são acessíveis “a indivíduos não nacionais, bem como aos nacionais marginalizados” (Holston, 2016, p. 198).

a) A cidadania insurgente na AML

Como no caso da classe trabalhadora que produz as periferias das cidades brasileiras, a migração (interna e externa) para as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto possibilitou uma articulação diferente destas populações quando começaram a construir e habitar os chamados “bairros de barracas” – em outras palavras, a urbanização transformou-as (Holston, 2008, p. 8). É que a periferia, como espaço onde existe um contraste grande entre a cidadania, cada vez mais diferenciada ou modernizada, e a ilegalidade e a desigualdade expressada na falta de direitos fundamentais, é propícia para esta transformação (Holston, 2008, p. 156). Particularmente a ilegalidade residencial incentivou a uma nova participação cívica e à prática de direitos, nomeadamente as demandas para uma associação plena na cidade legal através da legalização das suas habitações e da provisão de serviços urbanos (Holston, 2008, p. 9). No contexto desta etnografia, esta mudança ainda não aconteceu numa escala comparável e, pelo contrário, no passado quase sempre se optou para a demolição dos bairros e o realojamento das famílias em prédios em conjuntos de habitação social. No entanto, a Caravana e a Assembleia podem ser entendidas como início de uma contestação de cidadania insurgente, pois trata-se de reivindicações para o direito à habitação com o acesso aos bens essenciais. Portanto, de alguma forma a Caravana pelo Direito à Habitação e a Assembleia dos Moradores dos Bairros são aqui considerados como *insurgent citizen movements*. Nas visitas da Caravana aos vários sítos, descobriram-se condições de exclusão bastante parecidas com as que o autor descreve, embora as evidências de uma cidadania insurgente vinda destes espaços ainda parecem incipientes. A própria Assembleia dos Moradores dos Bairros é um movimento relativamente novo, mas cuja consciência está baseada no que foi vivido e também criado pelos residentes durante décadas de programas e

atitudes incapazes do Estado Português e das Câmaras Municipais para resolverem realmente os problemas dos residentes.

“O direito à uma habitação condigna. Existe essa lei. E onde é que está? Em Portugal? Não existe, aqui não tem.” Roberta em (Gorjão Henriques & Batista, 2017)

O que a Roberta nos conta representa exatamente esta transformação: Quando veio de São Tomé a Portugal foi viver na casa autoconstruída dos seus pais, no Bairro da Torre, e numa reportagem feita pelo *Público* em 2017 (Gorjão Henriques & Batista, 2017), explica que antes não achava que tinha o direito de reclamar, embora estivesse insatisfeita com as situações que encontrou em Portugal. Mas hoje sabe que existe o direito e que é o momento de o reivindicar. A sua mãe, que também aparece na reportagem intitulada “Somos negros. Portugal ainda não dá valor como gente”, disse: “Mas hoje as pessoas já estão a falar. Acho que as minhas filhas e os meus netos já têm mais coragem, que eu não tinha”. A Roberta, que alguns anos atrás fez melhorias na sua casa (habitação que obteve de uma casal português que saiu do bairro, mencionado no Capítulo I) para poder criar o seu próprio negócio de um restaurante, ilustra a transformação das noções de cidadania, chamando a atenção ao facto de ter trabalhado e descontado em Portugal:

“Nos quando viemos para o Bairro da Torre não reivindicávamos, aceitávamos as coisas como elas eram. ... Porque nos saímos da nossa terra e viemos para a terra dos outros e o que é que vamos falar? Temos de aceitar aquilo que nos temos. Mas hoje em dia, eu pelo menos, falo por mim, vejo as coisas num outro termo, diferente. Porque eu vim para a terra dos outros, mas eu também fui trabalhar e fui descontar... Então também temos direito, não temos só deveres. Então nosso direito é o que? Temos direito à água, temos direito à luz, temos direito à uma casa, temos direito a tudo. ...” Roberta em (Gorjão Henriques & Batista, 2017)

É interessante colocar esta transformação em confronto com um diálogo tirado da etnografia de Holston no Lar Nacional (São Paulo, Brasil):

M: It's that in the past, a person was afraid, was embarrassed, to look for his rights, Today, no.

A: Today, he fights more.

P: Today, people are much more enlightened [esclarecida]. So they know that their rights exist and they no longer have that fear. ... Today, a person has more security because of his own knowledge. He knows that there exists something that is going to protect him, and it is exactly for that reason that he is going to look for the law. (Holston, 2008, p. 265)

Também a investigadora Secor encontra vozes parecidas sobre cidadania nos percursos da migração interna da Turquia:

“If you asked me how I would identify myself ten years ago when I first arrived in the city, I would have been too afraid to talk. Perhaps there would have been no subject to discuss.” These are stories of women constituting themselves as subjects in the city—as subjects both in relation to the city and in relation to discourses of urbanism and citizenship—stories of women claiming rights, belonging and identity in Istanbul.” (Secor, 2003, p. 163)

Segundo Holston, estamos a lidar com esta nova cidadania urbana quando são dadas quatro condições: (1) a residência urbana está na base da mobilização; (2) a agenda é composta por reivindicações para direitos que falam da experiência urbana; (3) a cidade representa a principal comunidade política para estes desenvolvimentos; (4) os residentes legitimam a sua agenda de direitos e praticas participativas com a sua própria contribuição para cidade (Holston, 2008, p. 23). (1) A residência urbana é central nas reivindicações feitas pela Assembleia na sua Carta Aberta, por exemplo, quando rejeitam as “soluções” do PER em que as famílias foram realojados em prédios sem serem inseridas no tecido urbano – querem fazer parte das zonas urbanas da cidade dotadas de infraestruturas. Quando se discutiu o processo do realojamento, a grande maioria dos moradores do Bairro da Jamaica comunicou que não quer ser realojado no Bairro da Cucena, que foi construído no âmbito do PER. (2) Também se fala da experiência urbana, portanto, da exclusão e discriminação que enfrentam os moradores e da importância que a inserção dos bairros na cidade significa para a vida quotidiana das famílias. (3) Já que a comunidade política desta luta integra todas aquelas que se encontram em condições precárias de habitação, e o objetivo da Caravana também foi o de levar a luta a um patamar nacional, interligando vários bairros e, por consequência, várias cidades. Igualmente quando se procurou o diálogo com as entidades administrativas e políticas, foram quase sempre entidades estaduais.

A experiência do impossível diálogo com a Câmara da Amadora direcionou a luta predominantemente aos níveis nacionais, mas também a estrutura da política habitacional o estimulou e provocou. Em consequência do meu envolvimento na Caravana, participei em alguns momentos de ação, um deles a entrega de uma Carta Aberta dos moradores do Bairro 6 de Maio durante o evento da Tomada de Posse da Assembleia e Câmara Municipal da Amadora, depois da eleições autárquicas de 2017⁵⁷. Até esta ação de aproveitar este momento para confrontar os políticos da Amadora, o poder local não foi considerado receptivo devido a situações passadas bastante violentas que me foram contadas.

E (4), para a legitimação da luta pelo direito à habitação nem tanto contam as contribuições para a cidade, mas sim para a economia do Estado em geral, tal como várias declarações provam, já discutidas no Capítulo III. O argumento é de trabalhar, pagar os impostos e a segurança social e, portanto, merecer por outro lado de ver os direitos cumpridos, nomeadamente o direito a uma casa condigna.

“Porque nós todos somos cidadãos portugueses, nós todos temos direito à cidade, nós todos temos os mesmos direitos do que os outros, os outros, porque nós também somos considerados como os outros da sociedade. Somos imigrantes, trabalhamos em Portugal, temos direitos como todos os cidadãos portugueses. Trabalhamos para construir este país, por isso temos os mesmos direitos!” (Cristina, 2º Dia da Caravana, Bairro da Jamaica, 09/09/2017)

“É uma vergonha mundial, porque nós desempenhamos as nossas funções para o Estado Português, trabalhamos, descontamos, contribuímos para o desenvolvimento geral de Portugal. Agora nós não somos reconhecidos porque? ... Claro viemos aqui a procura de melhores condições de vida, isto é verdade. Mas devemos ser reconhecidos, porque a vida humana é igual. Atualmente o homem não gosta do homem – as instituições não propriamente reconhecem as pessoas. Há divisão de classe aqui. ... Nós aqui como cidadãos precisamos de um lugar digno, igual a qualquer pessoa.” (Sebastião, 2º Dia da Caravana, Bairro da Jamaica, 09/09/2017)

⁵⁷ Excerto do diário de campo desta ação no anexo.

“O nosso objectivo aqui hoje, com a Caravana é procurar uma vida melhor, uma vida melhor com melhores casas, com melhores condições de vida – uma vida condigna. É aquilo que não têm sido... [...] Nós viemos como imigrante, chegamos ai, trabalhamos, descontamos para Portugal, ajudamos a construir um Portugal novo que era velhíssimo. Porque varias partes hoje onde é novo, com casas novas, com construções e tanto – quando cheguei aqui em 98 não havia nada disto. E nós imigrantes ajudamos a construir isto. E nós moramos hoje no Bairro da Torre em condições precárias, sem casas, sem esgoto, sem saneamento, sem nada.” (Roberta, 4º Dia da Caravana, Mouraria, 15/09/2017)

Sebastião orgulha-se de ter trabalhado em obras grandes: “Nós é que construímos o novo mercado de Torres Vedras.”, e nos últimos meses estava a trabalhar para uma empresa que implementou caixotes de lixo subterrâneos, que se podem ver nas áreas renovadas das cidades, principalmente na AML. Ultimamente estava numa obra em que se renovava um grande viaduto em Odivelas. Assim, no seu discurso de cidadania sempre faz referencia ao Estado:

“Porque sem esta pessoa [o cidadão], o estado não é o estado. Sem a população o estado não sobrevive. Porque o estado sobrevive graças à população, graças ao trabalho da população.” (Entrevista, Sebastião, 25/03/2018)

O que não se diz é se a população sobrevive sem Estado. Clastres ilustra no seu livro, *A sociedade contra o Estado*, e bem, a possibilidade do Estado existir na possibilidade de poder reinar, dominar e forçar outras para trabalharem para além das suas necessidades próprias que as sustentam. É muito interessante de ver Sebastião afirmar o que Clastres chama de a fé interiorizada de que a “sociedade existe para o Estado”, apesar que ele próprio, vivendo no Bairro da Jamaica, habitando uma casa autoconstruída, num território onde o Estado é bastante inexistente (Clastres, 1979, p. 183). Será a existência do próprio bairro que representa uma afronta ao estado, ou comprova-se que quem ali mora já tem história, uma história que é a da luta de classes?

“A história dos povos que têm uma história é, segundo se diz, a história da luta das classes. A história dos povos sem história é, dir-se-á pelo menos com a mesma verdade, a história da sua luta contra o Estado.” (Clastres, 1979, p. 211)

No discurso anteriormente colocado de Sebastião, o morador enfatizou a existência da divisão de classes e, portanto, tende-se a concluir que não se trata de uma sociedade contra o Estado no sentido das reflexões de Clastres, mas sim de uma sociedade encontrar formas em sobreviver – até um certo ponto – sem o Estado. O que se observa nesta etnografia é a transição de uma “sociedade apesar do Estado” que reclame ao Estado, e este, finalmente, cumpra o que deve à população.

Afinal, todos os moradores que conheci no contexto da Caravana e da Assembleia dos Moradores dos Bairros contribuem de alguma forma para o produto da cidade, mesmo que não o coloquem como justificação nos discursos para o direito à habitação. E, segundo Holston, esta atividade é “a base da afirmação de ter um direito à cidade: o direito de colaborador ao que cada um faz, uma afirmação que não tem qualquer correlação com o *status* formal ou informal de trabalho, residência ou imigração” (Holston, 2016, p. 197). Se continuarmos esta linha de pensamento, veremos que o direito à habitação entra em choque com o conceito de uma cidadania nacional, ligado ao estado-nação. Questão que foi discutido no contexto desta etnografia, pelo simples facto da diversidade dos moradores: alguns tinham nacionalidade, a residência portuguesa ou, então, nenhuma documentação. Nos processos de realojamento a falta de documentação é problemática e pode levar à exclusão da atribuição de casas. Embora que, por exemplo, no processo do realojamento no Bairro da Jamaica, as autoridades afirmem a inclusão das pessoas indocumentadas, mas até à data não se comprovou tal inclusão neste processo muito burocrático.

Mas o que podemos, de facto, descrever com insurgência desta cidadania descrita por Holston? Como o autor escreve, a insurgência é um processo que destabiliza e torna o presente frágil – é uma contra-política (Holston, 2008, p. 34). Esta surge de um passado em lugares onde as circunstâncias parecem ser favoráveis para uma irrupção. Acredito que são estes os momentos em que os registos escondidos do Scott se tornam público, também nesta etnografia, e, portanto, estamos a lidar com um tipo de cidadania insurgente. O percurso da Assembleia até à Caravana pode ser muito bem resumido por estas linhas de Holston, e, por isso, pode representar um movimento, ainda pequeno, mas insurgente:

“Por movimentos insurgentes, refiro-me àqueles que contestam as condições atuais por meio da articulação de propostas alternativas surgidas das próprias assembleias autoempoderadas de cidadãos que investigam, decidem e agem, sacudindo as autoridades públicas com essas mesmas alternativas.” (Holston, 2016, p. 201)

O garante é a própria estrutura criada através da qual as propostas e críticas são elaboradas. Mas, ao mesmo tempo, também corresponde à definição de protesto que não vai tão longe na criação de instituições alternativas, e reivindica algo que não está tão fora da estrutura do Estado e da política:

“[...] elas [os protestos] sofrem de uma contradição debilitante, porque usam uma linguagem – isto é, a linguagem dos direitos, da política, do bem-estar, do desenvolvimento, da cidadania e do Estado – que pretendem rejeitar. Em outras palavras, exigem que o sistema político produza mudanças, mas rejeitam tanto as políticas existentes quanto a invenção de novas instituições políticas nos moldes das políticas existentes.” (Holston, 2016, pp. 200–201)

Os participantes da Assembleia e da Caravana reclamam o direito a uma casa, mas, ao mesmo tempo, querem ter um papel central no processo decisivo das políticas de habitação, nomeadamente dos programas de realojamento. Sobretudo aspiram um futuro que corresponda à situação de ter uma casa e um destino próprio, escapando, assim, do drama caracterizado por: “shacks, dirt roads, raw sewage, flooding, eviction, violence, faulty urban services, packed buses, and interminable commutes to work [...]” (Holston, 2008, p. 156).

Portanto, podemos confirmar a cidade como arena da cidadania, como o sítio onde encontramos as renegociações da cidadania, a expansão da democracia promovida pelas populações excluídas. A periferia da AML é, de facto, um espaço que dispõe um grande contraste entre a cidadania cada vez mais modernizada e a desigualdade expressada na falta de direitos fundamentais, como o direito a bens essenciais e à habitação. Esta discrepância é propícia para esta transformação, uma transformação que faz surgir uma cidadania insurgente. Estamos a lidar com esta nova cidadania urbana que Holston descreve, embora a orientação da legitimação das reivindicações pelo direito à habitação passe pelas contribuições não para a cidade, mas sim para a economia do Estado Português. Ainda há um espaço a ser ganho para

que ela seja mais correspondente ao adjetivo insurgente, no sentido em que representa uma contra-política – uma parte da luta apenas insipiente neste contexto da Assembleia e da Caravana.

Concluindo e, portanto, voltando à noção do direito que foi discutida na primeira parte deste capítulo, recapitulamos os seguintes pontos. Constataram-se situações em que importa a noção do direito de reclamar direitos, de que os indivíduos sentem-se empoderados em reivindicar algo. Vemos que alguns autores partilham esta ideia de que o direito à cidade consiste nesta reivindicação de poder contestar em primeiro lugar. Além disto, o que se reivindica, mais concretamente, é o direito a uma habitação, portanto a algo que as famílias não têm. Reforçado por uma visão que atesta que os outros, sim, o têm, os outros que não são excluídos. A injustiça manifesta-se ainda mais na ideia do direito à vida, que muitas vezes é reivindicado numa forma de ganhar respeito como ser humano e, portanto, não ser tratado como um animal. O processo reivindicativo, tanto do direito a uma habitação quanto ao que se tem descrito por uma cidadania nova, insurgente, passa por um processo de migração para a cidade, portanto, de urbanização. É o contraste que encontramos na AML entre os bairros e as outras partes da cidade que faz surgir esta cidadania insurgente. Uma cidadania que quase se baseia na percepção de um desnível entre contribuição para o Estado Português (deveres) e os direitos concedidos, garantidos e realizados pelo mesmo. Na lógica de: nós merecemos, porque nós contribuímos para o desenvolvimento do Estado, e porque somos humanos. O que ficou aparente é que nestas situações não se foge das instituições, aliás, cobre-se delas e reivindica-se mais participação nas mesmas.

No seguinte capítulo procedermos às conclusões que este trabalho trouxe, levando em conta as questões de base inicialmente feitas e resumindo o que se tem discutido ao longo dos quatro capítulos.

CONCLUSÃO

Ao longo dos capítulos foram elaboradas várias reflexões a partir da etnografia realizada no contexto mais amplo da Caravana pelo Direito à Habitação durante um ano, entre maio de 2017 e abril de 2018. Isto leva-nos a um comentário sobre a metodologia aplicada e os conceitos veiculados para entender e explicar fenómenos encontrados no terreno.

Com este trabalho conseguiu-se revelar um pouco do atual universo das margens urbanas da Área Metropolitana de Lisboa, focando em processos reivindicativos à volta da habitação. Em primeiro lugar, serviu para ensaiar e adotar uma etnografia multi-situada, ou melhor, em movimento num território metropolitano (Pina Cabral, 2006) e simultaneamente exercer um duplo-papel de investigador e ativista. Esta posição permitiu-me interagir de forma muito empática com os interlocutores, compreendendo melhor os seus mundos sociais, e, sobretudo, ganhando confiança através da solidariedade fornecida. Assim parece-me que a etnografia em movimento adequou-se bem ao contexto e aos objetivos desta etnografia. Oscilando entre uma etnografia de bairros e uma etnografia de eventos sociais toquei nas fronteiras da abordagem situacional – sem adotar nenhuma das duas plenamente – pois está localizada nos momentos e encontros que acontecem numa zona vasta, que é a Área Metropolitana de Lisboa. Como os interlocutores estavam em movimento na AML, também eu o quis ser. No entanto, um aspeto que não foi aqui trabalhado a fundo é a questão das mobilidades e das imobilidades, que, por se tratar de um movimento e de várias deslocações, desde as boleias entre os bairros para as reuniões da Assembleia, até ao voo e a viagem aos Açores na última paragem da Caravana, será abordada numa outra ocasião.

O panorama da segregação habitacional na AML ilustrado, e as situações específicas e semelhantes nos três bairros caracterizados, ajudam a compreender as condições em que as iniciativas da Assembleia e da Caravana emergiram. A questão da “barraca” e quem a construiu e habitou ao longo das últimas décadas, aponta para padrões de marginalidade avançada, discriminação e racismo na Lisboa pós-colonial. Ao mesmo tempo é importante contextualizar as iniciativas no movimento pela habitação em Lisboa, que congregou grupos e associações ainda antes da crise

financeira em 2008/2009, e ganhou maior fôlego com as últimas transformações urbanas, preços inflacionados no mercado habitacional, e a gentrificação catalisada pelo grande aumento no turismo urbano. A Caravana não acontece por acaso num período em que novas políticas de habitação estão a ser preparadas e lançadas à escala nacional. De facto, são respostas tímidas do governo à crise habitacional que atinge cada vez mais famílias – além das quais que já vivem em precariedade habitacional, como as famílias nos bairros da etnografia – e faz disparar o número de despejos, aumentando assim a desigualdade social.

O estado de arte e os conceitos e autores utilizados permitiram desenhar uma imagem que dá conta dos processos de marginalização e de resistência quotidiana até à luta colectiva e aberta. Sempre entendendo a Assembleia e a Caravana como algo que é expressão destas condições de injustiça, negligência, racismo e discriminação que caracterizam a metrópole. Se a cidadania insurgente nasce do contraste que as desigualdades, em termos de direitos, abrem no confronto entre os que não os têm e as classes detentoras do poder, será que este mesmo contraste também ajuda em deixar surgir revoltas nas margens? Os “rebel outcasts” expressam de forma dupla a situação contemporânea: a zona de conflito onde os sujeitos reclamam um direito – em linha com as ideias de Harvey sobre a cidade rebelde (Harvey, 2012) – é a habitação no espaço urbano. Ao mesmo tempo, as margens são expressão espacial do novo precariado, corroborando o conceito da marginalidade de Wacquant (Wacquant, 2008). Noutras palavras a cidade rebelde encontramos nas suas margens.

Não se confirma integralmente a ideia dos rebeldes excluídos, uma vez que a rebelião não é, de fato, o objetivo a alcançar, mas, obter casas condignas. Deu-se uma congregação entre vários grupos externos, tais como Habita, CHÃO – Oficina de Etnografia Urbana, SOS-Racismo e GESTUAL, que ajudaram a estimular e manter a vontade de reivindicar os direitos negados. Assim, este encontro entre bairros, associações e grupos de luta, e da academia mais esclarecida sobre as consequências gerais da crise habitacional, facilitou a divulgação, criou visibilidade e encaminhou as reivindicações aos destinatários responsáveis numa janela de oportunidade identificada pelo movimento pela habitação.

Apoderando-se dos conceitos da resistência infrapolítica e dos registos escondidos e públicos de James Scott, conseguiu-se discutir duas coisas fundamentais para entendermos o surgimento dos lugares desta etnografia, e a luta que germina e floresce neles. Primeiro, a tensão entre resistência e adaptação por necessidade urgente, assim construindo e inabitando espaços fora da norma dominante – certamente fugindo de algumas imposições do lado do Estado – manifestando uma resistência quotidiana. E, segundo, o florescer da resistência em forma do registo público declarado nos palcos que a Assembleia e a Caravana criaram em várias ocasiões. Compreendeu-se que a resistência, no contexto dos bairros, muitas vezes corresponde a uma questão de sobrevivência, de encontrar um jeito de viver melhor. O que percebemos com a observação das sociabilidades de *emplacement* identificados no Capítulo III, é que mesmo que estas atitudes sejam de resistência ou de adaptação, ajudam imenso para criar e manter relações sociais entre vizinhos, entre diferentes bairros, e entre o centro e a periferia da AML, através de uma identidade partilhada – e tudo isto formando, aos poucos, a base fundamental de um pequeno movimento colectivo.

Temos de assinalar, portanto, estas limitações que os conceitos de Scott revelaram nesta etnografia, que se deparou com sujeitos que, em primeiro lugar, reclamam um direito fundamental e não resistem de forma política. Por isto, relembro as ideias de Godinho (Godinho, 1998, p. 56), temos de ver cuidadosamente se é propício dividir rigidamente entre; um indivíduo ou um grupo adaptar-se ou resistir e rebelar-se sob determinadas condições. Há de perceber se não existem processos paralelos em que se resiste à mão direita do Estado, e reivindica-se da mão esquerda a realização de um direito fundamental, voltando aqui à imagem de Bourdieu onde o cidadão utiliza o Estado “da melhor maneira que pode em favor dos seus interesses” e ao mesmo tempo sente-se rejeitado pelo mesmo (Bourdieu, 1998, p. 7).

As observações de Rodrigues, feitas em bairros de realojamento, indicam que temos de reconhecer o alojamento como um marcador simbólico do estatuto social e, portanto, entender que o sonho do acesso a uma habitação condigna por populações que não conhecem outra condição sem ser uma casa autoconstruída, representa, de

alguma forma, a possibilidade de promoção social (J. C. Rodrigues, 2003, pp. 96–99). A questão aqui é se assim podemos falar ainda de resistência política. O que Pina Cabral descreve como estratégias de ação que surgem quando um grupo social não consegue obter o que corresponde às “expectativas criadas pelos ideais hegemónicos” (Pina Cabral, 2000, pp. 884–885) entra nesta mesma linha. Os ideais hegemónicos do sonho de classe média, e não só da casa própria, é para muitas famílias difícil de alcançar, portanto os indivíduos desenvolvem estratégias, e, neste caso de luta, reivindicando um direito. Isto claramente difere das noções de uma cidade anticapitalista pensada por Lefebvre e não estamos a lidar, pelo menos por parte dos moradores, com uma luta política e anticapitalista propriamente dita.

As discussões desenvolvidas no Capítulo IV também deram pistas semelhantes. O direito à habitação é predominantemente encarado como um direito a *uma* habitação, e importa exercer o direito de reivindicar direitos, por exemplo: aos bens essenciais, água e luz. A cidadania insurgente é entendida como contra-política no sentido de obter algo que não têm, e nem tanto para reivindicar uma solução fora do sistema que está instalado. É problemático para a sustentação de uma luta colectiva que não há soluções que. No fundo, são soluções colectivas – cada agregado receberá um casa consoante o seu caso específico, portanto é na relação de cada um destes agregados com o Estado que se define a solução habitacional individual: “Cada caso é um caso”. No entanto, os interlocutores reivindicam, ao mesmo tempo, uma integração nos processos de decisão nos programas de realojamento para poderem contribuir para resolução dos seus problemas. Compreendemos, então, a cidadania insurgente como algo que nesta etnografia ainda não vai muito além das estratégias descritas por Pina Cabral, e da promoção social dentro de uma sistema da cidade capitalista em que certas famílias também merecem uma casa. Isto não quer dizer que não existe um potencial nestas constelações da Caravana e da Assembleia, que pode ativar noções mais abrangentes conduzindo a uma crítica mais geral ao sistema instalado. É ao pensar que falamos de sociedades, apesar do Estado, que finalmente estão a confrontar as instituições de alguma maneira, exigindo justiça social.

Nos últimos meses o discurso sobre habitação está a ganhar mais espessura, dando voz a diferentes atores dos movimentos, seja políticos, seja afetados. Pode ser

considerado que a Caravana e a Assembleia sejam influentes neste crescimento de politização da questão da habitação. Por outro lado, a situação nos três bairros, Torre, 6 de Maio e Jamaica, não está melhor. No Jamaica, o realojamento iniciou no primeiro lote (Lote nº 10) ainda em Dezembro de 2018. Entretanto não há certezas sobre os fundos que vão financiar o realojamento dos próximos lotes, nem sabe-se quando continuará, mas as preparações para o realojamento do lote 13 estão em andamento, com os moradores serem chamados pela CMS.

Notou-se uma queda de organização da associação do bairro, principalmente como ator na Assembleia dos Bairros, que já não está a reunir-se desde Maio/Junho. Parece que há razões interessantes a serem explorados para esta fase menos ativa da luta conjunta entre os três bairros, sabendo que estes processos têm sempre os seu momentos mais intensos e menos agitados. No Bairro da Torre ainda não foram encontrados soluções para as famílias que perderam as suas casas no incêndio que houve em Julho 2018, embora ambos os programas novos, o 1º Direito e o Porta de Entrada, possam servir para fornecer soluções dignas aos afetados. No caso do Bairro 6 de Maio foi entregue a responsabilidade para o realojamento dos agregados, ainda morando no bairro sem direito, ao PER e ao IHRU, que lançaram um processo de recolha de documentos para posteriormente entregar casas que, pelos vistos, nem serão no concelho da Amadora. Nisto a Câmara e o IHRU estão a deixar de fora as pessoas que perderam as suas casas nos últimos anos, como a Fernanda, devido às demolições arbitrárias. Até à data ainda não existe solução para este grupo de pessoas desalojados pelas autoridades, e já foram feitas novas ações, tanto no IHRU como no Ministério do Ambiente, onde se integra a Secretaria de Estado da Habitação, em Outubro e Novembro.

Um momento emancipatório foi a manifestação no dia 22 de Setembro de 2018 sob o lema “Pelas nossas casas, pelas nossas vidas, lutamos!”, durante a qual a Cristina e a Roberta, entre várias outras pessoas de diferentes contextos (famílias ciganas de Beja, ocupantes de casas camarárias vazias em Lisboa, etc.), subiam a uma carrinha de caixa aberta que foi organizada para ser palco de um microfone aberto, e onde discursaram de forma a deixar as pessoas saberem quais as problemáticas que enfrentam no quotidiano, e o que reivindicam: casas para todos, já! Nisto a Cristina

lamentou que a Assembleia dos Bairros andava um pouco desorganizada no momento, mas que estava confiante que ia voltar a funcionar para expandir a luta coletiva, e, além disto, explicou com orgulho como conheceu a associação Habita e, recentemente, se tornou sócia.

BIBLIOGRAFIA

- Abramo, P. (2007). A cidade com-fusa - A mão inoxidável do mercado e a produção da estrutura urbana nas grandes metrópoles latino-americanas. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 9(n. 2), 25–54.
- Abramo, P. (2009). O mercado informal de solo em favelas e a mobilidade residencial dos pobres nas grandes cidades: um marco metodológico. Em P. Abramo (Ed.), *Favela e mercado informal: a nova porta de entrada dos pobres nas cidades brasileiras* (pp. 14–47). Porto Alegre: ANTAC.
- Agier, M. (2000). *Anthropologie du carnaval: la ville, la fête et l’Afrique à Bahia*. Marseille : Paris: Parenthèses ; IRD.
- Agier, M. (2015). Do refúgio nasce o gueto: antropologia urbana e política dos espaços precários. Em P. Birman, M. P. Leite, C. Machado, & S. de S. Carneiro, *Dispositivos urbanos e trama dos viventes: ordens e resistências* (pp. 33–53). FGV editora.
- Albert, B. (1997). ‘Ethnographic Situation’ and Ethnic Movements: Notes on post-Malinowskian fieldwork. *Critique of Anthropology*, 17(1), 53–65.
- Alves, A. R. (2016). (PRÉ) TEXTOS E CONTEXTOS: Media, Periferia e Racialização. *Revista de Ciências Sociais POLÍTICA & TRABALHO*, nº 44(Racismo, sociedade, cultura e política: diálogos Brasil-Portugal), 91–107.
- Alves, A. R. (2018). Realojar, despejar, guetizar. Arqueologias de uma violência obliterada: habitação e racismo nos relatórios nacionais/internacionais. *COMBAT, working paper*(#02).
- Anderson, N. (1923). *The Hobo: the sociology of the homeless man*. Chicago, Ill.: University of Chicago Press.
- Andreas, C. (1985). *When women rebel: the rise of popular feminism in Peru*. Brooklyn, N.Y.: Lawrence Hill Books.
- Antunes, G. M. F. dos S. (2017). *Políticas sociais de habitação (1820-2015): espaço e tempo no Concelho de Lisboa* (Tese de Doutoramento em Geografia e Planeamento Territorial). Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa. Obtido de
- Antunes, M. (2003). “O GRUPO É A MINHA ALMA”: AMIZADE E PERTENÇA ENTRE JOVENS. Em G. I. Cordeiro, L. V. Baptista, & A. F. da Costa (Eds.), *Etnografias urbanas* (1 ed, pp. 143–156). Oeiras, Portugal: Celta Editora.
- Arendt, H. (1951). *The Origins of Totalitarianism*. New York.
- Asad, T. (2004). Where Are the Margins of the State? Em D. Poole & V. Das (Eds.), *Anthropology in the Margins of the State* (first, pp. 279–288). New Delhi: School

for Advanced Research Press.

Ascensão, E. (2010). The 'postcolonial slum': informal settlement as a 'building event' in Lisbon, Portugal. *Working Paper*, (The Urban Salon), 36.

Ascensão, E. (2013). A barraca pós-colonial: materialidade, memória e afecto na arquitectura informal. Em N. Domingos & E. Peralta (Eds.), *Cidade e império: dinâmicas coloniais e reconfigurações pós-coloniais* (pp. 425–473). Lisboa, Portugal: Edições 70.

Ascensão, E. (2016). The Slum Multiple: A Cyborg Micro-history of an Informal Settlement in Lisbon. *International Journal of Urban and Regional Research*, 39(5), 948–964.

Baía, J. (2012). *SAAL e autoconstrução em Coimbra: memórias dos moradores do bairro da Relvinha 1954-1976*. Castro Verde: 100 Luz.

Balbo, M. (2007). *International migrations and the "Right to the City"*. UNESCO Chair Expert Group Meeting: UN-HABITAT.

Bastia, T. (2018). Transnational migration and the gendered right to the city in Buenos Aires. *Cities*, 76, 18–22.

Bastos, S. P. (1997). *O Estado Novo e os seus vadios: contribuição para o estudo das identidades marginais e da sua repressão* (1a. ed). Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Bauder, H. (2016). Possibilities of Urban Belonging: Possibilities of Urban Belonging. *Antipode*, 48(2), 252–271.

Beja Horta, A. P. (2007). Le ghetto imaginé : Nouvelles spatialités et marginalisation sociale dans les quartiers de la périphérie de Lisbonne. *Revue géographique des Pyrénées et du Sud-Ouest. Sud-Ouest Européen*, 24(1), 75–86.

Beja-Horta, A. P. (2006). Places of resistance. *City*, 10(3), 269–285.

Bernasconi, R. (2002). The Ghetto and Race. Em D. T. Goldberg & J. Solomos (Eds.), *A companion to racial and ethnic studies* (pp. 340–347). Malden, Mass: Blackwell.

Boal, F. W. (1998). Exclusion and inclusion: segregation and deprivation in Belfast. Em S. Musterd & W. J. M. Ostendorf (Eds.), *Urban segregation and the welfare state: inequality and exclusion in western cities* (pp. 94–109). London ; New York: Routledge.

Boissevain, J. (1974). *Friends of friends: networks, manipulators and coalitions*. Oxford: Blackwell.

Bourdieu, P. (1998). *Contrafogos*. (M. S. Pereira, Trad.) (1ª edição portuguesa). Oeiras: Celta Editora.

Bourdieu, P. (2012). *Sur l'État: cours au Collège de France, 1989-1992*. (P. Champagne,

- Ed.). Paris: Raisons d’agir : Seuil.
- Bourgois, P. (2003). *In search of respect: selling crack in El Barrio* (2nd ed). Cambridge: Cambridge University Press.
- Braga, J. (2015). Participatory Aesthetics and Makeshift Urbanism: Cases of Guimarães, Cova do Vapor, and Terras da Costa. Em K. Shankar & K. Larson (Eds.), *Participatoryurbanisms: ananthology*.
- Burchell, G. (1996). Liberal Government and Techniques of the Self. Em A. Barry, T. Osborne, & N. S. Rose (Eds.), *Foucault and political reason: liberalism, neo-liberalism, and rationalities of government* (pp. 19–36). Chicago: University of Chicago Press.
- Burgess, E. W. (1967). The Growth of the City. Em R. E. Park, E. W. Burgess, & R. D. McKenzie (Eds.), *The City*. Chicago: University of Chicago Press.
- Butler, J., & Athanasiou, A. (2013). *Dispossession: the performative in the political*. Malden, MA: Polity.
- Cabannes, Y., & Raposo, I. (2013). Peri-urban agriculture, social inclusion of migrant population and Right to the City: Practices in Lisbon and London. *City*, 17(2), 235–250.
- Cachado, R. Á. (2008). Poverty Political Discourse and its Effects - Portuguese Hindus Between Shanty Town and The Social Housing Estate. *Arquivos da Memória, N.º3 (Nova Série)*(Mundos Urbanos e Contemporaneidade), 39–57.
- Cachado, R. Á. (2012). *Uma etnografia na cidade alargada: hindus da Quinta da Vitória em processo de realojamento*. Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian : Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.
- Cachado, R. Á. (2013a). O Programa Especial de Realojamento: Ambiente histórico, político e social. *Análise Social 206, 206 (XLVIII)*(206 (XLVIII)), 135–152.
- Cachado, R. Á. (2013b). O registo escondido num bairro em processo de realojamento: o caso dos hindus da Quinta da Vitória. *Etnografica*, (vol. 17 (3)), 477–499.
- Cachado, R. Á., & Baía, J. (2012). *Políticas de habitação e construção informal*. Lisboa: Mundos Sociais.
- Cachado, R. Á., & Nunes, J. P. S. (2013). Entrevista com Raul da Silva Pereira — Habitação e Sociedade. *Análise Social 206, 206 (XLVIII)*(206 (XLVIII)), 183–191.
- Çağlar, A., & Glick Schiller, N. (2018a). Introduction: Multiscalar City-Making and Emplacement: Processes, Concepts, and Methods. Em *Migrants and city-making: multiscalar perspectives on dispossession* (pp. 1–32). Durham: Duke University Press.

- Çağlar, A., & Glick Schiller, N. (2018b). *Migrants and city-making: multiscalar perspectives on dispossession*. Durham: Duke University Press.
- Carmo, R., Cachado, R. Á., & Ferreira, D. (2015). Desigualdades em tempos de crise: vulnerabilidades habitacionais e socioeconómicas na Área Metropolitana de Lisboa. *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, (40), 1–2.
- Carvalho, C. (2000). Reflexions autour des histoires d’origine à Pecixe (Cacheu). Em G. Gaillard (Ed.), *Migrations anciennes et peuplement actuel des Côtes guinéennes* (pp. 223–240). Paris: L’Harmattan.
- Chaves, M. (1999). *Casal Ventoso, da gandaia ao narcotráfico: marginalidade económica e dominação simbólica em Lisboa*. Lisboa, Portugal: Impr. de Ciências Sociais, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Clastres, P. (1979). *A sociedade contra o Estado: investigações de antropologia política*. (B. Frey, Trad.). Porto: Afrontamento.
- Cordeiro, G. I. (1997). *Um lugar na cidade: quotidiano, memória e representação no Bairro da Bica*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Cordeiro, G. I., Baptista, L. V., Costa, A. F. da, & Antunes, M. (Eds.). (2003). *Etnografias urbanas* (1 ed). Oeiras, Portugal: Celta Editora.
- Correio da Manhã. (2011, Outubro 17). Moradores do bairro da Torre exigem novas casas. *Correio da Manhã*.
- Costa, A. F. da. (1999). *Sociedade de bairro: dinâmicas sociais da identidade cultural*. Oeiras: Celta.
- Cressey, P. G. (1932). *The taxi-dance hall: a sociological study in commercialized recreation and city life*. Chicago, Illinois: University of Chicago Press.
- Das, V. (2004). The Signature of the State: The Paradox of Illegibility. Em V. Das & D. Poole (Eds.), *Anthropology in the Margins of the State* (first, pp. 225–252). New Delhi: School for Advanced Research Press.
- Deutsche Welle. (2017a, Março 8). Africanos de bairro lisboeta vivem em condições desumanas. *Deutsche Welle*.
- Deutsche Welle. (2017b, Março 17). Bairro da Jamaica na margem sul de Lisboa: A prolongada esperança. *Deutsche Welle*.
- Diário de Notícias. (2018, Agosto 2). Bairro da Torre, a caverna do século XXI. Sem luz e sem água. *Diário de Notícias*.
- Dikeç, M. (2001). Justice and the Spatial Imagination. *Environment and Planning A*, 33(10), 1785–1805.
- Dikeç, M. (2005). Space, Politics, and the Political. *Environment and Planning D: Society and Space*, 23(2), 171–188.

- Drago, A. (2017). Is This What The Democratic City Looks Like? Local Democracy, Housing Rights and Homeownership in the Portuguese Context. *International Journal of Urban and Regional Research*, 41(3), 426–442.
- Eames, E., & Goode, J. (1977). *Anthropology of the city: an introduction to urban anthropology*. Englewood Cliffs, N.J: Prentice-Hall.
- Elias, N. (1994). *The civilizing process*. Oxford [England]; Cambridge, Mass.: Blackwell.
- Ferguson, J., & Gupta, A. (2002). Spatializing States: Toward an Ethnography of Neoliberal Governmentality. *American Ethnologist*, 29(4), 981–1002.
- Ferre, M. C. (2004). Deterritorialized Citizenship and the Resonances of the Sierra Leonean State. Em D. Poole & V. Das (Eds.), *Anthropology in the Margins of the State* (first, pp. 81–116). New Delhi: School for Advanced Research Press.
- Fernandes, L. (1998). *O sítio das drogas: etnografia das drogas numa periferia urbana* (1a. ed). Lisboa: Notícias.
- Fox, R. G., & Starn, O. (1997). *Between resistance and revolution: cultural politics and social protest*. New Brunswick, N.J.: Rutgers University Press.
- Gable, E. (1990). *Modern Manjaco. The Ethos of Power in a West African Society*. (PHD Dissertation). University of Virginia.
- Gans, H. J. (1962). *The urban villagers: group and class in the life of Italian-Americans*. New York: Free Press of Glencoe.
- Garapich, M. P. (2008). Odyssean Refugees, Migrants, and Power: Construction of the “Other” and Civic Participation within the Polish Community in the United Kingdom. Em D. Reed-Danahay & C. Brettell (Eds.), *Citizenship, political engagement, and belonging: immigrants in Europe and the United States* (pp. 124–143). New Brunswick, N.J: Rutgers University Press.
- Glick Schiller, N., & Çağlar, A. (2009). Towards a Comparative Theory of Locality in Migration Studies: Migrant Incorporation and City Scale. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 35(2), 177–202.
- Glick Schiller, N., & Çağlar, A. (2011a). Downscaled Cities and Migrant Pathways: Locality and Agency without an Ethnic Lens. Em N. Glick Schiller & A. Çağlar (Eds.), *Locating migration: rescaling cities and migrants* (pp. 190–212). Ithaca: Cornell University Press.
- Glick Schiller, N., & Çağlar, A. (2011b). Introduction: Migrants and Cities. Em N. Glick Schiller & A. Çağlar (Eds.), *Locating migration: rescaling cities and migrants* (pp. 1–22). Ithaca: Cornell University Press.
- Glick Schiller, N., & Çağlar, A. (Eds.). (2011c). *Locating migration: rescaling cities and migrants*. Ithaca: Cornell University Press.

- Glick Schiller, N., & Çağlar, A. (2016). Displacement, emplacement and migrant newcomers: rethinking urban sociabilities within multiscalar power. *Identities*, 23(1), 17–34.
- Gluckman, M. (1940). ANALYSIS OF A SOCIAL SITUATION IN MODERN ZULULAND. *Bantu Studies*, 14(1), 1–30.
- Godinho, P. (1998). *Memórias da resistência rural no sul - Couço (1958-1962)* (Tese de Doutoramento). Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa. Obtido de
- Gorjão Henriques, J., & Batista, F. (2017). *Somos negros. Portugal ainda não dá valor como gente* [Reportagem]. PÚBLICO.
- Graeber, D. (2013). *The democracy project: a history, a crisis, a movement*. London: Penguin Books.
- Guerra, I. (2011). As políticas de habitação em Portugal: à procura de novos caminhos. *CIDADES, Comunidades e Territórios*, (22), 41–68.
- Hannerz, U. (1969). *Soulside: inquiries into ghetto culture and community*. New York: Columbia University Press.
- Hannerz, U. (1980). *Exploring the city: inquiries toward an urban anthropology*. New York: Columbia University Press.
- Harvey, D. (2003). *The new imperialism*. Oxford ; New York: Oxford University Press.
- Harvey, D. (2012). *Rebel cities: from the right to the city to the urban revolution*. New York: Verso.
- Hobsbawm, E. J. (1972). *Primitive Rebels: Studies in Archaic Forms of Social Movement in the 19th and 20th Centuries*. Manchester University Press.
- Holston, J. (Ed.). (1999). *Cities and citizenship*. Durham [N.C.]: Duke University Press.
- Holston, J. (2008). *Insurgent citizenship: disjunctions of democracy and modernity in Brazil*. Princeton: Princeton Univ. Press.
- Holston, J. (2016). Rebeliões metropolitanas e planejamento insurgente no século XXI. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 18(2), 191.
- IHRU. (2015a). *1987-2011 – 25 anos de esforço do Orçamento do Estado com a habitação*. Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana.
- IHRU. (2015b). Caracterização das Condições de Habitação das Comunidades Ciganas Residentes em Portugal 2013-14. Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana.
- IHRU. (2018, Fevereiro). Levantamento Nacional das Necessidades de Realojamento Habitacional. Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana.

- Jornal de Negócios. (2017, Novembro 8). Investimento na habitação é “muito superior” ao previsto no OE.
- Jornal de Notícias. (2006, Abril 10). Jamaica sem solução à vista. *Jornal de Notícias*.
- Jornal de Notícias. (2017, Fevereiro 7). Três polícias agredidos durante despejo no Bairro 6 de Maio. *Jornal de Notícias*.
- Kassovitz, M. (1995). *La Haine* [Cor].
- Koopmans, R., & Statham, P. (Eds.). (2000). *Challenging immigration and ethnic relations politics: comparative European perspectives*. Oxford ; New York: Oxford University Press.
- Lamphere, L. (Ed.). (1992). *Structuring diversity: ethnographic perspectives on the new immigration*. Chicago: University of Chicago Press.
- Leeds, A. (1968). The Anthropology of Cities: Some Methodological Issues. Em M. Fried, M. Harris, & R. Murphy, *Urban Anthropology, Research Perspectives and Strategies* (pp. 31–47). Athens, Georgia: University of Georgia Press.
- Leeds, A. (1973). Locality Power in Relation to Supralocal Power Institutions. Em A. Southall, *Urban anthropology ; cross-cultural studies of urbanization* (Vol. Wenner-Gren Foundation for Anthropological Research, pp. 15–41). New York: Oxford University Press.
- Leeds, A., & Leeds, E. (1978). *A sociologia do Brasil urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Lefebvre, H. (1968). *Le droit à la ville*. Paris: Éd. Anthropos.
- Lefebvre, H. (1991). *The production of space*. Oxford, OX, UK; Cambridge, Mass., USA: Blackwell.
- Lefebvre, H. (2008). *O direito à cidade*. (R. E. F. Frias, Trad.). São Paulo: Centauro Editora.
- Lima, A. P. de, & Sarró, R. (2006). Já dizia Malinowski: sobre as condições da possibilidade da produção etnográfica. Em *Terrenos metropolitanos: ensaios sobre produção etnográfica* (1a. ed, pp. 17–34). Lisboa: ICS, Impr. de Ciências Sociais : Distribuição, HT.
- Lima, E. C. de, Smiljanic, M. I., & Fernandes, R. C. (2008). Uma Antropologia Engajada: Entrevista com Terence Turner. *CAMPOS - Revista de Antropologia Social*, 9(2).
- Lima, M., & Alves, A. R. (2017, Dezembro 29). Relatos de guerra, pobreza e racismo institucional: A luta por uma habitação digna aqui e agora. *Jornal Mapa*.
- Lusa. (2017, Fevereiro 9). Bloco de Esquerda questiona Governo sobre alegada violência policial na Amadora.

- Lusa. (2018a, Janeiro 30). Câmara vai realojar 23 famílias do bairro da Torre. *PÚBLICO*.
- Lusa. (2018b, Dezembro 20). Concluída primeira fase de realojamento dos moradores do bairro da Jamaica no Seixal. *Diário de Notícias*.
- Malheiros, J. (1996). *Imigrantes na região de Lisboa: os anos da mudança, imigração e processo de integração das comunidades de origem indiana*. Lisboa: Edições Colibri.
- Malheiros, J. (Ed.). (2014). *Diagnóstico da População Imigrante em Portugal Desafios e Potencialidades*. Lisboa: Alto-Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI).
- Malheiros, J., & Fonseca, M. L. (Eds.). (2011). *Acesso à Habitação e Problemas Residenciais dos Imigrantes em Portugal*. Lisboa: Alto-Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI).
- Malheiros, J., & Vala, F. (2004). Immigration and city change: The Lisbon metropolis at the turn of the twentieth century. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 30(6), 1065–1086.
- Malinowski, B. (1992). *Argonauts of the Western Pacific: an account of native enterprise and adventure in the Archipelagoes of Melanesian New Guinea*. London: Routledge.
- Mendes, M. M. (2003). Recensão: Joaquim Gomes Canotilho (org.), Direitos Humanos, Estrangeiros, Comunidades Migrantes e Minorias. *Análise Social, Volume XXXVIII*(Número 167).
- Mendes, P. (2014). *Entre os «Saberes Locais» e o «Saber Universal»: a modernização das comunidades Manjaco e Mandjização do Estado da Guiné-Bissau* (Tese de doutoramento em em Pós-Colonialismos e Cidadania Global). Universidade de Coimbra, Coimbra. Obtido de
- Ministério do Ambiente. (2016, Abril). Fundo Nacional de Reabilitação do Edificado Semana da Reabilitação Urbana de Lisboa.
- Mitchell, J. C. (1956). *The Kalela Dance: Aspects of Social Relationships Among Urban Africans in Northern Rhodesia*. Rhodes-Livingstone Institute by the Manchester University Press.
- Mitchell, J. C. (1978). Theoretical Orientations in African Urban Studies. Em M. Banton (Ed.), *The social anthropology of complex societies* (Repr, pp. 37–68). London: Tavistock.
- Mitchell, J. C. (1987). *Cities, society, and social perception: a Central African perspective*. Oxford [Oxfordshire]; New York: Clarendon Press ; Oxford University Press.
- Mota, A. T. da. (1954). *Guiné-Portuguesa* (Vol. Vol. II). Lisboa: Agência Geral do

Ultramar.

- Mullings, L. (Ed.). (1987). *Cities of the United States: studies in urban anthropology*. New York: Columbia University Press.
- Narotzky, S., & Smith, G. A. (2006). *Immediate struggles: people, power, and place in rural Spain*. Berkeley: University of California Press.
- Neuwirth, R. (2005). *Shadow cities: a billion squatters, a new urban world*. New York: Routledge.
- Park, R. E. (1916). The City: Suggestions for the Investigation of Human Behavior in the Urban Environment. *The American Journal of Sociology*, Reprinted in Sennett 1961(20), 91–130.
- Passy, F. (2003). Social Networks Matter. But How? Em M. Diani & D. McAdam (Eds.), *Social Movements and Networks: Relational Approaches to Collective Action* (pp. 21–48). Oxford University Press, USA.
- Però, D. (2008). Migrants' Mobilization and Anthropology: Reflections from the Experience of Latin Americans in the United Kingdom. Em D. Reed-Danahay & C. Brettell (Eds.), *Citizenship, political engagement, and belonging: immigrants in Europe and the United States* (pp. 103–123). New Brunswick, N.J: Rutgers University Press.
- Pina Cabral, J. de. (2000). A difusão do limiar: margens, hegemonias e contradições. *Análise Social*, 34(153), 865–892.
- Pina Cabral, J. de. (2006). Reflexões finais. Em *Terrenos metropolitanos: ensaios sobre produção etnográfica* (1a. ed, pp. 177–192). Lisboa: ICS, Impr. de Ciências Sociais : Distribuição, HT.
- Poole, D., & Das, V. (Eds.). (2004a). *Anthropology in the Margins of the State* (first). New Delhi: School for Advanced Research Press.
- Poole, D., & Das, V. (2004b). State and Its Margins: Comparative Ethnographies. Em D. Poole & V. Das (Eds.), *Anthropology in the Margins of the State* (first, pp. 3–34). New Delhi: School for Advanced Research Press.
- Porta, D. D., & Diani, M. (2006). *Social movements : an introduction* (2.^a ed.). Oxford: Blackwell.
- PÚBLICO. (2008, Agosto 27). Câmara de Loures realoja 82 famílias do Bairro da Torre na Quinta das Mós.
- PÚBLICO. (2016a, Dezembro 13). Relatora da ONU sobre habitação em Portugal: “Algumas das condições que vi são deploráveis”. Obtido 18 de Janeiro de 2017, de <https://www.publico.pt/2016/12/13/sociedade/noticia/nao-se-pode-demolir-uma-casa-sabendo-que-a-pessoa-vai-ficar-semabrigo-1754581>

- PÚBLICO. (2016b, Dezembro 14). Bairro da Torre: «Vivemos na escuridão. Tenho que dar banho às crianças no quintal». *PÚBLICO*.
- PÚBLICO. (2017a, Abril 7). No bairro da Jamaica sobem-se escadas às apalpadelas. *PÚBLICO*.
- PÚBLICO. (2017b, Agosto 26). Racismo. Há uma preferência “óbvia” dos senhorios em arrendarem casa a brancos. *PÚBLICO*.
- PÚBLICO. (2017c, Dezembro 21). Famílias do Bairro da Jamaica vão ser realojadas, diz Ministério do Ambiente. *PÚBLICO*.
- PÚBLICO. (2018a, Janeiro 30). Câmara manda despejar prédio em Arroios ocupado desde Setembro. *PÚBLICO*.
- PÚBLICO. (2018b, Fevereiro 1). Há 19 famílias do Bairro da Torre que já foram realojadas.
- PÚBLICO. (2018c, Agosto 23). Impasse no Bairro da Torre: quem demolirá de vez estas barracas? *PÚBLICO*.
- Purcell, M. (2014). Possible Worlds: Henri Lefebvre and the Right to the City. *Journal of Urban Affairs*, 36(1), 141–154.
- Rebolo, J. M. T. (2016). *O realojamento do bairro chinês em Marvila participação e autoconstrução como processo - o caso da PRODAC (1970-1974)* (Tese de doutoramento em Arquitetura e Urbanismo). ISCTE-IUL, Lisboa. Obtido de
- Ribas-Mateos, N. (2002). Women of the South in Southern European Cities: A Globalized Domesticity. Em M. L. Fonseca, J. Malheiros, & N. Ribas-Mateos, *Immigration and place in Mediterranean metropolises* (Vol. 1. ed., pp. 53–66). Lisbon: Luso-American Development Foundation.
- Rodrigues, C. (2014). Participação e qualidade da democracia no Portugal democrático: o caso do realojamento no bairro de Santo António, em Camarate. *Observatório Político*, (#46).
- Rodrigues, J. C. (2003). As Lógicas Sociais dos Processos de Realojamento: Da Requalificação Residencial às Lutas de Classificação em Novos Bairros de Habitação Social. *Cidades: Comunidades e Territórios*, no. 7, 91–99.
- Rodrigues, J., Santos, A. C. dos, & Teles, N. (2016). *A financeirização do capitalismo em Portugal*. Coimbra: Actual.
- Rogers, A., & Vertovec, S. (Eds.). (1995). *The urban context: ethnicity, social networks, and situational analysis*. Oxford [England] ; Washington, D.C: Berg Publishers.
- Rolnik, R. (2015). *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças* (1a edição). São Paulo, SP: Boitempo.
- Rouan, M. (2009). Urban Citizenship and the Right to the City: The Case of

- Undocumented Immigrants in Marseille. *University College London, The Bartlett Development Planning Unit*(No. 135).
- RTP. (2017, Fevereiro 7). Demolições num bairro da Amadora terminaram em violência. *País*.
- Saint-Maurice, A., & Pena Pires, R. (1989). Descolonização e migrações: Os imigrantes dos PALOP em Portugal. *Revista Internacional de Estudos Africanos*, 10, 203–226.
- Sanjek, R. (1990). Urban Anthropology in the 1980s: A World View. *Annual Review of Anthropology*, 19(1), 151–186.
- Santos, B. de S. (2011). *Portugal: ensaio contra a autoflagelação*. Coimbra: Almedina.
- Scheper-Hughes, N. (1995). The Primacy of the Ethical: Propositions for a Militant Anthropology. *Current Anthropology*, 36(3), 409–440.
- Scott, J. C. (1985). *Weapons of the weak: everyday forms of peasant resistance*. New Haven: Yale University Press.
- Scott, J. C. (1990). *Domination and the Arts of Resistance. Hidden transcripts*. Yale University Press.
- Scott, J. C. (1998). *Seeing like a state: how certain schemes to improve the human condition have failed*. New Haven: Yale University Press.
- Scott, J. C. (2009). *The art of not being governed: an anarchist history of upland Southeast Asia*. New Haven: Yale University Press.
- Secor, A. J. (2003). Citizenship in the City: Identity, Community, and Rights Among Women Migrants to Istanbul. *Urban Geography*, 24(2), 147–168.
- Secretária de Estado da Habitação. (2017, Dezembro 21). Solução de realojamento para 234 famílias de Vale de Chicharos, no Seixal.
- Serra, N. (2002). *Estado, território e estratégias de habitação*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Shukaitis, S., & Graeber, D. (Eds.). (2007). *Constituent imagination: militant investigations//collective theorization*. Oakland, CA: AK Press.
- Silva, C., & Menezes, M. (2015). A questão habitacional em Portugal e a crise económico-financeira: apontamentos sobre a desventura daqueles que precisam de casa. *Libertas - Revista da Faculdade de Serviço Social*, 15, 119–142.
- Simmel, G. (1973). *A metrópole e a vida mental*. São Paulo.
- Susser, I. (2012). *Norman street: poverty and politics in an urban neighborhood* (Updated ed). Oxford ; New York: Oxford University Press.

- Tarlo, E. (2000). Body and Space in a Time of Crisis. Em V. Das, *Violence and subjectivity* (pp. 240–270). Berkeley ; London : University of California Press.
- Tarrow, S. G. (1998). *Power in movement: social movements and contentious politics* (2nd ed). Cambridge [England] ; New York: Cambridge University Press.
- Trouillot, M. (2001). The Anthropology of the State in the Age of Globalization: Close Encounters of the Deceptive Kind. *Current Anthropology*, 42, 125–138.
- Turner, T. (1991). Representing, resisting, rethinking: historical transformations of Kayapo culture and anthropological consciousness. Em G. W. Stocking (Ed.), *Colonial situations: essays on the contextualization of ethnographic knowledge* (pp. 285–313). Madison, Wis: University of Wisconsin Press.
- Turner, T. (2014). Da Cosmologia à História: resistência, adaptação e consciência social entre os Kayapó. *Cadernos de Campo (São Paulo, 1991)*, 1(1), 68.
- United Nations. (2017, Fevereiro 28). Report of the Special Rapporteur on adequate housing as a component of the right to an adequate standard of living, and on the right to non-discrimination in this context - Mission to Portugal. Office of the High Commissioner for Human Rights.
- Vasconcelos, L. M. C. de A. e. (2002). *Heroína e agência: Lisboa como território psicotrópico nos anos noventa*. s.n., Lisboa.
- Wacquant, L. (2008). *Urban outcasts: a comparative sociology of advanced marginality*. Cambridge: Polity Press.
- White, P. (1998). Ideologies, social exclusion and spatial segregation in Paris. Em S. Musterd & W. J. M. Ostendorf (Eds.), *Urban segregation and the welfare state: inequality and exclusion in western cities* (pp. 148–167). London ; New York: Routledge.
- Whyte, W. F. (1943). *Street Corner Society: The Social Structure of an Italian Slum* (1st Edition). University of Chicago.
- Wirth, L. (1938). Urbanism as a Way of Life. *The American Journal of Sociology*, 44(1), 1–24.

ANEXOS

A) Guiões das entrevistas

Guião Cristina

1. Como e que foi a sua chegada no bairro?
2. Onde nasceu?
3. Há quanto tempo em Portugal?
4. Há quanto tempo no bairro?
5. Como foi a experiencia de juntar-se a Assembleia? Como surgiu?
6. O que acha da Caravana?
7. Quais as expectativas?
8. O que significa o Direito à Habitação para si?
9. Tem experiencia de ativismo, de luta?
10. Porque e desde quando reclama e reivindica?
11. Quais as vitórias até então?
12. O que correu mal e o que correu bem?
13. Qual o papel das organizações externas?

Guião Roberta

1. Porque participou na Caravana?
2. Em que visitas participou? (Mouraria, Açores e ... ?)
3. O que acha dos sítios visitados? E das pessoas e associações?
4. Quais as expectativas?
5. Acha que teve resultados? Vitórias?
6. O que significa o Direito à Habitação para si?
7. Desde quando está ativa na Assembleia dos Bairros?
8. Já esteve ativa em alguma associação? (Ela faz parte de Refood!) Já tem experiência de ativismo?
9. Desde quando reclama ou reivindica?
10. Qual o papel das associações e grupos de apoio?
11. Como é que foi a sua chegada à Portugal?
12. Quando é que chegou ao Bairro da Torre? E de onde veio?
13. Realojamento ou melhorias no Bairro? O que defende/prefere?
14. Como está se passar este processo? Qual o seu papel?
15. Quais as áreas em que já trabalhou? Nacionalidade importa? Acha que há racismo?
16. Quais os eventos em que esteve presente? Nos últimos meses, anos? (Jantar-Benefit, Festa no Torre, Mouraria, etc.)

17. O que é que marcou a sua luta de forma mais forte?

18. Discutir a intervenção dela numa reunião da Assembleia depois do percurso da Caravana:

➔ Roberta disse que gostou muito da viagem aos Açores e agradeceu à deus numa reunião da Assembleia. A caravana está dentro do seu coração e tem de continuar tudo misturado [assembleia + caravana].

Guião Fernanda

1. Porque participou na Caravana?
2. O que acha dos sítios visitados? E das pessoas e associações?
3. Quais as expectativas?
4. Acha que teve resultados? Vitórias?
5. O que significa o Direito à Habitação para ti?
6. Desde quando está ativa na Assembleia dos Bairros?
7. Já esteve ativa em alguma associação? Já tem experiência de ativismo?
8. Desde quando reclama ou reivindica?
9. E as associações e grupos de apoio?
10. Como é que foi a sua chegada a Portugal?
11. Quando é que chegou ao Bairro 6 de Maio? E de onde veio?
12. Onde mora atualmente?
13. Quais as áreas em que já trabalhou? Nacionalidade importa? Enfrenta racismo?
14. Visita Quinta da Fonte: Como foi e o que achou do bairro e das pessoas?
15. O que fez durante festa na Torre?
16. O que acho da experiência de Beja?

17. ➔ A Assembleia da República no dia 08 de Novembro 2017: visita durante a sessão sobre o Orçamento de Estado. O que acho desta acção?
18. ➔ Audiência na SEH no Ministério do Ambiente (29.11.2017): ela entrou? Não entrou? O que achou?
19. ➔ Mobilização contra o despejo de um Morador do 6 de Maio e mais 6 pessoas (18.01.2018): ela participou! Porque?
20. ➔ Assembleia dos Bairros Jamaica (11.03.18): deu o relato do bairro junto com o morador quase perdeu sua casa em Janeiro (18.01.2018)
21. ➔ Manifestação Rock in Riot?! Como avalia esta experiencia?

Guião Sebastião

1. Porque participou na Caravana?
2. Que sítios visitou? (Torre, São Miguel)
3. O que acha destes sítios? E das pessoas e associações?
4. Quais as expectativas?
5. Acha que teve resultados? Vitórias?
6. O que significa o Direito à Habitação para ti?
7. Desde quando está ativo na Assembleia dos Bairros?
8. Quais as atividades em outras organizações ou associações?
9. Desde quando reclama ou reivindica?
10. Qual papel têm as associações e grupos de apoio?
11. Como é que foi a sua chegada a Portugal?
12. Quando é que chegou ao Bairro da Jamaica? E de onde veio?
13. A Nacionalidade, acha que é uma coisa importante? Enfrenta racismo?
14. Quais as obras em que trabalha pela Área Metropolitana de Lisboa? Estão ligadas ao turismo?
15. Como avalia os encontros com os políticos e órgãos do estado e do município?

16. O que acha do processo de realojamento que está a ser levado a cabo pela Câmara Municipal do Seixal?

17. A passagem aos Açores? Como é que foi? Como avalia?

➔ Ele tinha pedido o gravador durante a ação do leilão para entrevistar uma senhora que tinha problemas habitacionais!

18. ➔ Discutir as intervenções durante as Assembleias dos Bairros:

22.10.2018: Sebastião acha vergonha a falta de participação de moradores

“Temos de regar uma planta para ter frutos”

“Sem vocês (pessoas e grupos que apoiam a assembleia) não conseguimos nada”

Acha importante conhecer outras situações

➔ Sebastião propôs um encontro entre Câmara de Seixal, Governo, associação de moradores do Jamaika.

19. 18.02.2018: No que concerne o realojamento “Já vencemos nos flancos”,
“não deveríamos descansar até a ultima pessoa receba casa” “temos que estar inseridos na sociedade portuguesa”

Guião Ana

1. Como e que foi a sua chegada no bairro?
2. Onde nasceu?
3. Há quanto tempo em Portugal?
4. Há quanto tempo no bairro?
5. Como foi a experiencia de juntar-se a Assembleia? Como surgiu?
6. O que acha da Caravana?
7. Quais as expectativas?
8. O que significa o Direito à Habitação para si?
9. Tem experiencia de ativismo, de luta?
10. Porque e desde quando reclama e reivindica?
11. Quais as vitórias até então?
12. O que correu mal e o que correu bem?

B) Cronologia da Caravana

I Concepção:

14.05.2017	Assembleia dos Bairros na Torre (não estive presente)
17.05.2017	Audição na 11ª Comissão da Assembleia da República com a Assembleia dos Bairros (não estive presente)
22.05.2017	1º reunião de preparação (Mob)
28.05. 2017	Assembleia dos Bairros no Jamaika
30.05.2017	Reunião da Metodologia (não estive presente)
06.06.2017	2º reunião de preparação (Mob)

II Preparação:

13.06.2017	3º reunião de preparação (Mob)
18.06.2017	Assembleia dos Bairros no 6 de Maio
20.06.2017	4º reunião de preparação (Mob)
04.07.2017	5º reunião de preparação (Mob)
09.07.2017	Atividade no Bairro da Torre (Metodologia)
11.07.2017	6º reunião de preparação (Mob)
16.07.2017	Festa da Independência de São Tomé no Jamaika
18.07.2017	7º reunião de preparação (Mob)
18.07.2017	Visita aos bairros Jamaika, 6 de Maio e Torre do Grupo de Trabalho da

	Assembleia da República (não estive presente)
23.07.2017	Assembleia dos Bairros no Jamaika
01.08.2017	8º reunião de preparação (Mob)
06.08.2017	Assembleia dos Bairros na Torre
08.08.2017	9º reunião de preparação (Mob)
17.08.2017	10º reunião de preparação (Mob)
20.08.2017	Assembleia dos Bairros no 6 de Maio (não estive presente)
26.08.2017	Jantar Benefit (Disgraça)
29.08.2017	11º reunião de preparação (Mob)
03.09.2017	Assembleia dos Bairros no Jamaika

III Caravana em Setembro:

08.09.2017	Casal da Boba, Cova da Moura (Santa Filomena), Bairro 6 de Maio
09.09.2017	2º Torrão, Bairro da Jamaika
10.09.2017	Quinta da Fonte, Bairro da Torre
15.09.2017	Mouraria (Lisboa)
16.09.2017	Cruz Vermelha (Lumiar), Lóios (Chelas)
17.09.2017	Beja
22.09.2017	Porto (zona oriental)
23.09.2017	Porto (zona ocidental)

24.09.2017	Coimbra
30.09.2017	Ponta Delgada, São Miguel, Açores

IV Desdobramentos pós Caravana:

13.10.2017	1º Reunião depois da Caravana no Intendente
18.10.2017	Audição na 11ª Comissão da Assembleia da República com o Bairro da Jamaica
20.10.2017	Reunião no 6 de Maio devido a alertas sobre demolições e a visita da Amnistia Internacional
22.10.2017	Assembleia dos Bairros na Torre
23.10.2017	Reunião no 6 de Maio para preparar a ação na tomada de posse
24.10.2017	Tomada de Posse da CM da Amadora
29.10.2017	Atividade no Jamaica para preencher a grelha da Caravana que serve como guia para o documento final
05.11.2017	Assembleia dos Bairros no Jamaica
08.11.2017	Visita ao Parlamento na apresentação do OE 2018 do Ministério do Ambiente
09.11.2017	Sessão Pública de Apresentação da Nova Geração de Políticas para a Habitação (LNEC)
13.11.2017	Apresentação do trabalho de Giacomo sobre o Bairro de Santa Filomena na Cova da Moura (Presença de moradores do 6 de Maio)
15.11.2017	Visita do ECRI ao Bairro da Torre e ao 6 de Maio (não estive presente)

17.11.2017	Reunião da Caravana (Mob)
19.11.2017	Assembleia dos Bairros no 6 de Maio
29.11.2017	Audição na SEH no Ministério do Ambiente com o 6 de Maio
06.12.2017	Audição com a SEH e a Presidente do IHRU na Sede do IHRU com a Caravana
19.12.2017	Audição com a SEH para o 1º Direito com a Caravana (não estive presente)
18.01.2018	Ação anti-despejo 6 de Maio
19.01.2018	Reunião da CMS com os parceiros do realojamento e os moradores do Bairro da Jamaica
18.02.2018	Assembleia dos Bairros na Torre
22.02.2018	Entrevista no Bairro 6 de Maio
10.03.2018	Ida ao Jamaica com o Chão para preparação da Assembleia dos Bairros
11.03.2018	Assembleia dos Bairros no Jamaica
19.03.2018	Entrevista no Bairro da Torre
24.03.2018	Manifestação Rock in Riot em Lisboa
25.03.2018	Entrevista no Bairro da Jamaica
03.04.2018	Ação anti-despejo no 6 de Maio e ocupação no Ministério do Ambiente
05.05.2018	Visita e entrevista no Bairro 6 de Maio
08.04.2018	Assembleia dos Bairros no 6 de Maio (já sem participação da Torre e

do Jamaika)

09.04.2018

Ocupação no Ministério do Ambiente com o 6 de Maio

10.04.2018

Entrevista com moradora do Bairro 6 de Maio na Baixa de Lisboa

C) Excerto do diário de campo

Ação na Tomada de Posse da Câmara Municipal de Amadora 24/10/2018:

“Em frente ao teatro já estava uma multidão de pessoas bem vestidos, 99% brancos o que fez com que os moradores ficassem logo muito visível quando passaram a frente destas pessoas para juntar-se aos outros moradores e aos pessoas do Habita que estavam a discutir entre eles qual seria a melhor forma de entregar as cartas. A Cristina ficou para levantar-se e falar. Ela ficou bastante nervosa – mas parecia na mesma preparada. Decidimos que nos íamos entregar a carta depois de eles terem tomado a posse. (...) Quando entramos no hall de entrada uma colega da Presidente perguntou a se era para deixar os moradores entrar – ela respondeu: “é melhor deixar os entrarem”. Nós entramos e sentamos no fundo ao lado esquerdo do auditório em que cabem 388 pessoas e que estava bem lotado até que tinha pessoas em pé nos corredores extremos no momento quando se iniciou o processo da tomada de posse.

O arranque da cerimónia atrasou mais do que um meia hora. Parece que os responsáveis estavam preocupados com a nossa presença. Só quando uma vereadora do Bloco dirigiu-se a um membro da Caravana para perguntar se nos íamos fazer “escândalo” e este respondeu que “não, não – nós vamos simplesmente entregar a carta aos vereadores” a situação deu uma volta. Uma outra pessoa que juntou-se a iniciativa da Caravana e que desenvolve um trabalho cultural no concelho, disse-me que logo depois que esta vereadora foi ter com a Presidente dispersou-se o grupo que estava a frente do palco e a cerimónia começou. (...) Durante os discursos e o ato da tomada de posse de cada elemento começamos a preparar-nos para ir a frente do palco – mas a comunicação não foi muito bem sucedida. Isto fez com que um morador avançou com um ativista durante o pequeno intervalo entre o discurso do presidente da Assembleia (AMA) e da presidente da Câmara (CMA) até o corredor esquerdo – bem perto as escadas que levam ao palco. E nós outros ficamos por ir depois do discurso que estava a correr. Quando a fala da Presidente acabou em muitas palmas e felicidades, nós demoramos muito tempo para chegar perto de palco – pois formos bloqueados por alguns senhores que estavam na escadas e ai impediram que nos passássemos mais depressa. Eu só ali me dei conta que eles devem ter combinado a atrapalhar o nossa avanço para a frente. Entretanto os dois, que tinham avançados antes no intervalo, conseguiram subir até o palco e entregaram duas cartas – uma a secretaria e outra a um vereador. Criou-se um momento confuso em que os outros moradores tentaram a entregar mais não conseguiam avançar para perto dos vereadores. A Carla e os vereadores estavam rodeados por pessoas que queriam congratular e tirar fotografias.”